DFP
Demonstrações Financeiras Padronizadas

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega:
Tipo Apresentação: Apresentação
Versão: 1

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes

Parecer dos Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Proposta de Orçamento de capital

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DADOS GERAIS	
Nome Empresarial:	NEOENERGIA S.A
Nome Empresarial Anterior:	GUARANIANA S.A.
CNPJ:	01.083.200/0001-18
Código CVM:	01553-9
Data de Reg. na CVM:	08/05/1996
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	08/05/1996
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	13/10/2004
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	14/02/1996
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.neoenergia.com

TIPO DE REGISTRO	
Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria A
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	01/01/2010
Data de Início da Situação:	31/03/2001
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR	
Setor de Atividade:	Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
Descrição da Atividade:	Participação em outras sociedades

CANAIS DE DIVULGAÇÃO	
Nome do Canal	UF do canal
Valor Econômico	RJ
Valor Econômico	RJ

Powered by MZiQ

ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	3º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	3º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CPF / CNPJ:	61.562.112/0002-01	Código CVM:	00287-9	Tipo:	Juridica

Responsável Técnico			
Início contratação serviço:	11/07/2012	Fim contratação serviço:	
Nome:	Guilherme Naves Valle	CPF/CNPJ:	541.991.586-34
Início:	11/07/2012	Fim:	

ESCRITURADOR DE AÇÕES			
UF	Município	Telefone	
RJ	Rio de Janeiro	(21) 3808-3715	
Nome:	Banco do Brasil S.A	CNPJ:	00.000.000/0001-91
Data Inicial:	23/11/2001	Data final:	
Rio de Janeiro			
Logradouro:	Rua Lélio Gama, 105		
Complemento:	26º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-080
DDD:	21	Telefone:	3808-3715
DDD:	21	Fax:	3808-3466
Email:	cqualificada@bb.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome	Tipo
ERIK DA COSTA BREYER	Diretor de Relações com Investidores

Nome:	ERIK DA COSTA BREYER	CPF/CNPJ:	955.093.217-68
Data Inicial:	29/04/2004	Data final:	

Endereço para Correspondência

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	10º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ebreyer@neoenergia.com		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS		
Contato	Data Inicial	Data Final
Vanessa Vollet Azevedo	01/05/2010	

Rio de Janeiro			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	10º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9825
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DADOS DA EMPRESA / PROVENTOS EM DINHEIRO

Provento			
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	22/03/2012
Início Pagamento:	16/05/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.01350
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	29/06/2012
Início Pagamento:	15/08/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.00972
Dividendo			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	31/08/2012
Início Pagamento:	12/09/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.04266
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	28/09/2012
Início Pagamento:	14/11/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.00782
Dividendo			
Evento:	Assembléia Geral Ordinária	Aprovação:	24/04/2012
Início Pagamento:	15/05/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.03316
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	28/12/2012
Início Pagamento:	03/04/2013	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.02645

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)				
Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
1	Ativo Total	1.181.271	1.129.037	
1.01	Ativo Circulante	3.047.495	3.321.139	
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.803.859	3.150.422	
1.01.02	Aplicações Financeiras	124.719	59.523	
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	124.719	59.523	
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	124.719	59.523	
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.01.03	Contas a Receber	62	62	
1.01.03.01	Clientes			
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62	62	
1.01.04	Estoques			
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	108.708	101.025	
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	108.708	101.025	
1.01.07	Despesas Antecipadas			
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.147	10.107	
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.01.08.03	Outros	10.147	10.107	
1.02	Ativo Não Circulante	8.765.224	7.969.233	
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	538.161	328.967	
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo			
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação			
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda			
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			

1.02.01.03	Contas a Receber			
1.02.01.03.01	Clientes			
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber			
1.02.01.04	Estoques			
1.02.01.05	Ativos Biológicos			
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.728	29.164	
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.728	29.164	
1.02.01.07	Despesas Antecipadas			
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	33.802	56.856	
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas			
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	33.802	56.856	
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores			
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas			
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	476.631	242.947	
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.02.02	Investimentos	8.152.194	7.556.899	
1.02.02.01	Participações Societárias	8.152.194	7.556.899	
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas			
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.558.574	7.172.165	
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	593.620	384.734	
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias			
1.02.02.02	Propriedades para Investimento			
1.02.03	Imobilizado	26.567	27.268	
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.948	27.185	
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	619	83	
1.02.04	Intangível	48.302	56.099	
1.02.04.01	Intangíveis	48.302	56.099	
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão			

1.02.05	Diferido			
1.01.08.03.01	Dividendos a receber			
1.01.08.03.02	Juros sobre capital próprio a receber			
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	10.147	10.107	
1.02.01.09.03	Depótos judiciais	121.247	95.764	
1.02.01.09.04	Outros ativos não circulante	15.182	15.135	

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)				
Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
2	Passivo Total	1.181.271	1.129.037	
2.01	Passivo Circulante	182.984	155.747	
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.036	216	
2.01.01.01	Obrigações Sociais			
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.036	216	
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	4.036	216	
2.01.02	Fornecedores	2.078	2.422	
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.078	2.422	
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.858	17.422	
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.858	17.422	
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar			
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.006	762	
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.006	762	
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.006	762	
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira			
2.01.04.02	Debêntures			
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.01.05	Outras Obrigações	142.993	134.925	
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	56	1.010	
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	56	1.010	
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.01.05.02	Outros	142.937	133.915	
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	142.937	133.910	

2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.01.05.02.04	Outras passivos circulantes		5	
2.01.06	Provisões	13		
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			
2.01.06.02	Outras Provisões			
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02	Passivo Não Circulante	96.529	92.299	
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.925	5.911	
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.925	5.911	
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.925	5.911	
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira			
2.02.01.02	Debêntures			
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.02.02	Outras Obrigações		23	
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		23	
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas			
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.02.02.02	Outros			

2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar			
2.02.03	Tributos Diferidos			
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			
2.02.04	Provisões	91.604	86.365	
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	91.604	86.365	
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	91.331	85.778	
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	262	576	
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11	11	
2.02.04.02	Outras Provisões			
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			
2.03	Patrimônio Líquido	1.153.320	1.104.232	
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025	
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288	
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			
2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			

2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros	6.785.442	6.239.613	
2.03.04.01	Reserva Legal	556.907	493.683	
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	61.400		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.152.537	5.551.907	
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	14.598	194.023	
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	6.451	61.400	
2.03.08.01	Ganho sobre ativo disponivel para venda	6.451	61.400	

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.826	17.010
3.01.01	Receita bruta	3.220	17.010
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-394	
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos		
3.03	Resultado Bruto	2.826	17.010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.040.663	1.236.397
3.04.01	Despesas com Vendas		
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.920	-21.040
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		
3.04.04	Outras Receitas Operacionais		
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-96.355	-150.670
3.04.05.01	Provisão para desvalorização de investimentos		-51.245
3.04.05.02	Amortização do ágio	-96.355	-99.425
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.160.938	1.408.107
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.043.489	1.253.407
3.06	Resultado Financeiro	225.159	300.025
3.06.01	Receitas Financeiras	246.109	333.360
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.950	-33.335
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.268.648	1.553.432
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.163	-1.804
3.08.01	Corrente	-6.051	-3.824
3.08.02	Diferido	1.888	2.020
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.264.485	1.551.628
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas		
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas		
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.264.485	1.551.628

3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.264.485	1.551.628
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.451	40.254
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.270.936	1.591.882

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	827.816	1.552.673
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	218.866	307.079
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e Imposto de renda	1.268.648	1.553.432
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.194	3.175
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-1.160.938	-1.408.107
6.01.01.04	Provisão para perdas no investimento		51.245
6.01.01.05	Amortização de ágio , líquida	96.355	99.425
6.01.01.06	Juros e variações monetárias líquidas	6.258	454
6.01.01.07	Outras receitas e despeas financeiras líquidas		
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível baixado	5.840	7.362
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	608.950	1.245.594
6.01.02.01	Recebimento de dividendos e juros s/ capital próprio	612.426	1.275.475
6.01.02.02	Recebimento de juros sobre capital próprio		
6.01.02.03	Fundos vinculados		
6.01.02.04	Titulos e valores mobiliários		
6.01.02.05	Impostos e contribuições a recuperar	-37	43.115
6.01.02.06	IR e CSLL a Recuperar	-13.697	-36.043
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-25.483	-5.307
6.01.02.08	Partes relacionadas (Ativo)	18.416	-32.413
6.01.02.09	Outros ativos	-87	-6.445
6.01.02.10	Fornecedores	-344	967
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	3.820	160
6.01.02.12	Empréstimos e financiamentos		
6.01.02.13	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	15.436	5.695
6.01.02.14	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos		
6.01.02.15	Obrigações estimadas		
6.01.02.16	Partes relacionadas (Passivo)	-977	1.032

6.01.02.17	Outros passivos	-5	-174
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-402.611	-281.473
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-336.879	-202.327
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-536	-1.221
6.02.03	Aquisição de intangível		-10.800
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-771.768	-920.508
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos		3.045
6.03.03	Empréstimos com partes relacionadas		
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-771.029	-923.553
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-739	
6.03.06	Coligadas e controladora		
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-346.563	350.692
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.150.422	2.799.730
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.803.859	3.150.422

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2012 à 31/12/2012

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-194.023	-586.033	0	-780.056
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-249.600	0	-249.600
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-336.433	0	-336.433
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	-194.023	0	0	-194.023
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.264.485	6.451	1.270.936
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.264.485	0	1.264.485
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.451	6.451
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						

5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	6.451	6.451
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	739.852	-678.452	-61.400	0
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.06.04	Reserva legal	0	0	63.224	-63.224	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	600.630	-600.630	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	61.400	0	-61.400	0
5.06.07	Proposta de dividendos adicionais	0	0	14.598	-14.598	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.785.442	0	6.451	1.153.320

01/01/2011 à 31/12/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	1.040.785
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	1.040.785

5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-543.000	0	-957.408
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-543.000	0	-543.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.551.628	40.254	1.591.882
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.551.628	0	1.551.628
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.254	40.254
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponível para venda	0	0	0	0	40.254	40.254
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						

5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.008.628	-1.008.628	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.06.04	Reserva legal	0	0	77.582	-77.582	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	737.023	-737.023	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	194.023	-194.023	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	1.040.785
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	1.040.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-543.000	0	-957.408
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-543.000	0	-543.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.551.628	40.254	1.591.882

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.551.628	0	1.551.628
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.254	40.254
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponível para venda	0	0	0	0	40.254	40.254
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.008.628	-1.008.628	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.06.04	Reserva legal	0	0	77.582	-77.582	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	737.023	-737.023	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	194.023	-194.023	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	3.220	17.010
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.220	17.010
7.01.02	Outras Receitas		
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos		
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.327	-11.850
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.327	-11.850
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.107	5.160
7.04	Retenções	-99.549	-153.847
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-99.549	-102.602
7.04.02	Outras		-51.245
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-104.656	-148.687
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.407.047	1.741.467
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.160.938	1.408.107
7.06.02	Receitas Financeiras	246.109	333.360
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.302.391	1.592.780
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.302.391	1.592.780
7.08.01	Pessoal	12.014	5.453
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.079	5.114
7.08.01.02	Benefícios	1.372	339
7.08.01.03	F.G.T.S.	563	
7.08.01.04	Outros		

7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.817	2.252
7.08.02.01	Federais	4.682	2.136
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais	135	116
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.075	33.447
7.08.03.01	Juros	20.950	33.335
7.08.03.02	Aluguéis	125	112
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.264.485	1.551.628
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	336.433	543.000
7.08.04.02	Dividendos	264.198	194.023
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	663.854	814.605
7.08.05	Outros		
7.08.05.01	Dividendos adicionais		
7.08.05.02	Lucro retido (Reserva legal)		
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)				
Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
1	Ativo Total	2.335.436	2.115.359	
1.01	Ativo Circulante	7.253.461	7.103.131	
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.261.877	4.074.308	
1.01.02	Aplicações Financeiras	186.112	338.207	
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	186.112	338.207	
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	186.112	338.207	
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.01.03	Contas a Receber	2.079.092	2.092.260	
1.01.03.01	Clientes	2.079.092	2.092.260	
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	2.079.092	2.092.260	
1.01.03.02	Outras Contas a Receber			
1.01.04	Estoques	27.620	22.927	
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	461.470	367.874	
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	461.470	367.874	
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	461.470	367.874	
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.155	24.675	
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	222.135	182.880	
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.01.08.03	Outros	222.135	182.880	
1.01.08.03.01	Fundos vinculados			
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	109.014	78.556	
1.02	Ativo Não Circulante	1.610.090	1.405.046	
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.398.848	3.245.497	
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	40.298	8.673	

1.02.01.01.01	Títulos para Negociação			
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	40.298	8.673	
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.02.01.03	Contas a Receber	579.061	907.912	
1.02.01.03.01	Clientes	579.061	907.912	
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber			
1.02.01.04	Estoques			
1.02.01.05	Ativos Biológicos			
1.02.01.06	Tributos Diferidos	651.209	689.091	
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	651.209	689.091	
1.02.01.07	Despesas Antecipadas			
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.471	42.511	
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas			
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores			
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	3.471	42.511	
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.124.809	1.597.310	
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.02.01.09.03	Ativo indenizável (concessão)			
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	114.892	89.227	
1.02.01.09.05	Coligadas e controladora			
1.02.01.09.06	Beneficio fiscal - ágio incorporado da controladora			
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	378.620	299.200	
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente			
1.02.01.09.09	Superávit atuarial			
1.02.01.09.10	Dividendos a receber			
1.02.02	Investimentos	322.350	163.873	
1.02.02.01	Participações Societárias	295.384	136.081	
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	295.384	136.081	

1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias			
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	26.966	27.792	
1.02.02.02.01	Outros investimentos	26.966	27.792	
1.02.03	Imobilizado	4.554.709	3.783.529	
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.320.797	3.424.870	
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.233.912	358.659	
1.02.04	Intangível	6.824.999	6.857.566	
1.02.04.01	Intangíveis	6.824.999	6.857.566	
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão			
1.02.04.02	Goodwill			
1.02.01.09.05	Dividendos a receber	185.876	67.386	
1.02.01.09.06	Juros sobre capital próprio	154.326	64.662	
1.01.08.03.03	Entidade de previdência privada	10.351	6.555	
1.01.08.03.04	Serviços em curso	68.071	66.220	
1.01.08.03.05	Concessão de Serviço público (Ativo financeiro)	34.699	31.549	
1.02.01.09.11	Fundos vinculados			
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulantes	22.427	25.744	
1.02.01.09.13	Juros sobre capital próprio a receber			
1.02.01.09.14	Entidade de previdência privada	28.821	37.596	
1.02.01.09.15	Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	2.580.049	1.145.543	

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)				
Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
2	Passivo Total	2.335.436	2.115.359	
2.01	Passivo Circulante	3.453.164	3.055.402	
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	93.864	65.439	
2.01.01.01	Obrigações Sociais			
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	93.864	65.439	
2.01.02	Fornecedores	1.097.359	808.887	
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.097.359	808.887	
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais	415.144	342.641	
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	415.144	342.641	
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	415.144	342.641	
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.155.418	1.245.604	
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	718.867	812.079	
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	666.889	780.955	
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	51.978	31.124	
2.01.04.02	Debêntures	436.551	433.525	
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.01.05	Outras Obrigações	625.679	546.591	
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		3.276	
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.01.05.02	Outros	625.679	543.315	
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	190.662	157.868	
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			

2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	284.976	256.090	
2.01.05.02.05	Obrigações de beneficios definidos pós-emprego	16.313	15.233	
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	129.479	109.130	
2.01.06	Provisões	65.700	46.240	
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			
2.01.06.02	Outras Provisões			
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02	Passivo Não Circulante	7.341.097	6.115.210	
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.468.111	5.308.875	
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.340.773	4.109.711	
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.457.738	3.837.201	
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	883.035	272.510	
2.02.01.02	Debêntures	1.127.338	1.199.164	
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.02.02	Outras Obrigações	558.000	534.058	
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.02.02.02	Outros	558.000	534.058	
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			

2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.02.02.02.03	Fornecedores	66.435	61.159	
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	53.129	78.002	
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	10.219	10.458	
2.02.02.02.06	Obrigações de benefícios pós-emprego	284.789	281.188	
2.02.02.02.07	Coligadas, controladas e controladoras			
2.02.02.02.08	Recursos destinados a aumento de capital			
2.02.02.02.09	Outros passivos não circulante	70.931	37.062	
2.02.03	Tributos Diferidos	6.537		
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.537		
2.02.04	Provisões	308.449	272.277	
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	308.449	272.277	
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais			
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis			
2.02.04.02	Outras Provisões			
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.256.010	1.198.298	
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025	
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288	

2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			
2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros	6.797.088	6.239.613	
2.03.04.01	Reserva Legal	556.907	493.683	
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	73.046		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.152.537	5.551.907	
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	14.598	194.023	
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	6.451	61.400	
2.03.08.01	Ganho/perda sobre ativo disponivel para venda	6.451	61.400	
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.015.254	940.658	
2.01.05.02.07	Concessão do serviço público (Uso do bem Público)	4.249	4.994	
2.02.02.02.10	Concessão de serviço público(Uso do bem público)	72.497	66.189	

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.181.062	9.770.849
3.01.01	Receita bruta	1.637.006	1.401.958
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-4.559.433	-4.248.733
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.214.537	-6.258.011
3.03	Resultado Bruto	3.596.091	3.512.838
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.738.676	-1.308.867
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.057.306	-707.226
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-582.343	-450.571
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		
3.04.04	Outras Receitas Operacionais		
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-97.521	-151.543
3.04.05.01	Provisão para desvalorização de investimento		-51.245
3.04.05.02	Amortização de ágio	-97.521	-100.298
3.04.05.03	Outras despesas		
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.506	473
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.857.415	2.203.971
3.06	Resultado Financeiro	-28.716	-88.797
3.06.01	Receitas Financeiras	916.765	920.584
3.06.02	Despesas Financeiras	-945.481	-1.009.381
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.828.699	2.115.174
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-275.949	-270.077
3.08.01	Corrente	-285.247	-279.580
3.08.02	Diferido	9.298	9.503
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.552.750	1.845.097
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas		
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas		
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas		

3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.552.750	1.845.097
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.276.131	1.551.628
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	276.619	293.469
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		

Powered by MZiQ

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.264.485	1.551.628
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.451	40.254
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.270.936	1.591.882

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.920.565	3.037.202
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.517.548	3.765.751
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.828.699	2.115.174
6.01.01.02	Depreciação e amortização	596.944	559.992
6.01.01.03	Provisão para perdas no investimento		
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	97.521	100.298
6.01.01.05	Juros e variações monetárias líquidas	610.758	621.497
6.01.01.06	Valor justo do ativo financeiro da concessão	-150.635	
6.01.01.07	Outras receitas e despesas financeiras líquidas		
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível baixado	37.171	38.530
6.01.01.09	Impostos e contribuições diferidos		
6.01.01.10	Provisão para plano de benefício pós emprego		
6.01.01.11	Provisão (reversão) para contingências civeis, fiscais e trabalhistas	82.850	29.415
6.01.01.12	Outras provisões		51.293
6.01.01.13	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	412.734	250.025
6.01.01.14	Ajuste de avaliação patrimonial - IFRS		
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-612.550	-738.763
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-75.233	-187.258
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-69.372	-185.489
6.01.02.03	Ativos regulatórios		
6.01.02.04	Fundos vinculados	-21.467	
6.01.02.05	Titulos e valores mobiliários		
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recuperar	-62.375	228.241
6.01.02.07	Estoques	-4.694	-6.428
6.01.02.08	Impostos e contribuições diferidos		
6.01.02.09	Benefício fiscal - ágio incorp. controladora		
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-77.305	25.584

6.01.02.11	Serviço em curso		
6.01.02.12	Despesas pagas antecipadamente	9.350	-11.545
6.01.02.13	Fornecedores	315.104	134.964
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	28.276	-5.485
6.01.02.15	Encargos de dívidas e swap pagos	-509.857	-513.757
6.01.02.16	Empréstimos e financiamentos		
6.01.02.17	Taxas regulamentares	-5.870	-26.560
6.01.02.18	Entidade de previdência privada (ativo)	4.979	2.043
6.01.02.19	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	35.329	-27.207
6.01.02.20	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-179.415	-165.866
6.01.03	Outros	15.567	10.214
6.01.03.01	Outros ativos	1.466	-32.134
6.01.03.02	Obrigações estimadas		
6.01.03.03	Indenizações/contingências pagas	-75.553	-6.880
6.01.03.04	Outros passivos	70.008	83.965
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.034.261	-2.286.090
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-168.512	-129.029
6.02.02	Aquisição de investimentos	7	-139.332
6.02.03	Alienação de bens do ativo permanente	-525	-47
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-875.964	-288.183
6.02.05	Concessão serviço público (Ativo financeiro)	-15.944	-15.424
6.02.06	Aquisição de intangível	-2.101.551	-1.552.918
6.02.07	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-1.587.387	-377.781
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	301.265	-68.405
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	1.692.417	1.714.910
6.03.02	Captação de debêntures	328.607	560.000
6.03.03	Amortização de principal de empréstimo e financiamento	-606.972	-682.547
6.03.04	Amortização de principal de debêntures	-411.820	-635.418
6.03.05	Obrigações vinculadas	247.692	114.091
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capitla próprio	-948.659	-1.139.441

6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	187.569	682.707
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.074.308	3.391.601
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.261.877	4.074.308
6.01.01.09	Provisão (Reversão para contigênciais cíveis e trabalhistas)	-491	93
6.01.02.18	Contas a receber de clientes		-62
6.01.02.19	Encargos de dívidas e swap pagos	-518	-406
6.02.04	Aquisição de investimento		-161.652
6.02.05	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-65.196	-30.848
6.01.01.15	Equivalência patrimônial	1.506	-473
6.01.03.05	Entidade de previdência privada (Passivo)	-12.247	-27.895
6.01.03.06	Partes relacionadas (Ativo)	29.114	-8.549
6.01.03.07	Concessão serviço público (Ativo financeiro)	2.467	1.707
6.01.03.08	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	312	
6.01.03.09	0		
6.01.03.10	0		
6.02.08	Resgate de títulos e valores mobiliários	1.715.615	216.624
6.02.06	Resgate de títulos e valores mobiliários		125.375

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2012 à 31/12/2012

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232	0	1.104.232
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232	0	1.104.232
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-194.023	-586.033	0	-780.056	0	-780.056
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-249.600	0	-249.600	0	-249.600
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-336.433	0	-336.433	0	-336.433
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	-194.023	0	0	-194.023	0	-194.023
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.264.485	6.451	1.270.936	0	1.270.936
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.264.485	0	1.264.485	0	1.264.485

5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.451	6.451	0	6.451
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	6.451	6.451	0	6.451
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	739.852	-678.452	-61.400	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.06.04	Reserva legal	0	0	63.224	-63.224	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	600.630	-600.630	0	0	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	61.400	0	-61.400	0	0	0

5.06.07	Proposta de dividendos adicionais	0	0	14.598	-14.598	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.785.442	0	6.451	1.153.320	0	1.153.320

01/01/2011 à 31/12/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	1.040.785	0	1.040.785
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	1.040.785	0	1.040.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-543.000	0	-957.408	0	-957.408
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-543.000	0	-543.000	0	-543.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.551.628	40.254	1.591.882	0	1.591.882
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.551.628	0	1.551.628	0	1.551.628

5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0		0	0	0	40.254	40.254	0	40.254
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros									
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros									
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas									
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período									
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período									
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponível para venda	0		0	0	0	40.254	40.254	0	40.254
5.05.03	Reclassificações para o Resultado									
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros									
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0		0	1.008.628	-1.008.628	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas									
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação									
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação									
5.06.04	Reserva legal	0		0	77.582	-77.582	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0		0	737.023	-737.023	0	0	0	0

5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	194.023	-194.023	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232	0	1.104.232
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	1.040.785	861.643	1.126.949
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.393	0	21.146	1.040.785	861.643	1.126.949
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-543.000	0	-957.408	-223.906	-1.181.314
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408	-120.441	-534.849
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-543.000	0	-543.000	-103.465	-646.465
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.551.628	40.254	1.591.882	302.921	1.894.803
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.551.628	0	1.551.628	293.469	1.845.097
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.254	40.254	9.452	49.706
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								

5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponível para venda	0	0	0	0	40.254	40.254	9.452	49.706
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.008.628	-1.008.628	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.06.04	Reserva legal	0	0	77.582	-77.582	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	737.023	-737.023	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	194.023	-194.023	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232	940.658	1.198.298

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	1.577.390	1.372.264
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.637.006	1.401.958
7.01.02	Outras Receitas	-18.432	-289
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	-18.432	-289
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-577.721	-296.653
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.622.252	-6.509.225
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.865.989	-2.181.194
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-5.756.263	-4.328.031
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-226.757	-188.440
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.151.656	7.213.415
7.04	Retenções	-695.007	-711.700
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-695.007	-660.455
7.04.02	Outras		-51.245
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.456.649	6.501.715
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	915.259	921.057
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	916.765	473
7.06.02	Receitas Financeiras	-1.506	920.584
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.371.908	7.422.772
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.371.908	7.422.772
7.08.01	Pessoal	471.940	417.254
7.08.01.01	Remuneração Direta	408.529	351.235
7.08.01.02	Benefícios	94.428	99.055
7.08.01.03	F.G.T.S.	64.404	58.557

7.08.01.04	Outros	-95.421	-91.593
7.08.01.04.01	Indenização trabalhista	21.522	22.438
7.08.01.04.02	Encerramento de ordem em curso	5.636	5.735
7.08.01.04.03	Transferência para ordens	-153.486	-132.775
7.08.01.04.04	Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	30.907	13.009
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.387.038	4.138.341
7.08.02.01	Federais	1.759.052	1.744.859
7.08.02.02	Estaduais	2.610.050	2.377.395
7.08.02.03	Municipais	17.936	16.087
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	960.180	1.022.080
7.08.03.01	Juros	934.614	1.006.050
7.08.03.02	Aluguéis	14.699	12.699
7.08.03.03	Outras	10.867	3.331
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.552.750	1.845.097
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	336.433	543.000
7.08.04.02	Dividendos	264.198	194.023
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	675.500	814.605
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	276.619	293.469
7.08.05	Outros		
7.08.05.01	Dividendos adicionais		
7.08.05.02	Lucro retido (reserva legal)		
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro		
7.04.02.01	Perdas e recuperações de valores ativos		-51.245
7.02.04.02	Energia elétrica comprada para revenda	-4.855.307	-3.549.736
7.02.04.03	Encargo de uso de rede básica	-674.199	-589.855
7.04.02.01	Perda e recuperação de valores ativos		-51.245
7.08.05.04	Reserva de lucros a realizar		

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Neoenergia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Neoenergia S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras consolidadas

Em nossaopinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 3.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Neoenergia S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de

Powered by MZIQ

somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos
Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Informação suplementar balanço
social (não auditado)

O balanço social de 2012, preparado sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida, está sendo apresentado pela Companhia como informação suplementar e não foi auditado por nós. Consequentemente, não expressamos opinião sobre o balanço social de 2012.

Auditoria dos valores correspondentes
ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.29, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de janeiro de 2012, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2012, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.29 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2011, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2011 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro , 5 de fevereiro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Powered by MZiQ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanços sociais.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2013.

Nilson Martiniano - Presidente

Carlos Magno Jobim

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras de 2012 da Neoenergia S.A..

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2013

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora Presidente, de Regulação e de Planejamento e Controle

Erik da Costa Breyer
Diretor Executivo Financeiro, de Relações com Investidores e de Geração

Gonzalo Gomez Alcântara
Diretor Executivo de Distribuição

Lady Batista de Morais
Diretora Executiva de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras de 2012 da Neoenergia S.A..

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2013

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora Presidente, de Regulação e de Planejamento e Controle

Erik da Costa Breyer
Diretor Executivo Financeiro, de Relações com Investidores e de Geração

Gonzalo Gomez Alcântara
Diretor Executivo de Distribuição

Lady Batista de Morais
Diretora Executiva de Recursos Humanos

Relatório de Administração 2012

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Prezados Acionistas,

Em 2012, o Grupo Neoenergia se consolidou entre os 40 maiores grupos privados do país e um dos mais representativos do setor elétrico brasileiro. Em decorrência da confiança do mercado e pelas perspectivas positivas apresentadas pelo Grupo, a Standard&Poor's reafirmou a nota máxima na escala nacional (brAAA) e Grau de Investimento na escala global (BBB-).

Apesar do crescimento da receita operacional bruta de 16,8% em relação a 2011, alcançando R$ 16,3 bilhões, o lucro líquido da Neoenergia foi de R$ 1,28 bilhão, 17,8% inferior ao obtido em 2011; e o EBITDA alcançou R$ 2,54 bilhões, 10,9% inferior ao obtido em 2011. Essa redução do lucro líquido e do EBITDA foi resultado de circunstâncias conjunturais e medidas pontuais ocorridas em 2012.

Nesse contexto, merecem destaque fatos específicos do setor elétrico que também impactaram o nível de arrecadação, dentre eles as restrições nas ações de cobrança referentes aos débitos já existentes e na recuperação de perdas; e o aumento dos custos para combatê-las, decorrentes das regras comerciais estabelecidas pela Resolução Normativa Aneel nº 414/10 e, ainda, as consequências dos critérios dos consumidores baixa renda implementados pela Lei 12.212/10. É de se destacar também que, ao longo do exercício de 2012, o Grupo fez significativo investimento no recadastramento dos beneficiários da tarifa social baixa renda. Ao todo, foram cadastrados 993 mil consumidores em 2012, totalizando, ao final desse período, a marca de 3,6 milhões de consumidores cadastrados com a implementação da Lei.

Sem prejuízo dos esforços empreendidos pelo Grupo, houve aumento da inadimplência e, consequentemente, do nível de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa; e o incremento dos custos com serviços de terceiros, que tem relação direta com as ações de cobrança, com o recadastramento dos clientes baixa renda e com as ações de combate às perdas.

As ações tomadas pelo Grupo, no sentido de promover as adequações e otimizações necessárias em seus processos de combate às perdas e à inadimplência, já começam a apresentar resultados importantes, evidenciando o caráter conjuntural das provisões efetuadas.

A solidez do nosso Grupo pode ser demonstrada pela relação Dívida Líquida/Ebitda de 1,2 – ao final de 2012, quando a empresa encerrou o exercício com uma dívida líquida de R$ 3,14 bilhões frente a um EBITDA de R$ 2,54 bilhões; e a elevação do saldo de disponibilidades e aplicações financeiras, que encerrou o ano com o volume de R$ 4,48 bilhões. Foi possível incrementar os investimentos em cerca de 57%, de R$ 2,1 bilhões, em 2011, para R$ 3,3 bilhões, no ano passado. Tais recursos foram destinados, principalmente, à geração e distribuição de energia.

Na área de distribuição, foram investidos, em 2012, R$ 2,09 bilhões. Esses investimentos foram para a expansão e a modernização da rede para levar energia com ainda mais eficiência e qualidade aos nossos 9,6 milhões de clientes, número 3% maior em relação a 2011. Vale ressaltar que o Grupo tem a maior carteira de investimentos em eletrificação rural do Brasil. De 2003 até o ano passado, foram realizadas 663 mil novas ligações de clientes nas áreas rurais da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, o que reforça nosso compromisso social em contribuir com a universalização do acesso à energia.

Em relação à sustentabilidade, destaque para os programas de eficiência energética. A Neoenergia, por meio de suas distribuidoras, substituiu, até o final de 2012, 200 mil refrigeradores antigos por novos, mais eficientes no consumo de energia, e ainda doou 1,6 milhão de lâmpadas fluorescentes. Com essas iniciativas, economizamos para o Brasil 227,5 GWh/ano, o que equivale a uma usina hidrelétrica de 47 MW, capacidade suficiente para abastecer uma cidade de 95 mil habitantes.

Outro exemplo de inovação e sustentabilidade foi a inauguração, no ano passado, da primeira usina de geração solar dentro de um estádio de futebol (Pituaçu – BA) e o início da implantação de uma segunda usina de geração solar na Arena Pernambuco, um dos estádios da Copa do Mundo de 2014. Em reconhecimento a essas e outras realizações, o Grupo Neoenergia recebeu o prêmio de "Melhor Empresa de Energia Limpa da América do Sul – 2012", concedido pela revista britânica The New Economy.

Gostaria de compartilhar, ainda, um outro importante reconhecimento: o Prêmio IASC 2012 - Nordeste (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor), conquistado pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern) que, também, obteve a melhor avaliação do país em satisfação do cliente entre as distribuidoras que atendem acima de 400 mil consumidores residenciais.

Na área de geração, a Neoenergia continuou investindo fortemente em empreendimentos de fonte renovável. Aplicou R$ 1,21 bilhão, com destaque para as obras da usina Teles Pires (R$ 393,9 milhões), na divisa do Mato Grosso com o Pará; de Belo Monte (R$ 444,4 milhões), no Estado do Pará, em que o Grupo tem 10%; e para as obras dos 10 parques eólicos construídos em parceria com a Iberdrola (R$ 225,3 milhões). Vale ressaltar que, ainda em 2012, foi assinado o contrato de concessão da Usina Baixo Iguaçu (PR), investimento previsto na ordem de R$ 1,6 bilhão, com capacidade instalada de 350,2 MW, o suficiente para abastecer uma população de aproximadamente 1 milhão de pessoas. Com esses empreendimentos, o Grupo espera chegar a 2019 com uma capacidade instalada de 4.087 MW.

Importante ressaltar que a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que trata da renovação das concessões das geradoras, distribuidoras e transmissoras do setor elétrico - não alcança as empresas do Grupo Neoenergia, uma vez que nenhuma delas tem sua concessão a vencer num horizonte próximo. A redução dos custos com geração, transmissão e dos encargos setoriais na conta de energia poderá contribuir para a redução de perdas e inadimplência.

Os resultados obtidos em 2012 permitiram uma distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no total de R$ 600 milhões. Esse resultado expressa o empenho e a competência do nosso time de colaboradores diretos e indiretos e o apoio de nossos parceiros, clientes e da comunidade.

O ano de 2013 será igualmente desafiador e podemos dizer, com convicção, que o Grupo Neoenergia está preparado para dar continuidade ao seu plano de investimentos. Em geração, estará atento a novas oportunidades para expandir sua capacidade de geração de energia, sempre com respeito às pessoas e ao meio ambiente. Em distribuição, manterá o foco na expansão e modernização da rede elétrica para prestar um serviço com ainda mais eficiência e qualidade.

A Neoenergia reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao mesmo tempo em que agradece aos seus colaboradores, diretos e indiretos, e a todos os seus acionistas, conselheiros, clientes, fornecedores e governos municipais, estaduais e federal.

MARCO GEOVANNE TOBIAS DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2012 foi marcado por um cenário de desaceleração econômica, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia, o PIB apresentou um crescimento de 0,9% em relação ao ano anterior, contra um crescimento de 2,7% observado em 2011. Entretanto, no Nordeste Brasileiro, região onde se concentra a maior parte das atividades do Grupo, o dinamismo econômico foi sensivelmente maior que no âmbito nacional conforme mencionado no Boletim Regional do BC, divulgado em janeiro de 2013.

O Governo adotou medidas em diversas esferas com intuito de acelerar a atividade econômica, tais como: redução dos juros, tanto o básico (SELIC), como o de longo prazo (TJLP); pacotes pontuais de desoneração para alguns setores; e mudanças legais e regulatórias nas áreas de infraestrutura.

A inflação medida pelo IPCA fechou o ano de 2012 em 5,84%, pouco abaixo da variação de 2011, que foi de 6,5%. Esse índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de geração de energia. A taxa de câmbio fechou 2012 em R$/U$ 2,04 apontando uma desvalorização do real frente ao dólar americano de 8,9% quando comparada a 2011. O IGP-M acumulado em 2012 encerrou em 7,82% registrando uma aceleração em relação a 2011 que foi de 5,1%. Este índice também impacta diretamente o reajuste das tarifas de distribuição energia elétrica.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1. REAJUSTE TARIFÁRIO 2012

A ANEEL publicou em abril de 2012, as Resoluções Homologatórias estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Coelba, Celpe e Cosern até abril de 2013. Tais tarifas foram reajustadas, em média, em 10,73%, 7,71% e 10,28%, respectivamente, e o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 6,15%, 5,41% e 6,43%.

2.2. NOVA METODOLOGIA DA REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A ANEEL definiu a metodologia para o 3º ciclo de revisões tarifárias através da Resolução Normativa nº 457 de 08 de novembro de 2011. Para as distribuidoras do Grupo Neoenergia a nova metodologia de revisão tarifária será aplicada e seus efeitos percebidos a partir de abril de 2013, quando da 3º revisão tarifária das empresas, conforme previsto nos contratos de concessão.

A Taxa de Remuneração de Capital (WACC), que no 2º ciclo de revisões foi de 9,95% (após impostos), foi definida para o 3º ciclo de revisões como 7,50% (após-impostos). Para as empresas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a ANEEL, fixou taxa diferenciada, considerando a possibilidade de obtenção de benefício Fiscal, estabelecido em Lei. Tendo em vista que a decisão administrativa desnatura benefício fixado em Lei as empresas ingressaram com ação judicial (Mandado de Segurança) através da ABRADEE, Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, obtendo liminar em janeiro de 2012 junto à justiça federal mantendo o benefício. Em 06.03.2013 a Justiça Federal de Brasília (7ª Vara Federal), prolatou Sentença de Mérito confirmando os termos da liminar concedida e mantendo à segurança pretendida pela ABRADEE em benefício de seus associados.

Para o estabelecimento dos níveis regulatórios de custos operacionais será utilizada uma nova metodologia, baseada em benchmarking e na análise da eficiência média setorial, sendo reconhecida nas tarifas a eficiência média. Foi também definida uma trajetória de redução dos custos operacionais a ser aplicada ao longo do ciclo tarifário.

O Fator X será calculado considerando a produtividade; a qualidade e a trajetória de custos operacionais. O Fator de produtividade será estabelecido por benchmarking na qual é analisada a produtividade média setorial, considerando a evolução verificada do mercado, custos, redes e investimentos. O componente de qualidade será aplicado em função da evolução dos indicadores de qualidade da empresa (DEC e FEC), a ser apurado nos reajustes anuais entre as revisões tarifárias.

Houve ampliação do conjunto de receitas capturadas para modicidade tarifária. Especificamente para as receitas com ultrapassagem de demanda e excedente reativos, a ANEEL determinou sua destinação para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, o que foi objeto de questionamento judicial pela ABRADEE.

Para perdas de receitas irrecuperáveis foi mantida a metodologia utilizada no 2º ciclo com poucas alterações. Os índices de inadimplência regulatória a serem reconhecidos passaram a ser estabelecidos por classe de consumo. Para a parcela dos encargos setoriais serão reconhecidas as inadimplências reais de cada empresa.

A metodologia utilizada para perdas de energia no 2º ciclo teve poucas alterações. Serão definidos limites máximos de trajetória de redução de perdas não técnicas considerando agrupamentos de empresas por clusters e níveis de perdas.

2.3. REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Regulamentada pelo Decreto nº 7805/2012, a Medida Provisória nº 579/2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013) dispôs sobre a renovação das concessões de transmissão, de geração e de distribuição de energia elétrica, redução de encargos setoriais e a modicidade tarifária decorrente de tais ações. O Decreto também estabeleceu até a data limite de 05 de fevereiro de 2013 para a realização da Revisão Tarifária Extraordinária para calcular as novas tarifas das distribuidoras de energia elétrica decorrentes dos efeitos da Medida Provisória.

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária.

A revisão tarifária extraordinária das distribuidoras entrou em vigor em 24 de janeiro de 2013 e resultou na redução média de 20,03% na Coelba, 18,54% na Celpe e 18,73% na Cosern.

2.4. REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA E COMERCIAL DAS ATIVIDADES DAS DISTRIBUIDORAS

A Resolução Normativa nº 414/2010 que define as condições gerais de fornecimento, sofreu algumas alterações ao longo de 2012, sendo as principais delas feitas pelas Resoluções Normativas: nº 479/2012 que entre outras modificações simplificou os processos de suspensão de fornecimento e de verificação de medidores; nº 499/2012, que modificou procedimentos para ressarcimento por danos elétricos; e nº 516/2012, que modificou procedimentos referentes ao atendimento telefônico.

Em abril de 2012, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 482, a qual estabeleceu as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuídas aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica e as revisões do

Módulo 1 e 3 do PRODIST–Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional.

No mês de dezembro de 2012, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1388, que estabeleceu os valores das bandeiras tarifárias, conforme definido no módulo 7 do PRORET–Procedimentos de Regulação Tarifária, a ter efeito a partir de 2014.

2.5. IMPLANTAÇÃO DA OUVIDORIA NAS DISTRIBUIDORAS

Em junho de 2012 foi concluído o processo de implantação das Ouvidorias nas distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern dentro do prazo de 180 dias estabelecido na REN 470/2011 da ANEEL. Diante do que estabelece a Resolução, foi necessário adequar a estrutura existente que atendia as reclamações oriundas da Ouvidoria ANEEL para possibilitar o pleno cumprimento das obrigações estabelecidas.

3. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A energia distribuída ao mercado cativo totalizou 28.936 GWh em 2012, representando um decréscimo de 0,8% em relação ao ano anterior. Essa redução foi decorrente da migração de clientes para o mercado livre de energia. Considerando que uma parcela desses clientes que migraram foi absorvida pela NC Energia, comercializadora de energia do Grupo, e adquiriram aproximadamente 941 GWh em 2012, o mercado consolidado do Grupo teve um crescimento de 2,4%, atingindo um total de 29.877 GWh em suas áreas de concessão.

Evolução do mercado de clientes cativos

	Quantidadade		Participação			
Descrição	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	Variação horizontal	
Residencial	11.157.382	10.820.435	38,6%	37,1%	336.947	3,11%
Industrial	4.907.196	6.207.219	17,0%	21,3%	-1.300.023	-20,94%
Comercial	5.932.413	5.786.543	20,5%	19,8%	145.871	2,52%
Rural	2.401.861	1.991.274	8,3%	6,8%	410.587	20,62%
Poder Público	1.486.435	1.409.109	5,1%	4,8%	77.326	5,49%
Iluminação Pública	1.329.879	1.321.273	4,6%	4,5%	8.606	0,65%
Serviço Público	1.689.151	1.610.154	5,8%	5,5%	78.998	4,91%
Consumo Próprio	31.775	32.204	0,1%	0,1%	-430	-1,33%
Total	28.936.093	29.178.211	100,0%	100,0%	-242.118	-0,83%

3.2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

A classe de consumo residencial representa 87,7% do total de consumidores do Grupo e a composição dos clientes por classe, está assim composta, de forma consolidada em 2012:

Evolução do número de clientes ativos

	Quantidadade		Participação			
Descrição	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	Variação horizontal	
Residencial	8.489.313	8.217.153	87,7%	87,4%	272.160	3,31%
Industrial	37.417	38.381	0,4%	0,4%	-964	-2,51%
Comercial	599.111	586.965	6,2%	6,2%	12.146	2,07%
Rural	432.192	436.538	4,5%	4,6%	-4.346	-1,00%
Poder Público	81.429	80.403	0,8%	0,9%	1.026	1,28%
Iluminação Pública	27.849	27.085	0,3%	0,3%	764	2,82%
Serviço Público	14.620	13.324	0,2%	0,1%	1.296	9,73%
Consumo Próprio	1.537	1.486	0,0%	0,0%	51	3,43%
Suprimento	37	43	0,0%	0,0%	-6	-13,95%
Total	9.683.505	9.401.378	100,0%	100,0%	282.127	3,00%

Em decorrência das mudanças de critérios fixados pela Lei nº 12.212, de 2010, passou a ser obrigado o cadastramento junto ao Cadastro Único do Governo Federal e renda de até ½ salário mínimo por pessoa para manutenção pelos consumidores do benefício de baixa renda. Dessa

forma, extingui-se o antigo critério regulatório da ANEEL de enquadramento da tarifa social baseado no consumo médio de energia, gradativamente eliminado por faixas de consumo.

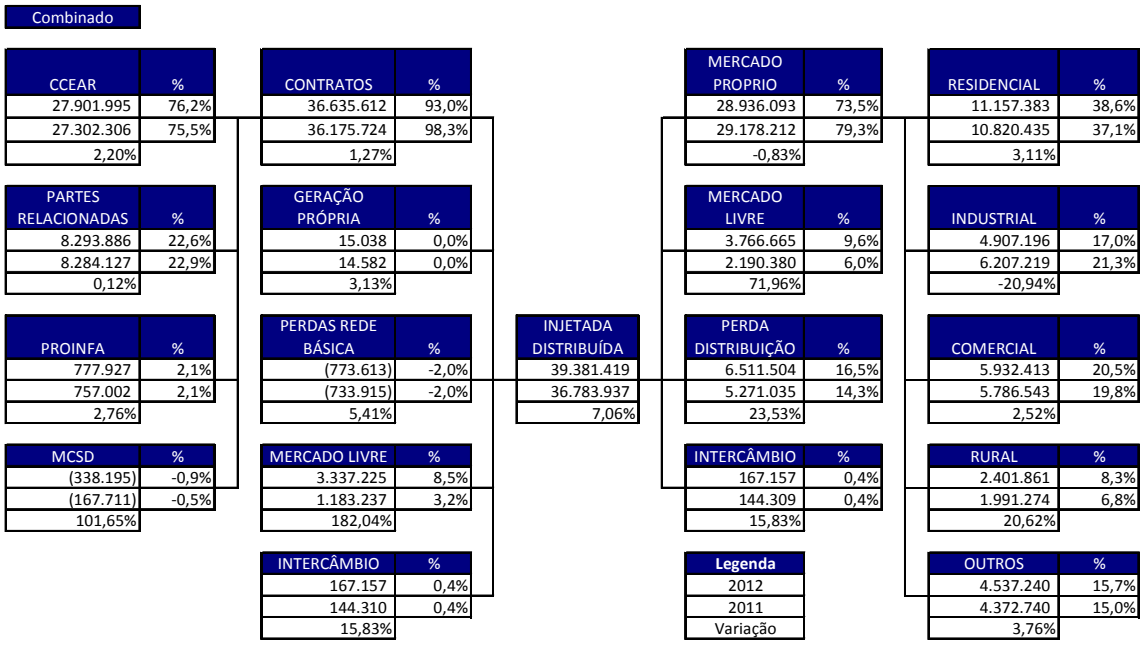
Não obstante as campanhas de mídia e comerciais promovidas pelas distribuidoras do Grupo Neoenergia, que permitiu aumentar em mais de 50% o número de famílias cadastradas que atendem ao novo critério, ainda assim, houve a perda do benefício para cerca de 2 milhões de unidades consumidoras que migraram para a tarifa residencial normal (sem desconto) até o fim do cronograma de implementação das novas regras, sendo cerca de 1 milhão somente na Coelba. Nesse contexto, as empresas do Grupo têm trabalhado para o cadastramento de novas famílias de baixa renda em parceria com as prefeituras, sendo que ao longo de 2012 recadastrou-se 993 mil domicílios na tarifa social, de forma a contribuir para a redução das perdas e melhoria da arrecadação.

Abaixo a movimentação dos clientes baixa renda:

Quantidade de clientes				
Antes da Lei nº 12.212	Clientes não recadastrados	Após Lei nº 12.212		
		31/12/2012	31/12/2011	Variação
2.596.124	636.108	1.960.016	1.433.337	526.679
1.591.383	334.732	1.256.651	869.838	386.813
449.294	72.818	376.476	296.805	79.671
4.636.801	1.043.658	3.593.143	2.599.980	993.163

3.3. BALANÇO ENERGÉTICO

Informamos abaixo o balanço energético combinado da Coelba, Celpe e Cosern:

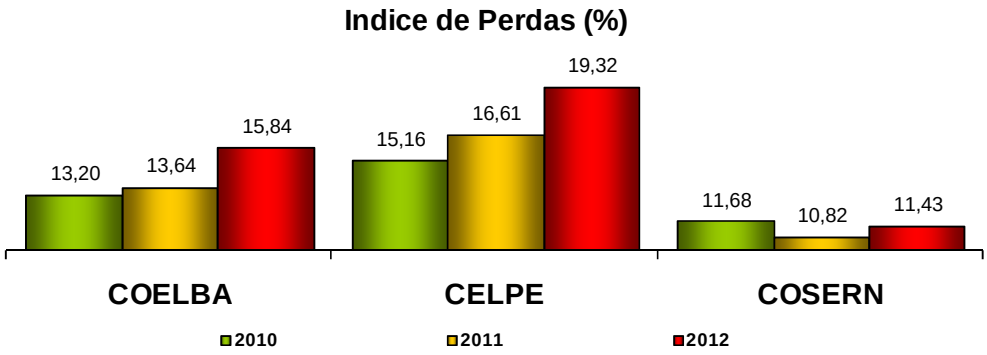


3.4. PERDAS

As perdas globais de energia são acompanhadas nas distribuidoras através do índice percentual que compara a relação entre a energia fornecida/faturada e a energia requerida/comprada, acumulados no período de 12 meses.

Para combate às perdas em 2012 foram realizadas ações, onde podem ser destacadas: inspeções em unidades consumidoras, blindagem de redes e caixas de medição, verificação de ligações clandestinas.

A seguir apresentamos o histórico das perdas totais de distribuição (técnicas e comerciais) das distribuidoras do Grupo Neoenergia.



O Índice de Perdas de 2012 nas três distribuidoras sofreu elevação, em relação a 2011, conforme gráfico acima. Tal aumento teve como influências principais a mudança nos critérios de classificação dos consumidores baixa renda e o aumento do número de clientes que permaneceram desligados após a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplência.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. QUALIDADE NO FORNECIMENTO

Os principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico, DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Freqüência das interrupções), refletiram por mais um ano a forte incidência de chuvas em um período prolongado na região Nordeste.

A seguir a evolução da Duração das Interrupções por Consumidor – DEC e da Freqüência das interrupções - FEC, sem supridora:

	COELBA			CELPE			COSERN		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
DEC (Sem Supridora)	24,81	21,93	19,58	16,41	16,24	19,21	12,30	14,54	14,00
Efeito Supridora (DEC)	1,78	0,73	0,40	0,69	0,26	0,11	0,42	1,01	0,48

	COELBA			CELPE			COSERN		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
FEC (Sem Supridora)	10,14	9,23	8,43	6,68	6,49	7,95	6,38	7,69	7,36
Efeito Supridora (FEC)	1,03	0,85	0,44	0,58	0,34	0,11	0,60	1,38	0,55

4.2. ATENDIMENTO A CLIENTES

As ações e melhorias implementadas nos serviços de uma forma geral, prestados aos clientes em 2012, se fazem notar através da redução do número de reclamações registrado nas distribuidoras do Grupo.

As empresas mantêm uma rede de atendimento com canais de relacionamento compatível com as exigências específicas de cada segmento, garantindo a qualidade necessária no uso dos serviços de energia elétrica.

No ano de 2011, a Resolução Normativa nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de 09 de setembro de 2010, foi implantada pelas distribuidoras de acordo com cronograma fixado no regulamento e trouxe impactos relevantes para os processos operacionais da empresa, dentre eles restrições nas ações de cobrança, impactando diretamente os índices arrecadação do ano em questão. No decorrer do ano de 2012, conforme já citado no tópico do ambiente regulatório, essas regras foram simplificadas no que tange a suspensão do fornecimento e a verificação dos medidores. Outras mudanças ocorreram decorrentes de mudanças regulatórias, tais como, a implantação da ouvidoria e alterações no atendimento telefônico.

5. INVESTIMENTOS

Em 2012 os investimentos totais do Grupo Neoenergia foram de R$ 3,3 bilhões. Com isso, o Grupo Neoenergia acumula investimentos no Brasil, desde 1997, da ordem de R$ 24 bilhões em temos nominais, distribuídos entre aquisições de empresas em leilões de privatizações, compras de ações, aumentos de capital em controladas, investimentos nas controladas de distribuição, geração e transmissão.

Os recursos foram destinados à ampliação da rede de distribuição de energia elétrica e para a expansão da geração, tendo como destaque o programa Luz Para Todos e os projetos de geração.

5.1. PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. Em 2012, as distribuidoras do Grupo Neoenergia executaram 26,7 mil novas ligações, e receberam R$ 169 milhões de subvenção do Governo para aplicação nesse Programa. No acumulado já foram efetuadas 663 mil novas ligações dentro do Programa Luz para Todos.

	Total	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Ligações executadas em 2011	39.888	39.888	-	-
Ligações executadas em 2012	26.726	26.726	-	-
Total	662.826	495.460	114.841	52.525

5.2. INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Em 2008 a Neoeneriga adquiriu a concessão para construção e comercialização da energia da UHE Baixo Iguaçu, no rio Iguaçu, no Estado do Paraná, que terá potência instalada de 350 MW. O contrato de concessão foi assinado pelo poder concedente em 20 de agosto de 2012. As obras de implantação da usina irão ser iniciadas no ano de 2013.

Em 2010, no leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW. As obras estão em andamento com expectativa de entrada em operação de todos os parques no decorrer do ano de 2013.

Em 21 de julho de 2010 a Neoenergia adquiriu 10% do capital social da Norte Energia S.A., empresa constituída para explorar a concessão para construção e comercialização a energia da UHE Belo Monte, no rio Xingu, no Estado do Pará, que terá potência instalada de 11.233 MW.

O contrato de concessão foi assinado pelo poder concedente em 26 de agosto de 2010. As obras estão em andamento e a usina tem a expectativa de início de entrada em operação em 2016.

No leilão de energia nº 004/10, realizado em 17 de dezembro de 2010, a Neoenergia, em consórcio com Furnas, Eletrosul e OPI, adquiriu 50,1% da concessão para construção e comercialização da energia da UHE Teles Pires, no rio Teles Pires, no Estado do Pará, que terá potência instalada de 1.820 MW. O contrato de concessão foi assinado pelo poder concedente em 06 de junho de 2011. A usina tem previsão de início de entrada em operação no ano de 2015.

Os quatro investimentos ainda a construir irão demandar investimentos da Neoenergia de aproximadamente R$ 5,0 bilhões.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

6.1. INDICADORES EMPRESARIAIS

A seguir apresentamos quadro resumo com os principais indicadores econômico-financeiros consolidados, destacando que os resultados de 2012 e 2011 estão de acordo com as novas normas contábeis.

Dados Econômico-Financeiros	2012	2011	Variação
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	16.370.061	14.019.582	16,8%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	11.810.628	9.770.849	20,9%
EBITDA (R$ mil)	2.540.437	2.850.082	-10,9%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	1.857.415	2.203.971	-15,7%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	(28.716)	(88.797)	-67,7%
Lucro Líquido (R$ mil)	1.276.131	1.551.628	-17,8%
Ativo Total (R$ mil)	23.354.367	21.153.596	10,4%
Dívida Bruta (R$ mil) *	7.623.529	6.554.479	16,3%
Dívida Líquida (R$ mil) **	3.135.242	2.133.291	47,0%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	11.544.852	11.042.326	4,6%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	21,5%	29,2%	-7,66 p.p
Margem EBIT	15,7%	22,6%	-6,83 p.p
Margem Líquida	10,8%	15,9%	-5,08 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	88,5	32,1	175,6%
Dívida Bruta/EBITDA***	3,0	2,3	30,5%
Dívida Líquida/EBITDA***	1,2	0,7	64,9%
Indice de Endividamento Líquido (D.Bruta / (D.Bruta+PL))	39,8%	37,2%	2,52 p.p
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R$)	1,97	1,89	4,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,22	0,27	-17,8%

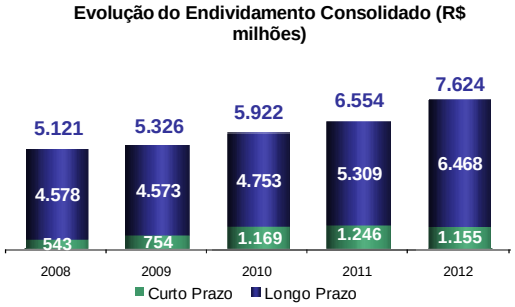
* Dívida líquida dos depósitos em garantia
** Dívida líquida de disponibilidades
*** EBITDA 12 meses
p.p - Pontos Percentuais

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	Ano 2012	Ano 2011	Var. %
Lucro Líquido	**1.276.131**	**1.551.628**	**-18%**
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	275.949	270.077	2%
Resultado Financeiro	28.716	88.797	-68%
Amortização ágio de investimento	97.521	100.298	-3%
Depreciação e amortização	585.501	545.813	7%
Participações minoritárias	276.619	293.469	-6%
(=) EBITDA	**2.540.437**	**2.850.082**	**-10,9%**

6.2. ENDIVIDAMENTO

Ao final de 2012, o Grupo Neoenergia mantinha 84% da sua dívida total no longo prazo, com a seguinte evolução:



7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desde 2007, a Neoenergia é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que estimula a responsabilidade social corporativa por meio da adesão voluntária, a partir de seus 10 princípios. O Grupo também é signatário dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apóia o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, por meio de seu programa Energia Verde; e é associado ao Instituto Ethos, que oferece indicadores que ajudam a avaliar a gestão da responsabilidade social e da sustentabilidade nas empresas. Um fato importante em 2012 foi a participação da Neoenergia na Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O Grupo marcou presença no evento e apresentou projetos focados na eficiência energética e de geração de fonte renovável: hídrica, eólica e solar.

Um destaque na área de distribuição de energia em 2012 foi novamente o programa Logisverde, de logística reversa. Executado pelas três concessionárias desde 2009, o projeto contribui para a redução da geração de resíduos nos trabalhos de manutenção e expansão da rede de distribuição. A iniciativa consiste na reutilização das bobinas de cabos de energia, recolocando-os na cadeia produtiva, com o auxílio da logística reversa. Desde o início do projeto, em 2009, mais de 25 mil carretéis foram reutilizados, mais de 8 mil só em 2012.

Outro projeto relevante é o Vale Luz Comunidade, que existe desde 2008 com objetivo de atender moradores de bairros populares por meio da troca de resíduos sólidos recicláveis por descontos na conta de energia. Em abril de 2012, o projeto cresceu dando origem ao Vale Luz Empresa, em que os resíduos sólidos recicláveis das empresas participantes são trocados por descontos nas contas de energia de entidades filantrópicas indicadas por elas. De 2008 até dezembro de 2012, foram recicladas 282,73 toneladas de resíduos sólidos e concedidos R$ 71 mil em descontos nas contas de energia para os clientes que participaram.

Como o Grupo acredita na educação como um agente de transformação da sociedade, mantém sua parceria com o Instituto Ayrton Senna desde 2006 estimulando ações para a melhoria do

desempenho de alunos da rede pública de ensino. Até 2012, foram investidos cerca de R$ 3 milhões em projetos de educação através da arte, sendo que, no final do ano passado, passou a investir exclusivamente nos programas de correção de fluxo escolar “Acelera Brasil” e “Se Liga”, para os quais destinou R$ 500 mil. Os programas atendem a escolas públicas dos estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte e vai beneficiar 2.700 por ano crianças por ano.

8. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, o Grupo Neoenergia declara que mantém contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”), iniciado em 11/07/2012, com vigência de 3 (três) anos, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviços	Valor Contrato R$	% Em relação à Auditoria	Prazo em meses
Auditoria das Demonstrações contábeis e suas traduções; e revisões de Demonstrações Intermediárias.	3.691	100,0%	36
Outros serviços de auditoria:			
Auditoria dos Ativos e Passivos Regulatórios (CVA's)	53	1,4%	36
Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR)	54	1,5%	36
Auditoria do Relatório de Controle Patrimônial (RCP)	32	0,9%	36
Auditoria da Mutação do Ativo Imobilizado em Serviço (MAIS)	32	0,9%	36
Revisão das Previsões de Fluxos de Caixa	11	0,3%	36
	3.873		

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a PwC.

A política de atuação do Grupo quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e em suas Partes Relacionadas e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia e de suas Partes Relacionadas.

Nas Controladas os outros serviços de auditoria prestados pela PwC relacionados aos trabalhos de asseguração da Contabilidade Regulatória foram executados em observância as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC PA 290 – Independência – Trabalhos de Auditoria e Revisão, conforme aprovadas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.311/10, de 9 de dezembro de 2010 e não incluem os serviços que podem comprometer a independência conforme descrito na referida norma.

9. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é conseqüência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	2.803.859	3.150.422	4.261.877	4.074.308
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(7)	62	62	2.079.092	2.092.260
Títulos e valores mobiliários	(8)	124.719	59.523	186.112	338.207
Impostos e Contribuições a recuperar	(9)	108.708	101.025	461.470	367.874
Estoques		-	-	27.620	22.927
Despesas pagas antecipadamente		-	-	15.155	24.675
Entidade de previdência privada		-	-	10.351	6.555
Serviços em curso	(11)	-	-	68.071	66.220
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	34.699	31.549
Outros ativos circulantes	(13)	10.147	10.107	109.014	78.556
TOTAL DO CIRCULANTE		3.047.495	3.321.139	7.253.461	7.103.131
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(7)	-	-	579.061	907.912
Títulos e valores mobiliários	(8)	-	-	40.298	8.673
Impostos e contribuições a recuperar	(9)	-	-	114.892	89.227
Partes relacionadas		33.802	56.856	3.471	42.511
Dividendos a receber		185.876	67.386	-	-
Juros sobre capital próprio a receber		154.326	64.662	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	27.728	29.164	651.209	689.091
Depósitos judiciais	(12)	121.247	95.764	378.620	299.200
Entidade de previdência privada		-	-	28.821	37.596
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	2.580.049	1.145.543
Outros ativos não circulantes	(13)	15.182	15.135	22.427	25.744
Investimentos	(14)	8.152.194	7.556.899	322.350	163.873
Investimentos em coligadas e controladas		8.152.194	7.556.899	295.384	136.081
Outros investimentos		-	-	26.966	27.792
Imobilizado	(15)	26.567	27.268	4.554.709	3.783.529
Intangível	(17)	48.302	56.099	6.824.999	6.857.566
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.765.224	7.969.233	16.100.906	14.050.465
TOTAL DO ATIVO		11.812.719	11.290.372	23.354.367	21.153.596

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais - Continuação
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
PASSIVO		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	2.078	2.422	1.097.359	808.887
Empréstimos e financiamentos	(19)	1.006	762	718.867	812.079
Debêntures	(20)	-	-	436.551	433.525
Salários e encargos a pagar	(21)	4.036	216	93.864	65.439
Taxas regulamentares	(22)	-	-	129.479	109.130
Impostos e contribuições a recolher	(23)	32.858	17.422	415.144	342.641
Dividendos e juros sobre capital próprio	(24)	142.937	133.910	190.662	157.868
Provisões	(25)	13	-	65.700	46.240
Entidade de previdência privada		-	-	16.313	15.233
Partes relacionadas		56	1.010	-	3.276
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	4.249	4.994
Outros passivos circulantes	(26)	-	5	284.976	256.090
TOTAL DO CIRCULANTE		182.984	155.747	3.453.164	3.055.402
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	-	-	66.435	61.159
Empréstimos e financiamentos	(19)	4.925	5.911	5.340.773	4.109.711
Debêntures	(20)	-	-	1.127.338	1.199.164
Taxas regulamentares	(22)	-	-	53.129	78.002
Impostos e contribuições a recolher	(23)	-	-	10.219	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	-	-	6.537	-
Provisões	(25)	91.604	86.365	308.449	272.277
Entidade de previdência privada		-	-	284.789	281.188
Partes relacionadas		-	23	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	72.497	66.189
Outros passivos não circulantes	(26)	-	-	70.931	37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		96.529	92.299	7.341.097	6.115.210
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(27)				
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucro		6.770.844	6.045.590	6.782.490	6.045.590
Outros resultados abrangentes		6.451	61.400	6.451	61.400
Proposta de distribuição de dividendos adicional		14.598	194.023	14.598	194.023
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.533.206	11.042.326	11.544.852	11.042.326
Participação dos não controladores				1.015.254	940.658
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				12.560.106	11.982.984
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.812.719	11.290.372	23.354.367	21.153.596

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11 Reclassificado	31/12/12	31/12/11 Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA	(28)	**2.826**	**17.010**	**11.810.628**	**9.770.849**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(29)	-	-	**(8.214.537)**	**(6.258.011)**
LUCRO BRUTO		**2.826**	**17.010**	**3.596.091**	**3.512.838**
Despesas com vendas	(29)	-	-	(1.057.306)	(707.226)
Despesas gerais e administrativas	(29)	(23.920)	(21.040)	(582.343)	(450.571)
Resultado de participações societárias		1.064.583	1.257.437	(99.027)	(151.070)
Equivalência patrimonial	(14)	1.160.938	1.408.107	(1.506)	473
(-) Provisão para desvalorização de investimento	(14)	-	(51.245)	-	(51.245)
Amortização de ágio	(14)	(96.355)	(99.425)	(97.521)	(100.298)
LUCRO OPERACIONAL		**1.043.489**	**1.253.407**	**1.857.415**	**2.203.971**
Receitas financeiras	(30)	246.109	333.360	916.765	920.584
Despesas financeiras	(30)	(20.950)	(33.335)	(945.481)	(1.009.381)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**1.268.648**	**1.553.432**	**1.828.699**	**2.115.174**
Imposto de renda e contribuição social	(10)	**(4.163)**	**(1.804)**	**(275.949)**	**(270.077)**
Corrente	(10)	(6.051)	(3.824)	(456.996)	(483.903)
Diferido	(10)	1.888	2.020	9.298	9.503
Imposto de renda - SUDENE	(10)	-	-	220.267	256.291
Amortização ágio e reversão PMIPL	(10)	-	-	(48.518)	(51.968)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**1.264.485**	**1.551.628**	**1.552.750**	**1.845.097**
Participações dos acionistas não controladores		-	-	**(276.619)**	**(293.469)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.264.485**	**1.551.628**	**1.276.131**	**1.551.628**
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,22	0,27	0,22	0,27

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro do período	**1.264.485**	**1.551.628**	**1.552.750**	**1.845.097**
Outros resultados abrangentes				
Ganhos de participação relativa em investida	9.774	60.991	9.775	75.312
Tributos s/ ganhos de participação relativa em investida	(3.323)	(20.737)	(3.324)	(25.606)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**6.451**	**40.254**	**6.451**	**49.706**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**1.270.936**	**1.591.882**	**1.559.201**	**1.894.803**
Atribuível a:				
Acionistas controladores	1.270.936	1.591.882	1.282.582	1.591.882
Acionistas não controladores	-	-	276.619	302.921

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

Controladora:

			Reservas de Lucros						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683		5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326
Constituição de lucros a realizar				61.400		(61.400)			
Lucro líquido do exercício							1.264.485		1.264.485
Aprovação da proposta de dividendos								(194.023)	(194.023)
Outros resultados abrangentes:									
Ganho sobre ativo disponível para a venda						6.451			6.451
Destinações:									
Reserva Legal			63.224				(63.224)		-
Reserva de Retenção de Lucros					600.630		(600.630)		-
Juros sobre capital próprio							(336.433)	-	(336.433)
Dividendos intermediários							(249.600)		(249.600)
Dividendos adicionais							(14.598)	14.598	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.537	6.451	-	14.598	11.533.206

			Reservas de Lucros					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.884	21.146	-	414.408	10.407.852
Lucro líquido do exercício						1.551.628		1.551.628
Aprovação da proposta de dividendos							(414.408)	(414.408)
Outros resultados abrangentes:								-
Ganho sobre ativo disponível para a venda					40.254			40.254
Destinações:								
Reserva Legal			77.582			(77.582)		-
Reserva de Retenção de Lucros				737.023		(737.023)		-
Juros sobre capital próprio						(543.000)		(543.000)
Dividendos adicionais						(194.023)	194.023	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

Consolidado:

	Atribuível aos acionistas controladores										
			Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326	940.658	11.982.984
Aprovação de dividendos propostos								(194.023)	(194.023)		(194.023)
Lucro líquido do exercício							1.276.131		1.276.131	276.619	1.552.750
Ganho sobre ativo disponível para a venda						6.451			6.451	-	6.451
Destinações:											
Reserva legal			63.224				(63.224)		-		-
Reserva de lucros a realizar				73.046		(61.400)	(11.646)		-		-
Reserva de retenção de lucros					600.630		(600.630)		-		-
Juros sobre capital próprio							(336.433)		(336.433)		(336.433)
Dividendos adicionais							(14.598)	14.598	-	(159.416)	(159.416)
Dividendos intercalares							(249.600)		(249.600)	(42.607)	(292.207)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.739.025	2.288	556.907	73.046	6.152.537	6.451	-	14.598	11.544.852	1.015.254	12.560.106

	Atribuível aos acionistas controladores									
			Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.884	21.146	-	414.408	10.407.852	861.643	11.269.495
Aprovação de dividendos propostos							(414.408)	(414.408)	(120.441)	(534.849)
Lucro líquido do exercício						1.551.628		1.551.628	293.469	1.845.097
Ganho sobre ativo disponível para a venda					40.254			40.254	9.452	49.706
Destinações:										-
Reserva legal			77.582			(77.582)		-		-
Reserva de retenção de lucros				737.023		(737.023)		-		-
Juros sobre capital próprio						(543.000)		(543.000)	(103.465)	(646.465)
Dividendos adicionais						(194.023)	194.023	-		-
										-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326	940.658	11.982.984

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11 Reclassificado	31/12/12	31/12/11 Reclassificado
Lucro líquido do período (antes dos impostos)		1.268.648	1.553.432	1.828.699	2.115.175
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Depreciação e amortização	(15 e 17)	3.194	3.175	596.944	559.992
Equivalência patrimonial	(14)	(1.160.938)	(1.408.107)	1.506	(473)
Amortização de ágio, líquida	(14)	96.355	99.425	97.521	100.298
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras		6.258	454	610.758	621.496
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(16)	-	-	(150.635)	-
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado		5.840	7.362	37.171	38.530
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas		(491)	93	82.850	29.415
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	412.734	250.025
Outras provisões		-	51.245	-	51.293
		218.866	307.079	3.517.548	3.765.751
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS					
Contas a receber de clientes e outros		-	(62)	(75.233)	(187.258)
IR e CSLL a Recuperar		(13.697)	(36.043)	(69.372)	(185.489)
Impostos e contribuições a recuperar		(37)	43.115	(62.375)	228.241
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		612.426	1.275.475	312	-
Estoques		-	-	(4.694)	(6.428)
Fundos Vinculados		-	-	(21.467)	-
Depósitos judiciais		(25.483)	(5.307)	(77.305)	25.584
Despesas pagas antecipadamente		-	-	9.350	(11.545)
Entidade de previdência privada		-	-	4.979	2.043
Partes relacionadas		18.416	(32.413)	29.114	(8.549)
Concessão serviço público (ativo financeiro)		-	-	2.467	1.707
Outros ativos		(87)	(6.445)	1.466	(32.134)
		591.538	1.238.320	(262.758)	(173.828)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS					
Fornecedores		(344)	967	315.104	134.964
Salários e encargos a pagar		3.820	160	28.276	(5.485)
Encargos de dívidas e swap pagos	(19 e 20)	(518)	(406)	(509.857)	(513.757)
Taxas regulamentares		-	-	(5.870)	(26.560)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(10)	-	-	(179.415)	(165.866)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL		15.436	5.695	35.329	(27.207)
Partes relacionadas		(977)	1.032	-	-
Indenizações/contingências pagas		-	-	(75.553)	(6.880)
Entidade de previdência privada		-	-	(12.247)	(27.895)
Outros passivos		(5)	(174)	70.008	83.965
		17.412	7.274	(334.225)	(554.721)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		827.816	1.552.673	2.920.565	3.037.202

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Continuação
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11 Reclassificado	31/12/12	31/12/11 Reclassificado
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO					
Integralização de capital em investidas		(336.879)	(202.327)	(168.512)	(129.029)
Aquisição de investimentos	(14)	-	(161.652)	7	(139.332)
Alienação de bens do ativo permanente		-	-	(525)	(47)
Aquisição de imobilizado	(15)	(536)	(1.221)	(875.964)	(288.183)
Aquisição de intangível	(17)	-	(10.800)	(2.101.551)	(1.552.918)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	(15.944)	(15.424)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(8)	(65.196)	(30.848)	(1.587.387)	(377.781)
Resgate de títulos e valores mobiliários	(8)	-	125.375	1.715.615	216.624
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(402.611)	(281.473)	(3.034.261)	(2.286.090)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	(19)	-	3.045	1.692.417	1.714.910
Captação de debêntures	(20)	-	-	328.607	560.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(19)	(739)	-	(606.972)	(682.547)
Amortização do principal de debêntures	(20)	-	-	(411.820)	(635.418)
Obrigações vinculadas		-	-	247.692	114.091
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(24)	(771.029)	(923.553)	(948.659)	(1.139.441)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(771.768)	(920.508)	301.265	(68.405)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(346.563)	350.692	187.569	682.707
Caixa e equivalentes no início do exercício		3.150.422	2.799.730	4.074.308	3.391.601
Caixa e equivalentes no final do exercício		2.803.859	3.150.422	4.261.877	4.074.308
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(346.563)	350.692	187.569	682.707
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA					
Aumento de capital com instrumentos patrimôniais ou AFAC		27.114	125.704	149.655	125.704
Capitalização de juros e despesas financeiras não caixa		-	-	2.201	4.128
Intangível - Uso do bem público		-	-	4.711	36.460
Aumento de capital com mútuo de controladores		-	14.239	-	14.239
Conversão de créditos em participação em investida		-	-	-	18.948

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011 (Reclassificado)	31/12/2012	31/12/2011 (Reclassificado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	3.220	17.010	16.370.061	14.019.582
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(577.721)	(296.653)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(18.432)	(289)
	3.220	17.010	15.773.908	13.722.640
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(4.855.307)	(3.549.736)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(674.199)	(589.855)
Matérias-primas consumidas	-	-	(226.757)	(188.440)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(8.327)	(11.850)	(2.865.989)	(2.181.194)
	(8.327)	(11.850)	(8.622.252)	(6.509.225)
Valor adicionado bruto	(5.107)	5.160	7.151.656	7.213.415
Depreciação e amortização	(99.549)	(102.602)	(695.007)	(660.455)
Perda e recuperação de valores ativos	-	(51.245)	-	(51.245)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(104.656)	(148.687)	6.456.649	6.501.715
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	246.109	333.360	916.765	920.584
Resultado de equivalência patrimonial	1.160.938	1.408.107	(1.506)	473
	1.407.047	1.741.467	915.259	921.057
Valor adicionado total a distribuir	1.302.391	1.592.780	7.371.908	7.422.772
Distribução do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	-	-	275.736	242.851
Encargos sociais (exceto INSS)	563	-	64.404	58.557
Entidade de previdência privada	-	226	21.585	22.854
Auxílio alimentação	67	22	29.957	26.126
Convênio assistencial e outros benefícios	1.160	2	18.789	20.611
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	4.000	-	30.907	13.009
Provisão para férias e 13º salário	-	53	65.210	58.398
Plano de saúde	145	89	24.097	29.464
Indenizações trabalhistas	-	1.130	21.522	22.438
Participação nos resultado	-	-	49.388	36.695
Administradores	6.079	3.931	18.195	13.291
Encerramento de ordem em curso	-	-	5.636	5.735
(-) Transferência para ordens	-	-	(153.486)	(132.775)
	12.014	5.453	471.940	417.254
. Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	193	332	70.380	59.118
ICMS	-	-	2.610.050	2.377.395
PIS/COFINS sobre faturamento	326	-	809.042	720.478
Imposto de renda e contribuição social	4.163	1.804	275.949	270.077
Obrigações intra-setoriais	-	-	603.681	695.186
Outros	135	116	17.936	16.087
	4.817	2.252	4.387.038	4.138.341
. Financiamentos				
Juros e variações cambiais	20.950	33.335	934.614	1.006.050
Aluguéis	125	112	14.699	12.699
Outros	-	-	10.867	3.331
	21.075	33.447	960.180	1.022.080
. Acionistas				
Juros sobre capital próprio	336.433	543.000	336.433	543.000
Dividendos distribuídos	249.600	-	249.600	-
Dividendos propostos	14.598	194.023	14.598	194.023
Lucro retido (Reserva Legal)	63.224	77.582	63.224	77.582
Reserva de retenção de lucro	600.630	737.023	600.630	737.023
Reserva de lucros a realizar	-	-	11.646	-
Participação dos não controladores	-	-	276.619	293.469
	1.264.485	1.551.628	1.552.750	1.845.097
Valor adicionado distribuído	1.302.391	1.592.780	7.371.908	7.422.772

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEOENERGIA S.A.

Balanços Sociais Consolidados – Informação adicional (Não Auditado)
Exercícios findos em 31 de dezembro
Informações monetárias em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - BASE DE CÁLCULO	2012 R$ mil	2011 R$ mil
Receita Líquida (RL)	11.810.628	9.770.849
Resultado Operacional (RO)	1.857.415	2.203.971
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	520.542	453.518
Valor Adicionado Total (VAT)	7.371.908	7.422.772

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)	R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	29.970	5,76	0,25	0,41	24.310	5,36	0,25	0,33
Encargos sociais compulsórios	129.731	24,92	1,10	1,76	115.003	25,36	1,18	1,55
Previdência privada	23.962	4,60	0,20	0,33	25.987	5,73	0,27	0,35
Saúde	25.488	4,90	0,22	0,35	26.769	5,90	0,27	0,36
Segurança e saúde no trabalho	4.038	0,78	0,03	0,05	6.691	1,48	0,07	0,09
Educação	1.832	0,35	0,02	0,02	1.947	0,43	0,02	0,03
Cultura	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	32.681	6,28	0,28	0,44	6.251	1,38	0,06	0,08
Creches ou auxílio-creche	2.157	0,41	0,02	0,03	1.960	0,43	0,02	0,03
Esporte	262	0,05	0,00	0,00	53	0,01	0,00	0,00
Transporte	5.911	1,14	0,05	0,08	3.814	0,84	0,04	0,05
Participação nos lucros ou resultados	49.875	9,58	0,42	0,68	35.708	7,87	0,37	0,48
Outros	3.428	0,66	0,03	0,05	5.516	1,22	0,06	0,07
Total - Indicadores sociais internos	**309.335**	**59,42**	**2,62**	**4,19**	**254.009**	**55,99**	**2,60**	**3,41**

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	818	0,04	0,01	0,01	1.560	0,07	0,02	0,02
Cultura	56.881	3,06	0,48	0,77	635	0,03	0,01	0,01
Projeto Faz Cultura	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
LeiRouanet	483	0,03	0,00	0,01	-	0,00	0,00	0,00
Lei Audiovisual	700	0,04	0,01	0,01	635	0,03	0,01	0,01
Fundo de Cultura	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Cine Coelba	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Outros	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Saúde e Saneamento	441	0,02	0,00	0,01	532	0,02	0,01	0,01
Esporte	125	0,01	0,00	0,00	118	0,01	0,00	0,00
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Social	1.201.848	64,71	10,18	16,30	672.650	30,52	6,88	9,06
Luz para Todos	-	0,00	0,00	0,00	672.598	30,52	6,88	9,06
Universalização	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Outros	-	0,00	0,00	0,00	52	0,00	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	94.829	5,11	0,80	1,29	84.470	3,83	0,86	1,14
Outros	1.093	0,06	0,01	0,01	834	0,04	0,01	0,01
Total das Contribuições para a Sociedade	**1.356.035**	**73,01**	**11,48**	**18,39**	**760.799**	**34,52**	**7,79**	**10,25**
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	4.042.215	217,63	34,23	54,83	3.935.771	178,58	40,28	53,02
Total - Indicadores sociais externos	**5.398.250**	**290,62**	**45,71**	**73,24**	**4.696.570**	**213,09**	**48,07**	**63,27**

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa								
Manejo da vegetação	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Substituição de equipamentos	630	0,03	0,01	0,01	-	0,00	0,00	0,00
Reciclagem de óleo	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Licenciamento ambiental	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Rede compacta ou isolada	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Educação ambiental	19	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Energia solar fotovoltaíca	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Sistema de Gestão Ambiental	858	0,05	0,01	0,01	7.430	0,34	0,08	0,10
Outros projetos ambientais	510	0,07	0,00	0,01	42	0,00	0,00	0,00
Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa	**2.017**	**0,18**	**0,02**	**0,02**	**7.472**	**0,35**	**0,08**	**0,10**
Investimento em programas e/ou projetos externos								
Pesquisa e Desenvolvimento	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Eficientização Energética	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Educação ambiental para comunidade	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	1.258	0,07	0,01	0,02	1.455	0,07	0,01	0,02
Outros	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Total dos investimento em programas e/ou projetos externos	**1.258**	**0,06**	**0,01**	**0,02**	**1.455**	**0,07**	**0,02**	**0,02**
Total dos investimentos em meio ambiente	**3.275**	**0,18**	**0,03**	**0,04**	**8.927**	**0,41**	**0,09**	**0,12**

Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	149	53
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	5	2.258
Passivos e contingências ambientais.	0	0

NEOENERGIA S.A.

Balanços Sociais Consolidados - Continuação – Informação adicional (Não Auditado)
Exercícios findos em 31 de dezembro
Informações monetárias em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2012	2011
Nº de empregados(as) ao final do período	5.236	5.149
Nº de admissões durante o período	599	433
Nº de desligamentos durante o período	554	442
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	22.623	19.890
Nº de estagiários(as) (1)	371	385
Nº de empregados acima de 45 anos	2.374	2.634
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	1	0
de 18 a 35 anos	2.132	1.821
de 36 a 60 anos	3.102	3.278
acima de 60 anos	31	50
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	0	0
com ensino fundamental	395	405
com ensino médio	888	1.696
com ensino técnico	1.902	924
com ensino superior	1.711	1.615
pós- graduados	373	444
Nº de empregados por sexo:		
homens	4.076	3.999
mulheres	1.190	1.150
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	80%	79%
mulheres	20%	21%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	734	2.640
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	10%	31%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)	135	138
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	342.084	310.221
Administradores	11.808	9.653
Terceirizados	0	760
Autônomos	0	0

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2012			2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	42			101		
Nº total de acidentes de trabalho	79			166		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) (X) Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) (X) Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva

	2012	2011
Contencioso Cível:		
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	289.868	332.673
no procon	2.981	2.884
na justiça	20.329	23.238
% das reclamações e críticas solucionadas:		
na empresa	100%	100%
no procon	80%	99%
na justiça	70%	85%
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	35.003	22.591

Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:

1 - Contagem do prazo de 15 dias para suspensão do fornecimento pela data da apresentação da fatura e não da emissão da mesma
2 - Alteração nas planilhas dos processos de irregularidade no SAP/CCS;
3 - Procedimento para aplicação de sazonalidade para consumidores não industrial;
4 - Suspensão de cobrança de diferença de consumo para consumidor regular com derivação do ramal para terceiros;
5 - Orientação para classificação correta de Quadra de Esportes do poder público;
6 - Contratação de consultoria para diagnosticar e propor melhorias do processo de RDE, Irregularidade e Qualidade do Fornecimento.

Observações:

(1) - Os valores que compõem os indicadores sociais internos abrangem os colaboradores e os administradores. Não possuímos os valores de terceirizados e autônomos.

Contigências e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	1.739	1.830
julgados procedentes	978	811
julgados improcedentes	245	187
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	40.441	30.862
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	Em 2012: 7.371.908	Em 2011: 7.422.772
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	59,51% governo 6,40% colaboradores(a) 11,90% acionistas 13,02% terceiros 9,16 %Retido	55,75% governo 5,62% colaboradores(a) 13,88% acionistas 13,77% terceiros 10,97%Retido

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

NEOENERGIA S.A CNPJ:01.083.200/0001-18
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30 de janeiro de 2013 as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controlada em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		31/12/12		31/12/11	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,47	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA CORUMBA III	(e)	-	15,58	-	15,58
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(a)	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES ENERGIA EFICIENTE	(f)	-	50,10	50,10	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
CAPUAVA	(d)	-	100,00	-	-
CALANGO I	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO II	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO III	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO IV	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO V	(a)	-	50,00	50,00	-
MEL II	(a)	-	50,00	50,00	-
ARIZONA I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ II	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ III	(a)	-	50,00	50,00	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA		99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	90,65	9,35	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(c)	50,55	-	100,00	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(c)	50,00	-	50,00	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(c)	-	50,00	-	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.
(b) Participação direta e através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 14.
(c) Empresas de propósito específico para participação em empresas de geração. Vide nota explicativa nº 14.
(d) Participação através de EnergyWorks. Vide nota explicativa nº 14.
(e) Participação através de Geração CIII. Vide nota explicativa nº 14.
(f) Empresas constituídas para construção do empreendimento UHE Telespires com partição indireta por meio da Telespires Participações. Vide nota explicativa nº 14.

	Percentual da Participação (%)			
	31/12/12		31/12/11	
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-
Salvador Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento CAIXA Natal Renda Fixa Longo Prazo	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

O Grupo possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/97	07/08/27
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/00	30/03/30
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

Transmissão	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Estado da Bahia	28/01/09	28/01/39
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz)	Estado do Rio Grande do Norte	10/05/12	10/05/42
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Estado da Bahia	27/08/12	28/08/42

Comercialização	Localidade	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	Somente em caráter emergencial	-	29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,0 MW	9,0 MW	06/08/97	08/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	7,22 MW	8,0 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	462 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532,721 MW	504,12 MW	455 MW	18/12/00	17/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,91 MW	11 MW	18/12/02	17/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	12,71 MW	11 MW	18/02/02	17/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	18/02/04	17/04/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	18/12/02	17/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	80 MW	39,27 MW	15/08/06	14/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	96,4 MW	50,9 MW	30,54 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	10/12/99	09/12/29
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	03/07/07	02/07/42
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	10,4 MW (*)	7,9 MW	7,9 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW (*)	2,9 MW	2,9 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW (*)	30,0 MW	30,0 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW (*)	8,7 MW	8,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW (*)	11,6 MW	11,6 MW	1999	2028

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (Mwmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
Belo Monte	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3459,95 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	16/10/12	16/10/47
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	26/04/11	26/04/46
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	06/05/11	06/05/46
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,0 MW	-	26/05/11	26/05/46
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	18/05/11	18/05/46
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	01/06/11	01/06/46

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, mensuração do uso de bem público, estimativas do valor justo das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e de suas Controladas, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as Companhias integrantes do Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Faturada

Nas distribuidoras do Grupo os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido por elas. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada visando adequar as leituras ao período de competência, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c) Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

As Companhias controladas do Grupo contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como igual a zero, considerando que: (i) as atividades fins das Controladas são de distribuição e

transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance de suas atividades fins, ou seja, a distribuição e transmissão de energia elétrica; e (iii) as Controladas terceirizam a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d) Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para as Controladas e para Controladora, e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método custo amortizado pela taxa efetiva com base no tempo e na taxa de juros aplicada sobre o montante em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. Adicionalmente, para os casos de ativos avaliados a valor justos por meio do resultado, também são efetuados ajustes de marcação a mercado desses ativos e reconhecidos no resultado financeiro.

3.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio liquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social (“IR e CS”) são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, as empresas do Grupo adotam o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

As Controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco tem direito a redução do Imposto de Renda por meio do incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 10).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos

anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributaria.

3.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, além de outros créditos realizáveis por caixa.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- As Controladas transferiram os seus direitos de receberem fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) as Controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) as Controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros das empresas do Grupo são empréstimos e financiamentos, além dos derivativos classificados como valor justo por meio do resultado. As empresas do Grupo determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros das empresas do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros e os ajuste decorrentes da aplicação do método são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do

passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.7 – Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 33).

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

3.8 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores justos.

3.9 – Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e também por meio de contratos bilaterais e outros, até o encerramento do balanço,

contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

3.10 – Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

3.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

3.12 – Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.13 – Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de

Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização monetária do ativo financeiro reconhecida no resultado é efetuada trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes. Na data da revisão tarifária da Coelba e Cosern, que ocorre a cada cinco anos, e da Celpe, que ocorre a cada quatro anos, (próxima revisão tarifária prevista para abril de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

3.14 – Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos.

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

3.15 – Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2009 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para o cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 17).

3.16 – Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura é efetuado pelo menos anualmente (31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas distribuidoras do Grupo houve a avaliação do valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

3.17 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

3.18 – Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE)

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

g) Uso de Bem Publico

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

h) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

3.19 – Participação nos resultados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

3.20 – Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem

pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social das empresas do Grupo estabelece que no mínimo 25% do lucro líquido anual seja declarado a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, as Companhias registram a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

As empresas do Grupo distribuiram juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para as controladas.

3.21 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

O Grupo possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

3.22 – Provisões

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

O Grupo também está sujeito a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento das Companhias do Grupo são baseados na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.23 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

3.24 – Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3.25 – Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.26 – Segmento de Negócios

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 – Operating segments, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3.27 – Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo nas datas de aquisição das parcelas adicionais, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas, de acordo com o CPC 38, na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os

passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.28 – Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

3.29 – Novos Pronuncimentos Contábeis

3.29.1 – Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – aprovado pela Deliberação CVM Nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – aprovado pela Deliberação CVM Nº 687, de 04 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM Nº 691, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM Nº 696, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM Nº 694, de 23 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 692, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados - aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do corredor, o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Esta revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os impactos futuros da adoção dessas emendas sobre as demonstrações financeiras a serem emitidas a partir da data de vigência.

CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 693, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 698, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM Nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades - aprovado pela Deliberação CVM Nº 697, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - aprovado pela Deliberação CVM Nº 699, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

3.29.2 – Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3.29 – Reapresentação das cifras comparativas

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

		Consolidado 31/12/2011		
		Publicado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	4.255.486	(181.178)	4.074.308
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(b, c)	2.078.466	13.794	2.092.260
Títulos e valores mobiliários	(a)	177.470	160.737	338.207
Impostos e contribuições a recuperar		365.262	2.612	367.874
Estoques		22.927	-	22.927
Despesas pagas antecipadamente		30.580	(5.905)	24.675
Entidade de previdência privada		6.555	-	6.555
Serviços em curso	(d)	156.008	(89.788)	66.220
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(g)	27.064	4.485	31.549
Outros ativos circulantes	(a, b)	105.515	(26.959)	78.556
TOTAL DO CIRCULANTE		7.225.333	(122.202)	7.103.131
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber		907.912	-	907.912
Títulos e valores mobiliários	(a)	139.142	(130.469)	8.673
Impostos e contribuições a recuperar		89.227	-	89.227
Coligadas e controladas		39.192	3.319	42.511
Impostos e contribuições sociais diferidos	(e)	335.265	353.826	689.091
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(e)	546.207	(546.207)	-
Fundos vinculados	(a)	55.055	(55.055)	-
Depósitos judicias		302.243	(3.043)	299.200
Entidade de previdência privada		37.596	-	37.596
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(g)	1.097.347	48.196	1.145.543
Outros ativos não circulantes		25.744	-	25.744
Investimentos		163.873	-	163.873
Investimentos em coligadas e controladas		136.081	-	136.081
Outros investimentos		27.792	-	27.792
Imobilizado	(f, g, h)	3.780.995	2.534	3.783.529
Intangível	(f)	6.889.613	(32.047)	6.857.566
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.409.411	(358.946)	14.050.465
TOTAL DO ATIVO		21.634.744	(481.148)	21.153.596

		Consolidado 31/12/2011		
		Publicado	Reclassificação	Reclassificado
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	(c, h)	798.956	9.931	808.887
Empréstimos e financiamentos		812.252	(173)	812.079
Debêntures		433.525	-	433.525
Salários e encargos a pagar		65.496	(57)	65.439
Taxas regulamentares	(d)	172.486	(63.356)	109.130
Impostos e contribuições a recolher	(i)	432.606	(89.965)	342.641
Dividendos e juros sobre capital proprio		157.954	(86)	157.868
Provisões		46.240	-	46.240
Entidade de previdência privada		15.233	-	15.233
Coligadas e controladas		3.276	-	3.276
Concessão do serviço público (uso do bem público)		3.045	1.949	4.994
Outros passivos circulantes	(c, h)	256.917	(827)	256.090
TOTAL DO CIRCULANTE		3.197.986	(142.584)	3.055.402
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores		61.159	-	61.159
Empréstimos e financiamentos	(a)	4.315.250	(205.539)	4.109.711
Debêntures		1.199.164	-	1.199.164
Taxas regulamentares	(d)	102.654	(24.652)	78.002
Impostos e contribuições a recolher		10.458	-	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos	(e)	193.094	(193.094)	-
Provisões	(i)	186.499	85.778	272.277
Entidade de previdência privada		281.188	-	281.188
Concessão do serviço público (uso do bem público)		67.246	(1.057)	66.189
Outros passivos não circulantes		37.062	-	37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.453.774	(338.564)	6.115.210
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social		4.739.025	-	4.739.025
Reservas de capital		2.288	-	2.288
Reservas de lucro		6.045.590	-	6.045.590
Outros resultados abrangentes		61.400	-	61.400
Proposta de distribuição de dividendos adicional		194.023	-	194.023
Acionistas não controladores		940.658	-	940.658
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.982.984	-	11.982.984
TOTAL DO PASSIVO		21.634.744	(481.148)	21.153.596

Segue descrição das principais alterações no Balanço Patrimonial:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliário reclassificados para melhor evidenciar sua liquidez e quando diretamente vinculados a obrigações empréstimos, estas foram apresentadas líquidas desses montantes conforme prevê o CPC 39. A movimentação total decorrente é a seguinte:

C -	Caixa e equivalentes de caixa	(181.178)
D -	Títulos e Valores Mobiliários - Circulante	160.737
C -	Títulos e Valores Mobiliários - Não Circulante	(130.469)
C -	Fundo Vinculado	(55.055)
D -	Empréstimos e financiamentos - Não Circulante	205.539
C -	Outros ativos circulantes	(426)

(b) Créditos a receber referentes ao subsídio à baixa renda nas distribuidoras do Grupo reclassificados de “Outros ativos circulantes” para “Contas a Receber de clientes e demais contas a receber” no montante total de R$ 23.857;

(c) Créditos e obrigações compensáveis no montante de R$ 8.550 nas empresas Termope e NC Energia. Os valores estão assim dispostos:

C -	Contas a receber de clientes e outros	(8.550)
D -	Fornecedores	(7.872)
D -	Outros passivos circulantes	(678)

(d) Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios e em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares (Nota 22), além de valores dessa natureza reclassificados do grupo Outros passivos circulantes. Os montantes relativos a essa reclassificação estão assim dispostos:

C -	Serviços em curso	(89.788)
D -	Taxas regulamentares - Circulante	63.356
D -	Taxas regulamentares - Não Circulante	24.652
D -	Outros passivos circulantes	1.778

(e) Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32. Segue a movimentação decorrente dessa reclassificação:

D -	Impostos e contribuições sociais diferidos - Ativos	353.113
C -	Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(546.207)
D -	Impostos e contribuições sociais diferidos - Passivos	193.094

(f) Reclassificação para melhor apresentação de gastos em estudos e projetos na controlada Neoinvest realizados para participação em concorrências públicas por concessões diversas do segmento de energia, vencidas ou ainda a ocorrer movimentados do imobilizado para o intangível no montante de R$ 20.108, além da movimentação inversa a mencionada acima, relativa aos gastos com projetos já operacionais das Controladas da Neoenergia no monte de R$ 46.550;

(g) Reclassificação de ativos de transmissora Narandiba para Concessão do Serviço público (Ativos financeiros) como prevê o ICPC 01. Os montantes decorrentes dessa reclassificação estão assim dispostos:

D -	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Circulante	4.485
D -	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Não Circulante	48.197
C -	Imobilizado	(52.682)

(h) Reconhecimento de obrigações com fornecedores entre outros em contrapartida de ativos em construção (Imobilizado). Segue composição dos valores:

D -	Imobilizado	19.809
C -	Fornecedores - Circulante	(17.882)
C -	Outros passivos circulantes	(1.927)

(i) Reclassificação de saldos a pagar tributos em contestação na Neoenergia para provisões no valor de R$ 85.778.

A seguir quadro com alterações na Demonstração de Resultado do ano de 2011:

		Consolidado		
		31/12/2011		
Demonstração do Resultado		Publicado	Reclassificação	Reclassificado
	Ref.			
Custo dos serviços prestados	(a)	(6.434.863)	176.852	(6.258.011)
Despesas com vendas	(a)	(530.426)	(176.800)	(707.226)
Despesas gerais e administrativas	(a)	(450.519)	(52)	(450.571)
Corrente	(b,c)	(478.996)	(4.907)	(483.903)
Diferido	(b)	3.988	5.515	9.503
Imposto de renda - SUDENE	(c)	256.899	(608)	256.291

(a) Ajuste na transferência por atividade da despesa com PCLD;

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido correntes reclassificados para linha especifica.

(c) Outros incentivos fiscais reclassificados, tais como: Lei de incentivo áudio visual e Lei de incentivo a cultura (Lei Rouanet).

4. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A demonstração contábil consolidada foi preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM n° 247, de 27 de março de 1996, que incluem a Neoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.

As demonstrações contábeis das controladas em conjunto relacionadas no quadro a seguir foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações das investidas.

Segue quadro com resumo das posições patrimoniais totais das controladas em conjunto:

Investidas	Data-base	Part. (%)	Ativo		Passivo		
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido
TERMOAÇU	2012	23,13	139.737	680.769	68.318	118	752.070
	2011	23,13	89.580	712.078	68.260	34	733.364
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL	2012	50,00	7.754	416.289	4.569	88	419.386
	2011	50,00	-	8.256	-	-	8.256
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	2012	50,00	32.388	176.327	572	37.855	170.288
	2011	50,00	-	-	-	-	-
CALANGO I	2012	50,00	18.034	41.411	3.701	26.785	28.959
	2011	50,00	227	435	-	660	2
CALANGO II	2012	50,00	43.163	39.304	4.389	47.104	30.974
	2011	50,00	227	435	-	660	2
CALANGO III	2012	50,00	45.356	34.331	1.841	48.292	29.554
	2011	50,00	220	290	-	508	2
CALANGO IV	2012	50,00	20.204	33.274	1.155	23.586	28.737
	2011	50,00	220	290	-	508	2
CALANGO V	2012	50,00	41.448	33.833	1.255	45.577	28.449
	2011	50,00	220	290	-	508	2
MEL II	2012	50,00	8.031	75.319	4.570	51.479	27.301
	2011	50,00	6.248	1.600	6	7.824	18
ARIZONA I	2012	50,00	51.863	38.584	1.818	55.416	33.213
	2011	50,00	162	754	-	914	2
CAETITÉ I	2012	50,00	29.867	47.941	1.598	29.795	46.415
	2011	50,00	472	952	-	1.421	3
CAETITÉ II	2012	50,00	42.888	59.203	3.838	42.289	55.964
	2011	50,00	2.286	980	2	3.256	8
CAETITÉ III	2012	50,00	43.905	52.527	1.437	41.761	53.234
	2011	50,00	472	952	-	1.421	3
TELES PIRES	2012	50,10	127.826	1.545.306	97.532	850.154	725.446
	2011	50,10	360.758	462.117	368.843	72.774	381.258
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	2012	50,55	308.026	728.042	2	677.701	358.365
	2011	100,00	-	190.860	-	-	190.860

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.
- Capitalização dos encargos financeiros decorrentes das captações aos ativos atribuíveis.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação da demonstração contábil consolidada, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído à concessão, foi classificado no ativo intangível.

Segue abaixo quadro de conciliação do resultado:

		Acumulado de 01/01/2012 a 31/12/2012
RESULTADO DA CONTROLADORA		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**1.264.485**
Resultado financeiro líquido capitalizado	(a)	11.646
RESULTADO CONSOLIDADO		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**1.276.131**

(a) Corresponde aos encargos decorrentes de captação de recursos de terceiros por Telespires Participações para investimento na Cia. Hidrelétrica Telespires S.A. e aplicação na construção da usina.

5. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Bifurcação dos Bens da Concessão do Serviço Público – Ativo Financeiro Indenizável e Ativo Intangível

   As Companhias Controladas do Grupo adotam a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de

receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, as Companhias adotam a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteado pela ICPC-01(IFRIC-12).

b) Contratos de Construção

Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e

trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

f) Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11 Reclassificado
Caixa e depósitos bancários à vista	73	147	93.565	94.922
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.197.621	1.159.882	1.242.399	1.239.928
Fundos de investimento	1.606.165	1.990.393	2.925.913	2.739.458
	2.803.859	3.150.422	4.261.877	4.074.308

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.
A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB´s, entre outros. Os valores aplicados são convertidos

em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB´s, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 95% a 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

		Consolidado	
	Ref.	31/12/12	31/12/11 Reclassificado
Consumidores	(a)	3.013.188	3.112.347
Títulos a receber	(b)	164.091	113.304
Comercialização de energia na CCEE	(c)	132.045	84.287
Disponibilização do sistema de distribuição		49.884	35.157
Serviços prestados a terceiros		19.090	22.601
Serviços taxados e adminstrativos		66.560	84.363
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(d)	103.821	23.857
Outros créditos		70.542	84.840
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(961.068)	(560.584)
Total		2.658.153	3.000.172
Circulante		2.079.092	2.092.260
Não circulante		579.061	907.912

(a) Consumidores

	Consolidado						
	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/12	31/12/11 Reclassificado	31/12/12	31/12/11 Reclassificado
Setor Privado							
Residencial	417.648	209.369	631.077	1.258.094	1.387.314	(678.084)	(345.373)
Industrial	146.984	16.568	98.827	262.379	310.712	(72.837)	(55.017)
Comercial, serviços e outras	258.674	56.523	109.204	424.401	441.133	(68.836)	(47.096)
Rural	65.263	18.465	86.360	170.088	164.010	(45.218)	(46.553)
	888.569	300.925	925.468	2.114.962	2.303.169	(864.975)	(494.039)
Setor Público							
Poder público							
Federal	16.542	1.780	3.646	21.968	21.104	(1.638)	(1.484)
Estadual	163.457	3.792	1.401	168.650	174.611	(1.106)	(1.438)
Municipal	161.595	18.801	26.452	206.848	216.482	(23.770)	(29.912)
	341.594	24.373	31.499	397.466	412.197	(26.514)	(32.834)
Iluminação pública	41.214	15.193	11.445	67.852	74.271	(3.095)	(2.456)
Serviço público	67.577	8.660	16.216	92.453	91.452	(7.784)	(11.656)
Fornecimento não faturado	340.455	-	-	340.455	231.258	-	-
Consumidores	1.679.409	349.151	984.628	3.013.188	3.112.347	(902.368)	(540.985)
Circulante				2.446.627	1.220.843	(886.646)	(375.939)
Não circulante				566.561	1.891.504	(15.722)	(165.046)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b)Títulos a Receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/12	31/12/11 Reclassificado	31/12/12	31/12/11 Reclassificado
Setor público	2.925	3	27	2.955	6.590	(27)	(44)
Setor privado	121.450	24.880	14.806	161.136	106.714	(17.031)	(6.523)
Total	124.375	24.883	14.833	164.091	113.304	(17.058)	(6.567)
Circulante				50.805	50.814	(2.360)	(2.817)
Não circulante				113.286	62.490	(14.698)	(3.750)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c)Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período.

Dada à incerteza de sua realização as Companhias constituíram Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d)Subvenção à Baixa Renda – Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras do Grupo e submetidas à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

(e)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reclassificado)	(540.985)	(6.567)	(13.032)	(560.584)
Adições	(660.951)	(13.297)	(42.045)	(716.293)
Reversões	216.291	2.806	13.435	232.532
Baixados a reserva	83.277	-	-	83.277
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(902.368)	(17.058)	(41.642)	(961.068)

Nas Distribuidoras do Grupo duas mudanças impactaram nas estratégias de cobrança das Companhias: as decorrentes das regras comerciais promovidas pela resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições aos cortes de consumidores inadimplentes; e os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7.583/11, que impactaram a política de diferenciação de tarifas existente para o grupo baixa renda. Antes era considerando tão somente o consumo em kWh ou a auto declaração, para determinar se o cliente era apto ou não a receber a tarifa diferenciada; com a referida lei passou a ser exigido o seu

efetivo cadastramento nos planos sociais do Governo, o NIS – Número de Identificação Social, o BPC – Benefício de Prestação Continuada ou NB – Número do Benefício. Tal alteração desencadeou o descredenciamento de quase 2 milhões de clientes, desses mais de 770 mil clientes somente na Celpe, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando as Companhias a deixar de receber a respectiva subvenção.

Dentre as empresas, a principal impactada em seu resultado, Celpe, com um o total de clientes de cerca de 3,2 milhões de consumidores, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às mudanças acima citadas, definindo uma estratégia específica de cobrança, sendo denominado de Conjunto Monitorado, cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro da residencial a maioria possuía perfil de baixo consumo.

A Administração da Companhia Celpe, através de seus órgãos representativos – Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma previsto, ele somente deveria durar o tempo necessário para que os lotes fossem devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de 2012. Logo, não houve nada em 2012 diferente de 2011, que tenha provocado alteração na contabilização, apenas e tão somente a manutenção da mecânica da ação, isto é, aqueles clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia Celpe realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de reparcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

					Consolidado	
Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11 Reclassificado
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	-	1.454
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	(*)	CDI	-	12
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	52.667	252.232
Banco Itaú	(c)	Títulos Públicos	set-13	Selic	-	28.675
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	10	2.141
Banco Itaú		LFT	fev-13 / mai-14	CDIC	65.663	999
Banco Itaú		CDB	out-13	CDI	-	307
Banco Nordeste do Brasil	(c)	LFT	set-17	CDI	43.927	-
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	11.684	4.782
Bradesco	(b)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	1.119	7.502
Bradesco		CDB/CDI	Diversos	CDI	-	742
Bradesco		LFT	(*)	CDI	16	552
Bradesco	(a)	CDB	jan-13 / set-13 / abr-14	CDI	2.184	2.000
Bradesco		LFT	mar-13	CDI	33	226
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	jun -13 / jan-13/ fev-14 / fev-17	CDI	7.374	5.555
Caixa Econômica Federal	(b)	Fundo de Investimento	Diversos	CDI	22.431	-
Caixa Econômica Federal	(c)	CDB	Diversos	CDI	13.619	5.871
Caixa Econômica Federal	(c)	LFT	Diversos	CDI	-	6.261
Votorantim		CDB	dez-12	CDI	-	4.839
Votorantim		CDB	dez-12	CDI	-	1.194
Votorantim		CDB	jun-13	CDI	2.486	9.889
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	-	10.951
Sul América		Título de capitalização	set-13	TR	5	5
Banco Itaú		LFT	diversos	Selic	-	126
Caixa Econômica Federal	(b)	Fundo de Investimento	(*)	Variável	1.397	565
Banco Itaú		CDB	jul-13	CDI	68	-
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	1.684	-
Votorantim		CDB	dez-13	CDI	43	-
Total					226.410	346.880
Circulante					186.112	338.207
Não circulante					40.298	8.673

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

(c) Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	346.880
Aplicações	1.480.914
Resgates	(1.616.522)
Remuneração	15.138
Saldos em 31 de dezembro de 2012	226.410

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(a)	101.252	92.719	220.887	191.422
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	2.956	3.843	55.775	28.303
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	116.271	79.474
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	13.828	14.814
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	34.949	38.460
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	11.918	9.172
IOF		3.852	3.811	3.852	3.811
Imposto sobre Serviços - ISS		-	21	2.077	1.035
Outros		648	631	1.913	1.383
		108.708	101.025	461.470	367.874
Não-Circulante					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	112.404	85.103
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	-	303
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	-	1.173
Recuperação Fiscal - REFIS	(d)	-	-	2.413	2.412
Outros		-	-	75	236
		-	-	114.892	89.227
Total		108.708	101.025	576.362	457.101

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipado corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda – IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto principalmente por ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados à prestação de serviços pela Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000

(c) A Companhia e suas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Itapebi impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 2004, argüindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, as Companhias obtiveram o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procederam o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante atualizado até 31/12/2011, de R$ 185.326, dos quais R$164.560 foram efetivamente utilizados até 31/12/2011.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Coelba, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Vide nota explicativa nº. 25 – Provisões.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Imposto de renda e contribuição social	(I)	**146.977**	**142.884**
Diferido ativo		174.529	161.101
Diferido passivo		(27.552)	(18.217)
Benefícil fiscal do ágio e reversão PMIPL	(II)	**497.695**	**546.207**
Total		**644.672**	**689.091**

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

As Companhias do Grupo registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo				Passivo			
	31/12/12		31/12/11		31/12/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos fiscais	91.331	22.832	7.197	1.800	-	-	-	-
Diferenças temporárias	440.032	110.008	477.144	119.287	(63.735)	(15.897)	(50.979)	(12.708)
	531.363	132.840	484.341	121.087	(63.735)	(15.897)	(50.979)	(12.708)
Contribuição Social								
Base negativa	91.331	8.220	7.197	648	-	-	-	
Diferenças temporárias	371.879	33.469	437.406	39.366	(129.492)	(11.655)	(61.213)	(5.509)
	463.210	41.689	444.603	40.014	(129.492)	(11.655)	(61.213)	(5.509)
Total		174.529		161.101		(27.552)		(18.217)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	31/12/12		31/12/11	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	179.475	179.475	162.323	162.323
Provisão para passivo atuarial	295.887	295.887	291.672	291.672
Provisão para demissão voluntária	1.032	1.032	927	927
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	249.045	249.045	217.012	217.012
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	26.845	26.845	9.919	9.919
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.244	5.244	5.021	5.021
Pis/Cofins diferidos	91.331	91.331	85.778	85.778
Prejuízo fiscal	19.746	19.746	5.066	5.066
Incentivo Fiscal Sudene	128.991	-	45.772	-
Ajustes RTT				
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	42.763	42.763	48.108	48.108
Déficit plano previdenciário	2.130	2.130	2.130	2.130
Ativos e passivos regulatórios	12.733	12.733	77.708	77.708
Uso do bem público	11.777	11.777	8.942	8.942
Diferença de amortização de diferido	2.537	2.537	2.854	2.854
Outros ajustes de RTT	5.559	-	4.841	-
Outros	36.562	36.560	26.817	26.817
Total ativo	1.118.756	984.204	1.001.989	951.376
Passivo (-)				
Precatório Finsocial/PAES	(4.154)	(4.154)	(8.122)	-
Ajustes RTT				
Valor justo de derivativos financeiros	(9.641)	(9.641)	(2.128)	(8.122)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(256.712)	(256.070)	(106.075)	-
Ajuste da quota anual de amortização	(127.963)	(127.963)	(117.576)	(2.128)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	(140.636)	(140.636)	(138.709)	(105.435)
Déficit plano previdenciário	(473)	(473)	(443)	(117.576)
Superávit plano previdenciário	(39.994)	(39.994)	(48.025)	(138.709)
Ativos e passivos regulatórios	(33.355)	(33.355)	(126.380)	(443)
Custo de captação	(12.814)	(12.814)	(19.439)	(48.025)
Ganho de participação relativa	(2.701)	(2.701)	-	(126.380)
Uso do bem público	(5.603)	(5.603)	(1.730)	(19.438)
Outros ajustes de RTT	-	-	-	(1.730)
Outros	(17.082)	(17.082)	-	-
Total passivo	(651.128)	(650.486)	(568.627)	(567.986)
Total líquido	**467.628**	**333.718**	**433.362**	**383.390**

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pelo pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 2009. Esses valores correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

		Consolidado			
		31/12/12		31/12/11	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
				(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		1.828.699	1.828.699	2.115.174	2.115.174
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(48.518)	(48.518)	(51.968)	(51.968)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	33.752	33.020	(109.321)	(109.321)
Juros sobre capital próprio		(520.735)	(520.734)	(838.986)	(838.986)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		1.293.198	1.292.467	1.114.899	1.114.899
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		323.300	116.322	278.725	100.341
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização ágio participação societária		24.380	8.777	25.075	9.027
Perda de equivalência patrimonial		377	136	-	-
JSCP		38.029	13.690	63.923	23.013
Juros sobre obras em andamento - JOA		-	17	-	15
Contribuições e doações		696	250	955	344
Multas indedutíveis		6.508	2.344	938	338
Depreciação veículos executivos		286	103	432	154
Excesso despesas previdenciárias		3.986	1.435	3.511	1.264
Efeito regime lucro presumido		-	-	12	14
Participação no resultado		915	330	214	25
Outras adições		2.721	2.057	26.981	6.697
		77.898	29.139	122.041	40.891
(-) Exclusões					
Equivalência patrimonial		-	-	(118)	(43)
Reversão da provisão do ágio		(14.709)	(5.295)	(16.053)	(5.779)
Reversão da PMIPL		(8.841)	(3.183)	(9.164)	(3.299)
Incentivo fiscal SUDENE		(220.267)	-	(256.291)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT		(8.433)	-	(10.000)	-
Efeito regime lucro presumido		(15.005)	(4.703)	(33.038)	(10.454)
Outras exclusões		(6.405)	(2.555)	(3.632)	(1.023)
		(273.660)	(15.736)	(328.296)	(20.598)
Imposto de renda e contribuição social no período		127.538	129.725	72.470	120.634
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)		7.022	3.082	2.512	1.340
Diferido de diferença temporária de RTT		(34.823)	(5.113)	12.535	8.618
Imposto de renda e contribuição social no resultado		99.737	127.694	87.517	130.592
Corrente		112.127	124.602	97.667	129.945
Recolhidos e Pagos		81.889	100.292	62.197	80.458
Á pagar		24.604	16.295	4.408	7.856
Compensados e deduzidos		32.496	22.939	62.662	53.422
Impostos antecipados a recuperar		(26.862)	(14.924)	(31.600)	(11.791)
Diferido		(12.390)	3.092	(10.150)	647
		99.737	127.694	87.517	130.592

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s:

Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39 , 20 (R1) (Custos de Empréstimos) – IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (R1) (Contrato de Concessão) – IFRIC12.

(II) Benefício fiscal – Ágio incorporado

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n˚s 319/99 e 349/01.

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis consolidadas, o valor líquido total de R$ 546.207 (R$ 598.170), que, em essência, representa o crédito fiscal, foi classificado no ativo não circulante como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das controladas apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

Ágio - incorporado	3.443.491
Provisão Constituída	(2.272.705)
Benefício fiscal	1.170.786
Amortização acumulada	(1.836.969)
Reversão acumulada	1.212.390
Saldos em 31 de dezembro de 2011	546.207
Amortização	(142.680)
Reversão	94.168
Saldos em 31 de dezembro de 2012	497.695

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais para Coelba, agosto de 2001, em 336 parcelas mensais para Celpe, dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais para Cosern, maio de 2004, 248 parcelas mensais para Termopernambuco e dezembro de 2006, em 325 parcelas mensais para Itapebi e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 para Coelba, nº 192, de 31 de maio de 2001 para Celpe, nº 474, de 30 de novembro de 2000 para Cosern.

O Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005, alterou a curva autorizada para a amortização do ágio na Coelba.

A curva autorizada por meio da Resolução ANEEL nº. 474, de 30 de novembro de 2000, para a amortização dos ágios nas controladas, estão assim composta:

Curvas de amortização de ágio

Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOP	ITAPEBI	Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI
2011	0,04930	0,03983	0,04033	0,05320	0,08710	2023	0,02970	0,02551	0,02045	0,01010	0,00847
2012	0,04750	0,03842	0,03641	0,04640	0,07771	2024	0,02820	0,02442	0,01860	0,00830	0,00727
2013	0,04420	0,03705	0,03480	0,04010	0,06660	2025	0,02680	0,02336	0,01773		0,00625
2014	0,04350	0,03741	0,03342	0,03510	0,05944	2026	0,02540	0,02235	0,01690		0,00536
2015	0,04340	0,03575	0,03202	0,03100	0,05205	2027		0,02138	0,01690		0,00461
2016	0,04180	0,03430	0,02918	0,02630	0,04534	2028			0,01476		0,00396
2017	0,04010	0,03289	0,02798	0,02270	0,02878	2029					0,00340
2018	0,03790	0,03153	0,02682	0,02100	0,01883	2030					0,00292
2019	0,03680	0,03022	0,02573	0,01820	0,01558	2031					0,00250
2020	0,03480	0,02907	0,02335	0,01580	0,01338	2032					0,00215
2021	0,03280	0,02784	0,02238	0,01380	0,01149	2033					0,00185

11. SERVIÇOS EM CURSO

	31/12/12	31/12/11
Serviço próprio	11.760	24.819
Serviços prestados a terceiros	55.026	40.281
Transf.fabric.reparo de materiais	1.285	1.120
Total	68.071	66.220

Os Serviços em curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	31/12/12	31/12/11	31/12/12	Reclassificado 31/12/11
Trabalhistas		1.879	1.870	115.827	93.172
Cíveis		11	11	78.136	52.371
Fiscais:		119.357	93.883	174.499	145.216
PIS / COFINS	(a)	99.421	93.883	115.625	110.402
IRRF sobre juros sobre capital próprio		19.936	-	19.936	-
Incentivo fiscal SUDENE	(b)	-	-	7.928	7.329
Impostos Municipais	(c)	-	-	5.915	5.450
ICMS	(d)	-	-	5.882	5.717
INSS		-	-	8.629	6.636
CSLL		-	-	813	759
IOF		-	-	6.265	6.265
Outros		-	-	3.506	2.658
Outros		-	-	10.158	8.441
Total		121.247	95.764	378.620	299.200

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JSCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96. O restante do valor corresponde à atualização monetária desses saldos depositados.

(b) Na Coelba, em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

(c) Na Coelba corresponde a depósitos no montante de R$ 2.237 (R$ 2.174 em 2011) realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes à substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.

(d) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

13. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Adiantamentos a empregados		13	3	8.799	2.832
Adiantamentos a fornecedores		23	42	42.360	13.191
Serviços prestados a terceiros		-	-	6.825	6.539
Alienações em curso		-	-	2.096	1.614
RGR a compensar		-	-	445	647
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	-	-	9.240	13.152
Desativações em curso	(b)	-	-	-	7.514
Dispêndios a reembolsar em curso	(c)	-	-	7.906	11.010
Cobrança extra judicial		-	-	6.255	6.424
Uso mútuo de postes		-	-	7.801	6.583
Sub-rogação CCC		-	-	1.651	1.720
Títulos de crédito a receber		-	-	1.638	1.638
Outros créditos a receber	(d)	25.293	25.197	36.425	31.436
Total		25.329	25.242	131.441	104.300
Ativo circulante		10.147	10.107	109.014	78.556
Ativo não circulante		15.182	15.135	22.427	25.744

(a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pela Coelba, no valor de R$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.

(b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis através de subvenções de recursos do Governo Federal.

(c)Referem-se a gastos efetuados para reforma de equipamentos das usinas geradoras de energia elétrica Baguari e EnergyWorks.

(d) Referem-se principalmente a adiantamento para aquisição de direitos da RIO PCH que serão recebidos com dividendos futuros do acionista minoritário e a adiantamento concedido pela Bandeirantes para veiculação de mídia.

14. INVESTIMENTOS

Abaixo as informações sobre as investidas:

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
COELBA		31/12/12	98.122	67.179	87,84	542.163	2.653.672	805.497
		31/12/11	98.122	67.179	87,84	542.163	2.297.937	750.490
CELPE		31/12/12	66.023	864	89,65	590.174	1.560.698	15.130
		31/12/11	66.023	864	89,65	590.174	1.607.294	283.416
COSERN		31/12/12	110.814	31.153	84,47	179.787	832.502	245.872
		31/12/11	110.782	31.153	84,45	179.787	769.748	232.128
ITAPEBI		31/12/12	44.100	-	42,00	105.000	398.515	185.744
		31/12/11	44.100	-	42,00	105.000	396.096	149.002
TERMOPE		31/12/12	262.594	-	100,00	214.570	409.657	4.279
		31/12/11	262.594	-	100,00	214.570	436.273	92.210
BAGUARI I	(a)	31/12/12	87.133	-	100,00	87.133	96.645	13.258
		31/12/11	76.000	-	100,00	87.133	97.857	11.731
GOIAS SUL	(b)	31/12/12	109.643	-	100,00	189.196	195.391	10.455
		31/12/11	109.643	-	100,00	188.446	186.075	5.500
GERAÇÃO C III	(c)	31/12/12	128.566	-	100,00	147.575	161.891	17.075
		31/12/11	70.265	-	100,00	147.575	164.926	22.533
RIO PCH I	(d)	31/12/12	74.166	-	70,00	105.951	115.931	12.349
		31/12/11	74.166	-	70,00	105.951	114.140	10.702
BAHIA PCH I	(e)	31/12/12	49.174	-	100,00	108.937	121.728	14.669
		31/12/11	49.174	-	100,00	91.067	97.527	6.812
SE NARANDIBA		31/12/12	16.000	-	100,00	42.090	45.024	3.837
		31/12/11	1	-	100,00	16.000	16.055	155
AGUAS DA PEDRA	(f)	31/12/12	145.557	-	51,00	253.000	363.626	50.208
		31/12/11	145.557	-	51,00	253.000	313.978	83.105
TERMOAÇU	(g)	31/12/12	290.047	-	23,13	699.736	752.071	18.707
		31/12/11	290.047	-	23,93	699.736	169.634	14.782
GERAÇÃO CÉU AZUL		31/12/12	1	-	100,00	5.231	4.824	(36)
		31/12/11	1	-	100,00	5.231	4.860	(52)
NC ENERGIA		31/12/12	13.600	-	100,00	13.600	31.405	31.589
		31/12/11	13.600	-	100,00	15.486	15.741	6.206
NEOSERV	(h)	31/12/12	1	-	100,00	7.730	16.183	3.648
		31/12/11	1	-	100,00	726	6.397	3.603
GARTER		31/12/12	1	-	100,00	-	38	(12)
		31/12/11	1	-	100,00	-	40	-
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	31/12/12	9.812	6.718	87,84	30.916	45.165	10.872
		31/12/11	9.812	6.718	87,84	30.916	42.350	7.535
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(i)	31/12/12	55.416	7	87,84	63.084	79.668	17.691
		31/12/11	55.417	7	87,84	63.084	81.257	21.162
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(j)	31/12/12	198.001	-	100,00	270.001	277.918	(1.596)
		31/12/11	-	-	100,00	200.001	209.514	8.483
NORTE ENERGIA		31/12/12	180.010	-	10,00	-	1.717.325	(30.244)
		31/12/11	-	-	10,00	-	1.447.569	(1.121)
ENERGYWORKS	(k)	31/12/12	214.479	-	100,00	117.964	126.791	14.623
		31/12/11	-	-	100,00	117.964	132.680	4.094
CAPUAVA	(k)	31/12/12	-	-	100,00	11.456	16.228	5.719
		31/12/11	-	-	100,00	11.456	17.718	2.334
ECIII		31/12/12	-	-	15,58	-	137.956	9.538
		31/12/11	-	-	15,58	-	127.426	-
NEOINVEST		31/12/12	32.250	-	100,00	32.250	27.789	(3.205)
		31/12/11	1	-	100,00	24.200	22.945	841
TELES PIRES	(l)	31/12/12	1	-	50,10	745.293	725.447	(15.888)
		31/12/11	-	-	50,10	384.527	190.518	(3.954)
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(l)	31/12/12	192.994		50,55	192.994	181.171	(19.464)
		31/12/11	-		100,00	192.994	190.859	(2.135)
CALANGO I	(m)	31/12/12	1	-	50,00	28.700	28.960	340
		31/12/11	-	-	50,00	2	2	2
CALANGO II	(m)	31/12/12	1	-	50,00	30.746	30.976	300
		31/12/11	-	-	50,00	2	2	2
CALANGO III	(m)	31/12/12	1	-	50,00	29.280	29.556	360
		31/12/11	-	-	50,00	2	2	2
CALANGO IV	(m)	31/12/12	1	-	50,00	28.478	28.738	338
		31/12/11	-	-	50,00	2	2	2
CALANGO V	(m)	31/12/12	1	-	50,00	27.978	28.450	618
		31/12/11	-	-	50,00	2	2	2
MEL II	(m)	31/12/12	1	-	50,00	26.980	27.302	400
		31/12/11	-	-	50,00	2	10	18
ARIZONA I	(m)	31/12/12	1	-	50,00	32.888	33.214	426
		31/12/11	-	-	50,00	2	2	2

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
CAETITÉ I	(m)	31/12/12	1	-	50,00	46.356	46.418	78
		31/12/11	-	-	50,00	2	2	2
CAETITÉ II	(m)	31/12/12	1	-	50,00	55.774	55.966	242
		31/12/11	-	-	50,00	2	5	8
CAETITÉ III	(m)	31/12/12	1	-	50,00	53.062	53.236	224
		31/12/11	-	-	50,00	2	2	2
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL	(m)	31/12/12	-	-	50,00	415.756	419.388	4.754
		31/12/11	-	-	50,00	- 8.256	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(m)	31/12/12	198.693	-	50,00	168.616	170.288	2.194
		31/12/11	-	-	50,00	- -	-	-

(a) BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(b) GOIÁS SUL

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(c) GERAÇÃO CIII

A Geração CIII S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(d) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 70% e os 30% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., empresa que possui a autorização das Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(e) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério – BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia através de contrato bilateral a partir de dezembro de 2009.

(f) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia (51%), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e ELETRONORTE, é responsável pela construção da UHE Dardanelos. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(g) TERMOAÇU

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobras. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobras para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. A Neoenergia continuará reconhecendo em seu resultado individual (Controladora) e em sua demonstração separada a equivalência patrimonial dos resultados auferidos pela Termoaçu.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um acordo de cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do acordo de cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Investimentos - ações	266.869	262.551
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(100.431)	(100.431)
Investimento líquido	198.176	193.858

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral, efetuou em 2011 provisão para perda no montante de R$ 51.245 para cobrir eventuais incertezas, não prevendo perdas adicionais. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

(h) NEOENERGIA SERVIÇOS

Em 08 de novembro de 2001, a Neoenergia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA. - NEOSERV. A Neoenergia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(i) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que anui com a versão patrimonial e consequentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. (“Imanisse”), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente (“Protocolo de Cisão”), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse. Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente. A cisão parcial da Afluente G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

(j) BELO MONTE PARTICIPAÇÕES

A Neoenergia possui a participação de 100% em Belo Monte Participações, empresa de propósito especifico constituída para participar com 10% na Norte Energia S.A., empresa constituída para efetuar a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW. Os principais acionistas na Norte Energia são as empresas do Grupo Eletrobrás (49,98%), Petros e Funcef (20%), Cemig e Light (10%) e Vale (9%).

(k) ENERGYWORKS

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda., que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.267, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 133.175. A Companhia contratou consultor externo para proceder a análise de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R). O excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado a ativos imobilizados identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando seus valores de reposição e de mercado. Assim, o valor justo preliminar da adquirida está como segue:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	22.687
Contas a receber	6.339
Impostos a recuperar	4.601
Ativo imobilizado	142.341
Ativo intangível	8.308
Outros ativos	791
Fornecedores	1.800
Salários e encargos a pagar	1.204
Imposto de renda e contribuição social	16.548
Outros impostos a pagar	1.231
Outras contas a pagar	2.017
Preço de aquisição	162.267
Valor contábil na data de aquisição	(133.175)
Preço de compra alocado	29.092

A aquisição se alinha com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de cogeração de energia.

(l) TELES PIRES

No dia 17 de dezembro de 2010, a SPE Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas

instalações de transmissão possuindo na época como acionistas o Grupo Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht Participações e Investimentos (0,9%).

A Usina será construída no rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de contratos de comercialização de energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

Em 2011, foi constituída a empresa Teles Pires Participações S/A com o objetivo de captar recursos para investimentos no projeto. À época, a SPE era controlada 100%pela Neoenergia S/A – passando esta então a ser controladora indireta da Companhia Hidrelétrica Teles Pires. Em 2012, as empresas Furnas e Eletrosul também se tornaram sócias da Teles Pires Participações S/A, passando esta empresa a deter 99,1% de participação na Companhia Hidrelétrica Teles Pires.

(m) FORÇA EÓLICA DO BRASIL

Em agosto de 2010, a Neoenergia ingressou no segmento de fontes alternativas e, em conjunto com a Iberdrola Renovables e a Iberdrola Renováveis do Brasil, conquistou no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, os contratos de venda de energia de nove parques eólicos (capacidade instalada total de 258 MW. Os parques serão construídos na região Nordeste, sendo dois no estado da Bahia (Caetité 2 e Caetité 3) e sete no estado do Rio Grande do Norte (Arizona 1, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5 e Mel 2). Também em parceria com a Iberdrola, a Neoenergia, construirá na Bahia seu décimo Parque Eólico (Caetité 1) com capacidade de 30 MW, totalizando 288 MW de capacidade instalada em recursos eólicos. Os 10 parques estão previstos para entrar em operação entre os meses de janeiro e setembro de 2013.

A parceria entre as 3 empresas constituiu a Força Eólica do Brasil S/A - empresa controladora das SPEs Caetité 1, Caetité 2, Calango 1, Calango 4 e Calango 5 e da FE Participações S/A. A FE Participações S/A foi constituída com o intuito de captar recursos para investimento em seus respectivos projetos e por esta razão é acionista direta das SPEs Arizona 1, Caetité 3, Calango 2, Calango 3 e Mel 2. Em 2011, a Iberdrola Renováveis do Brasil adquiriu a participação da Iberdrola Renovables na Força Eólica do Brasil, ficando igualitária a participação acionária da Neoenergia e da Iberdrola (50%).

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31 de dezembro de 2011	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2012
NEOINVEST.	22.944	8.050	-	(3.206)	-	-	27.788
COELBA	2.439.857	-	-	709.623	(35.553)	(397.135)	2.716.792
CELPE	1.901.093	-	-	12.585	(35.672)	(54.358)	1.823.648
COSERN	839.140	-	-	207.545	(15.063)	(154.549)	877.073
ITAPEBI	192.711	-	-	78.012	(2.743)	(76.996)	190.984
TERMOPE	462.235	-	-	4.279	(4.002)	(30.896)	431.616
BAGUARI I	97.856	-	-	13.258	-	(14.469)	96.645
GOIAS SUL	186.075	750	-	10.455	-	(1.890)	195.390
GERAÇÃO CIII	164.926	-	-	17.075	-	(20.110)	161.891
RIO PCH I	94.726	-	-	8.644	-	(7.390)	95.980
BAHIA PCH I	97.527	17.870	-	14.669	-	(8.338)	121.728
SE NARANDIBA	16.055	26.090	-	3.837	-	(958)	45.024
AGUAS DA PEDRA	160.128	-	-	25.277	-	44	185.449
TERMOAÇU	193.858	-	-	4.318	-	-	198.176
GERAÇÃO CÉU AZUL	4.860	-	-	(36)	-	-	4.824
NC ENERGIA	13.868	-	(7.663)	32.795	-	(7.595)	31.405
NEOSERV	83	7.000	7.663	737	-	(810)	14.673
GARTER	40	-	-	(1)	-	-	39
AFLUENTE GERAÇÃO	37.202	-	-	9.587	-	(7.115)	39.674
AFLUENTE TRANSMISSÃO	71.378	-	-	15.541	-	(16.936)	69.983
BELO MONTE PART.	207.419	69.300	-	(1.580)	-	-	275.139
ENERGY WORKS	161.164	-	-	14.622	(3.322)	(20.513)	151.951
BAHIA PCH II	878	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES	190.860	-	9.775	(19.463)	-	-	181.172
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	16	212.457	-	2.365	-	(566)	214.272
TOTAL	**7.556.899**	**341.517**	**9.775**	**1.160.938**	**(96.355)**	**(820.580)**	**8.152.194**

15. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

		Controladora					
		31/12/12					31/12/11
		Taxas anuais médias ponderadas de depreciação		Depreciação amortização acumulada	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço	Ref.	(%)	Custo				
Edificações, obras civis e benfeitorias	(a)	4%	28.344	(2.600)	-	25.744	26.880
Máquinas e equipamentos		5%	793	(689)	-	104	163
Veículos		20%	117	(100)	-	17	31
Móveis e utensílios		9%	409	(326)	-	83	111
			29.663	(3.715)	-	25.948	27.185
Em curso							
Terrenos			78		-	78	78
Máquinas e equipamentos			369		-	369	-
Móveis e utensílios			168		-	168	-
Outros			4		-	4	5
			619		-	619	83
Total			30.282	(3.715)	-	26.567	27.268

(a) Corresponde basicamente ao edifício sede da Controladora localizado no Rio de Janeiro.

		Consolidado				
		31/12/12				31/12/11
	Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						Reclassificado
Terrenos			74.127	-	74.127	65.180
Reservatórios, barragens e adutoras			1.304.227	(112.304)	1.191.923	1.302.189
Edificações, obras civis e benfeitorias		4%	690.263	(174.577)	515.686	517.385
Máquinas e equipamentos		5%	2.029.843	(492.484)	1.537.359	1.535.725
Veículos		20%	2.142	(1.460)	682	1.192
Móveis e utensílios		9%	3.875	(2.855)	1.020	3.199
			4.104.477	(783.680)	3.320.797	3.424.870
Em curso						
Terrenos	(b)		8.612	-	8.612	140
Reservatórios, barragens e adutoras			11.357	-	11.357	9.506
Edificações, obras civis e benfeitorias	(a)		550.356	-	550.356	104.646
Máquinas e equipamentos	(a)		219.054	-	219.054	55.757
Veículos			863	-	863	-
Móveis e utensílios			2.134	-	2.134	876
Material em depósito			21.290	-	21.290	21.290
Outros	(a)		420.246	-	420.246	166.444
			1.233.912	-	1.233.912	358.659
Total			5.338.389	(783.680)	4.554.709	3.783.529

(a) Parcela do Grupo Neoenergia nos empreendimentos em construção, tais como: 50,1 % dos gastos incorridos na UHE Telespires correspondendo aproximadamente à R$ 725 milhões do montante total apresentado acima; e a 50% dos gastos incorridos na implementação dos parques eólicos que representa R$ 228 milhões do montante total apresentado acima. Além desses existem R$ 74 milhões em gastos incorridos na reforma das turbinas da térmica Termope.

(b) Corresponde a áreas onde estão as instalações ou que foram afetadas pela implementação dos projetos em construção, tais como: UHE Telespires e diversos parques eólicos. Permaneceram em andamento até que todos os procedimentos regulatórios de incorporação ao acervo de ativos do projeto ("Unitização") sejam concluídos.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.330.052	(407.343)	1.922.709	1.633.114	1.633.114	3.555.823
Adições	205.775	(102.794)	102.981	267.678	- 267.678	370.659
Baixas	(24.816)	11.168	(13.648)	(26.143)	(26.143)	(39.791)
Depreciação	-	(105.277)	(105.277)	-	-	(105.277)
Transferências	1.530.970	(6.735)	1.524.235	(1.524.654)	(1.524.654)	(419)
Reclassificação	(4.837)	(1.293)	(6.130)	8.664	8.664	2.534
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.037.144	(612.274)	3.424.870	358.659	358.659	3.783.529
Adições	52	-	52	902.050	902.050	902.102
Baixas	(4.665)	2.154	(2.511)	(79)	(79)	(2.590)
Depreciação	-	(128.555)	(128.555)	-	-	(128.555)
Transferências	71.946	(45.005)	26.941	(26.718)	(26.718)	223
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.104.477	(783.680)	3.320.797	1.233.912	1.233.912	4.554.709

16. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, Afluente T, SE Narandiba e Afluente G (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas

mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:
Distribuidoras:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 17).

Transmissoras:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição e transmissão, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Nas Distribuidoras:

(a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Nas Transmissoras:

(a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Segue composição consolidada do ativo financeiro de concessão:

		Consolidado	
	Ref	31/12/12	31/12/11
Recebíveis	(1)	97.790	96.687
Indenização	(2)	2.516.958	1.080.405
Total		2.614.748	1.177.092
Circulante		34.699	31.549
Não circulante		2.580.049	1.145.543

(1) Valores de fluxo de caixa futuros das transmissoras projetados descontados a taxa interna de retorno dos projetos de parcelas tarifárias correspondentes a remuneração pela infraestrutura (RAP).

(2) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) e aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

	Ref.	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.177.092
Adições		15.944
Baixas		(1.349)
Amortização/reversão		(31.743)
Transferências	(a)	1.274.892
Remuneração recebíveis das transmissoras	(b)	29.276
Atualização monetária / valor justo	(c)	150.636
Saldos em 31 de dezembro de 2012		2.614.748
Circulante		34.699
Não circulante		2.580.049

(a) Transferência do Intangível devido a remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide comentários nota 17) nas distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern, no montante de R$ 515.400, R$ 79.426 e R$ 91.349, respectivamente, totalizando o montante de R$ 686.175. Também corresponde a transferência do intangível pelo processo de novos ativos incorporados nas distribuidoras anteriormente já citadas nos montantes de R$ 433.105, R$ 91.298 e R$ 64.626, respectivamente, totalizando R$ 589.029. Adicionalmente houve uma transferência para ativo intangível na geradora Afluente G no montante de R$ (312).

(b) Remuneração dada pela aplicação da taxa interna de retorno dos projetos de transmissão sobre os recebíveis de concessão das empresas Afluente T e Narandiba.

(c) Atualização do ativo financeiro das distribuidoras.

As concessões das Companhias de distribuição e transmissão não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. As concessões outorgadas têm prazo de vigência de 30 anos e os contratos de concessão prevêem a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

17. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível da controladora e consolidado está constituído da seguinte forma:

		Controladora				
		31/12/2012				31/12/11
	Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso de software		20%	431	(242)	189	239
Outros	(a)		48.457	(3.814)	44.643	46.550
			48.888	(4.056)	44.832	46.789
Em curso						
Outros	(a)		3.470		3.470	9.310
			3.470		3.470	9.310
Total			52.358	(4.056)	48.302	56.099

(a) Corresponde gastos com estudos e projetos realizados para participação em concorrências públicas por concessões diversas do segmento de energia, vencidas ou ainda a ocorrer.

	Consolidado					
	31/12/12					31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	5,28	9.071.732	(2.839.395)	(437.678)	5.794.659	5.804.900
Ágio atribuído a concessão	4,57	2.352	-	-	2.352	2.352
Direito de uso de software	19,61	3.522	(2.081)	-	1.441	2.038
Outros		2.321	(1.259)	-	1.062	1.307
		9.079.927	(2.842.735)	(437.678)	5.799.514	5.810.597
Em curso						
Direito de uso da concessão		964.369	-	36.156	1.000.525	1.016.996
Ágio atribuído a concessão		-	-	-	-	-
Direito de uso de software		359	-	-	359	248
Outros		24.601	-	-	24.601	29.725
		989.329	-	36.156	1.025.485	1.046.969
Total		10.069.256	(2.842.735)	(401.522)	6.824.999	6.857.566

De acordo com os artigos nº s 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado

como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A movimentação do saldo do direito de uso da concessão está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.135.108	(1.956.505)	(536.713)	5.641.890	644.734	74	644.808	6.286.698
Adições	3.580	(4.299)	(609)	(1.328)	1.570.138	(112.569)	1.457.569	1.456.241
Baixas	(20.894)	5.722	(3.244)	(18.416)	(7.560)	191	(7.369)	(25.785)
Amortização	-	(561.676)	120.099	(441.577)	-	-	-	(441.577)
Transferências - intangiveis	940.810	-	(153.933)	786.877	(1.029.684)	142.498	(887.186)	(100.309)
Transferências - ativos financeiros	(112.573)	-	7.922	(104.651)	(242.506)	30.034	(212.472)	(317.123)
Transferências - outros	-	1.765	755	2.520	(1.682)	30.630	28.948	31.468
Reclassificado	(56.580)	1.862		(54.718)	22.671		22.671	(32.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.889.451	(2.513.131)	(565.723)	5.810.597	956.111	90.858	1.046.969	6.857.566
Adições	-	-	-	-	2.106.262	(247.692)	1.858.570	1.858.570
Baixas	(380.173)	277.646	513	(102.014)	(11.999)	-	(11.999)	(114.013)
Amortização	-	(552.655)	101.687	(450.968)	-	-	-	(450.968)
Transferências - intangiveis	1.467.393	-	(92.937)	1.374.456	(1.471.075)	92.937	(1.378.138)	(3.682)
Transferências - ativos financeiros	(895.555)	-	118.394	(777.161)	(586.573)	88.842	(497.731)	(1.274.892)
Transferências - outros	(1.189)	(54.595)	388	(55.396)	(3.397)	11.211	7.814	(47.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.079.927	(2.842.735)	(437.678)	5.799.514	989.329	36.156	1.025.485	6.824.999

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 17).

A Resolução Normativa ANEEL n◦ 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

As controladas realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou em uma reclassificação da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Vide nota explicativa nº 17), sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Uso do Bem Público (UBP)

De acordo com o OCPC 05, para os contratos de concessão de geradoras em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão (autorização), o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo corresponde aos valores já despendidos e a despender no futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em se tratando de outorga variável, por exemplo, com base na receita do período, seu montante deve ser registrado como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado.

Assim a Companhia contabilizou os registros do direito de Uso de Bem Público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost Of Capital – WACC") na data de início da concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período.

18. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
				Reclassificado
Energia elétrica	-	-	651.285	410.970
Encargos de uso da rede	-	-	73.285	66.797
Materiais e serviços	2.078	2.422	375.509	332.346
Energia livre	-	-	63.715	59.933
Total	2.078	2.422	1.163.794	870.046
Circulante	2.078	2.422	1.097.359	808.887
Não circulante	-	-	66.435	61.159

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS

		Consolidado					
	Taxa	Encargos		Principal		Total	
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/12	31/12/11 Reclassificado
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	56	-	10.923	-	10.979	21.992
		56	-	10.923	-	10.979	21.992
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP +	1.765	-	94.973	334.022	430.760	525.773
(-) Custos de transação	3,21% a.a.	-	-	(909)	(1.766)	(2.675)	(4.172)
		1.765	-	94.064	332.256	428.085	521.601
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	100	-	26.884	67.211	94.195	121.108
(-) Custos de transação		-	-	(102)	(108)	(210)	(348)
		100	-	26.782	67.103	93.985	120.760
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL +	1.330	6.244	57.165	1.114.477	1.179.216	784.752
	2,12% a 3,12% a.a.	1.330	6.244	57.165	1.114.477	1.179.216	784.752
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP +	5.511	-	232.957	1.390.630	1.629.098	1.549.963
(-) Custos de transação	3,12% a 4,30% a.a.	-	-	(28)	(17)	(45)	(2.388)
		5.511	-	232.929	1.390.613	1.629.053	1.547.575
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	947	-	37.032	195.706	233.685	239.797
(-) Custos de transação		-	-	(260)	(1.044)	(1.304)	(725)
		947	-	36.772	194.662	232.381	239.072
FINEP	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a	261	-	20.420	95.862	116.543	117.491
(-) Custos de transação	5,27% a.a.	-	-	(254)	(485)	(739)	(809)
		261	-	20.166	95.377	115.804	116.682
							-
Santander		-	-	88.317	-	88.317	-
		-	-	88.317	-	88.317	-
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI +	71.958	54.438	5.951	918.641	1.050.988	1.006.899
(-) Custos de transação	1% a.a. / 99,5% CDI	-	-	(2.507)	(2.497)	(5.004)	(8.317)
Operações com swap		-	-	-	(43.976)	(43.976)	(17.922)
		71.958	54.438	3.444	872.168	1.002.008	980.660
Banco do Brasil	98,5 % CDI	14.757	-	-	75.000	89.757	87.141
(-) Custos de transação		-	-	(610)	(17)	(627)	(1.190)
		14.757	-	(610)	74.983	89.130	85.951
BONDS BRL	12,19% a.a. a 12,28% a.a.	8.225	-	-	400.000	408.225	408.225
(-) Custos de transação		-	-	(865)	(2.012)	(2.877)	(3.627)
		8.225	-	(865)	397.988	405.348	404.598
Outros	TR +1,6% a.a. /TR + 2,1 % /	-	-	10	7	17	52
(-) Custos de transação	5,5% a.a.	-	-	-	-	-	-
Operações com swap		-	-	-	-	-	-
		-	-	10	7	17	52
Total moeda nacional		**104.910**	**60.682**	**569.097**	**4.539.634**	**5.274.323**	**4.823.695**
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	-	-	1.357	4.431	5.788	6.205
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	-
Operações com swap		-	-	(122)	(659)	(781)	334
		-	-	1.235	3.772	5.007	6.539
	Libor + 1,875% a.a 106,75%,						
Títulos Externos	107,25%, 101,61%,	-	-	7.284	303.461	310.745	273.156
Operações com swap	101,72%, 103,27%,	-	-	11.464	(38.953)	(27.489)	9.214
	100,40%, 102,87% do CDI	-	-	18.748	264.508	283.256	282.370
BANK OF AMERICA	Libor + 1,65% a.a	452	-	7.890	412.207	420.549	16.456
Operações com swap		-	-	15.901	(13.763)	2.138	(1.731)
		452	-	23.791	398.444	422.687	14.725
Banco Tokio	110% CDI	427	-	1.098	214.620	216.145	-
Operações com swap		-	-	6.227	1.691	7.918	-
		427	-	7.325	216.311	224.063	-
Total moeda estrangeira		**879**	**-**	**51.099**	**883.035**	**935.013**	**303.634**
(-) Depósitos em garantia		-	-	(7.118)	(142.578)	(149.696)	(205.539)
Total		**105.789**	**60.682**	**613.078**	**5.280.091**	**6.059.640**	**4.921.790**

a) Captações de recursos no exercício:

Coelba
Eletrobras – Em 10/01/2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Em 2012 foi liberado o montante de R$ 42.719.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Companhia recebeu o montante de R$ 7.036 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES – A Companhia recebeu em 2012 o montante de R$ 295.000 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

Captações no exterior – Em dezembro de 2012, a Companhia realizou captações de recursos em moeda estrangeira com base na lei 4131, nos montantes de US$ 200,000 junto ao Bank of América, N.A. e US$ 50,000 junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD., com vencimentos em 14 de junho de 2018, a serem amortizados em 3 parcelas semestrais a partir de 14 Junho de 2017, com custos de libor + 1,70% a.a e libor + 0,80% a.a, respectivamente, a serem pagos trimestralmente. Em conexão com estas operações foram contratados swap de proteção cambial.

Celpe
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: A Controlada recebeu no ano o volume de R$ 113.610 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010, março de 2011 e agosto de 2012.

Cosern
Ingressos de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nos montantes de R$ 40.978, no 2º e 3 trimestres, respectivamente, para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011 e agosto de 2012.

Termope
Em 21 de maio de 2012, a controlada realizou captação de recursos no montante de R$ 120.000, para pré-pagamento de sua dívida com o BNDES e cobertura de caixa. A captação foi realizada em moeda estrangeira junto ao Banco Tokyo-Mitsubishi, com swap para taxa de 110% do CDI, prazo de 5 anos, pagamento de principal ao final do contrato, pagamentos de juros trimestrais. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval.

Companhia Telespires
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 450.000 este para financiar parte dos investimentos na UHE Teles Pires, provenientes do Contrato de Financiamento empréstimo ponte Nº 11.2.1225.1 assinado em 14 dezembro de 2011 e aditado em 13 junho de 2012, sendo esta amortização bullet. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 1
A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 9 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de maio de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R$ 16.969. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 2
A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 18 anos, pagamento dos juros e amortização do principal mensais, com data de início de pagamento de 15 de agosto de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R$ 47.600. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 3
A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 18 anos, pagamento dos juros e amortização do principal mensais, com data de início de pagamento de 15 de agosto de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R$ 48.800. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 4
A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 9 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de maio de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R$ 23.105. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Calango 5
A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos e 9 meses, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de maio de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o

presente momento o Banco do Brasil liberou R$ 35.938. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Mel 2
A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento dos juros e amortização do principal mensais, com data de início de pagamento de 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R$ 52.020. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Arizona 1
A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento dos juros e amortização do principal mensal, com data de início de pagamento de 15 de dezembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R$ 56.000. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Caetité 1
A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de janeiro de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R$ 29.795. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Caetité 2
A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de agosto de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R$ 42.576. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

Caetité 3
A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de TJLP + 2,18%, prazo total de 17 anos e 3 meses, pagamento dos juros e amortização do principal mensal, com data de início de pagamento de 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de O&M. Até o momento o BNDES liberou para a Companhia R$ 42.200. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

(b) Condições Restritivas Financeiras (*covenants*):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os Títulos Externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

Condições contratuais dos empréstimos das controladas em 31 de dezembro de 2012:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
BB REN MN - BNDES	01/03/94	R$	Pgto BNDES	TJLP + 9,16% a.a.	Não aplicável	2014	Contrato Liquidado
BB REN MN - ELETROBRÁS	01/03/94	R$	Pgto Eletrobrás	IGPM + 9,16% a.a.	Não aplicável	2014	Contrato Liquidado
BNB 1	30/11/04	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2013	Fiança Bancária, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 3	29/12/05	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2012	Fiança Bancária, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 6	27/06/08	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2016	Recebíveis, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNDES 6 FINEM (A)	01/12/06	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
BNDES 6 FINEM (B)	01/12/06	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
BNDES 6 FINEM (C)	01/12/06	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
CEF/COHAB	Diversos	R$	Eletrificação Conj. Habitacional	TR + 2 a 5,5% a.a.	Não aplicável	2014	Receita Própria, Aval Governo do Estado e Fiança Bancária.
ECF 0018 UFIR	01/07/04	R$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2016	Receita Própria.
ECF 0115 UFIR	17/11/05	R$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2017	Receita Própria.
ECF 1983 UFIR	11/02/00	R$	Eletrificação Rural	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2012	Receita Própria.
ECF EMERGENCIAL 2871/2010	28/10/10	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	5 % a.a.	Não aplicável	2015	Receita Própria e Nota Promissória
FINEP	23/12/04	R$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia
FINEP	14/10/09	R$	Pesquisa e Desenvolvimento	(TJLP-6%) + 5% a a	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia.
KFW 1	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	2% a.a.	72,5% do CDI	2026	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
KFW 2	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	4,5% a.a.	92% do CDI	2016	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
ECF 1983 UFIR	11/02/00	R$	Eletrificação Rural	UFIR+6% a.a.	Não aplicável	2012	Receita Própria.
BNDES 7 - FINEM (C3)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (D3)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 3,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (E3)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	4,5% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R$	Rest. da Dívida	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Clean
BID	23/03/86	US$	Programa de Expansão e Melhoramento do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado da Bahia - 2ª Etapa	3,0% a.a.+ vc	CDI - 6% a.a.	2011	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária
BNB	29/11/04	R$	Programa de Investimentos em Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2012	Centralização recebíveis, Hipoteca, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNB IV	27/06/08	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNB V	22/08/08	R$	Melhoramento em Redes de Transmissão e Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2016	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNDES/FINEM	04/10/06	R$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 4,30% a.a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia e Conta Reserva
BNDES/FINEM	12/12/07	R$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 3,30% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Conta Reserva
BNDES/FINEM	16/03/09	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 2,12 aa /TJLP + 3,12% a.a. / 4,50% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
ELETROBRÁS	1999 a 2009	R$	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz Para Todos	5% a.a	Não aplicável	2022	Nota Promissória e Receita Própria
FINEP	23/12/04	R$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	TJLP + 5% a. a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia.
FINEP	14/10/09	R$	Projeto de Inovação	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
TÍTULOS EXTERNOS	28/12/05	US$	Investimentos em Distribuição	Libor + 1,875% a.a. + vc	% do CDI	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	23/03/10	R$	Capital de giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R$	Capital de giro	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
BNB	09/09/10	R$	Ampliação e Modernização de Redes de Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2018	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNY - BONDS BRL 2016	27/04/11	R$	Reestruturação da Dívida	11,75% a.a.	Não aplicável	2016	Sem garantia
BNDES 7 - FINEM (Q4)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES/ Emergencial	14/02/02	R$	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	Não aplicável	2010	Recebíveis
BNDES/FINEM	16/03/09	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 2,12 aa TJLP + 3,12% a.a. 4,50% aa	Não aplicável	2015	
ELETROBRÁS	2001 a 2009	R$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores	6 a 9 % a.a.	Não aplicável	2018	Recebíveis/Nota Promissória
FINEP	23/12/04	R$	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2011	

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
BB nº 342.901.057	04/05/10	R$	Capital de Giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BB nº 20/00852-X	06/05/10	R$	Capital de Giro	12,149% aa	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
BNDES/FINEM	24/03/11	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 1,82 aa /TJLP + 2,82% a.a. / 5,50% aa	Não aplicável	2018	0
BB nº 20/00863-5	06/05/11	R$	Capital de Giro	98,5%aa CDI	Não aplicável	2014	0
BNDES	24/12/01	R$	Construção da UHE Itapebi	TJLP + 4,50% a.a.	Não aplicável	2013	Conta Reserva
BNDES	24/12/01	R$	Construção da UHE Itapebi	TJLP + 4,25% a.a.	Não aplicável	2013	Conta Reserva
BNDES	30/06/05	R$	Construção Usina	6,625% a.a. acima da TJLP	Não aplicável	2015	
UNIÃO - BNDES	30/03/94	R$	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.		2014	Recebíveis
UNIÃO - ELETROBRÁS	30/03/94	R$	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	*TJLP+ 10,236% a.a.		2014	Recebíveis
BB REN ME	30/12/97	US$	Acordo Divida Externa	4,0% a 8,0% a.a.		2024	
BNB 1	30/11/04	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2013	Fiança Bancária, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 3	29/12/05	R$	Eletrificação	11,5% a.a.		2012	
BNB 5	16/04/08	R$	Giro	13,11% a.a.		2009	
BNB 6	27/06/08	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	10% a.a.		2016	
BNB I	23/12/04	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BNB II	27/11/06	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2014	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BNB III	30/11/07	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP + 3,21% a.a.	Não aplicável	2022	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BNDES	30/11/07	R$	Construção Usina	TLP + 2,27%	Não aplicável	2024	
BNDES	30/06/08	R$	Construção Usina	TJLP + 1,91%	Não aplicável	2023	
BNDES	20/12/07	R$	Financiamento para construção da Usina	TJLP + 2,19% a.a	Não aplicável	2026	
BNDES	07/10/08	R$	Construção Usina	TJLP + 1,81% a.a	Não aplicável	2027	
BNDES	07/08/08	R$	Construção Usina	TJLP + 2,28% a.a	Não aplicável	2024	
BNDES 5 FINEM	09/06/05	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2010	
BNDES/FINEM	23/09/05	R$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2010	
ELETROBRÁS	1994 a 2007	R$	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz Para Todos	5% a.a e 6,5% a.a	Não aplicável	2019	
BNDES 7 - FINEM (O4)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P4)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BANK OF AMÉRICA	11/04/11	US$	Capital de giro	US$ + Libor + 1,65%	107,85% CDI	2016	Sem garantia
ELETROBRÁS	2001 a 2006	R$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de subtransmissão e aquisição de medidores	6% a.a	Não aplicável	2013 a 2018	Recebíveis
BNB IV	27/06/08	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia/ Recebíveis/Fundo Liquidez
BNDES 2009 - Aditivo II	23/12/09	R$	Investimentos em redes de distribuição de energia elétrica	TJLP + 2,12 aa /TJLP + 3,12% a.a. / 4,50% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 2010 - Aditivo V	29/10/10	R$	Distribuição de energia elétrica	TJLP + 1,82 aa /TJLP + 2,82% a.a. / 5,50% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	04/05/10	R$	Capital de giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	06/05/11	R$	Capital de giro	98,5% CDI	Não aplicável	2014	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R$	Capital de giro	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
FINEP 2009	14/10/09	R$	Projeto de Inovação	5% a.a	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
FINEP 2012	25/10/12	R$	Projeto de Inovação	5% a.a	Não aplicável	2020	Aval Neoenergia
BNDES/FINEM - Aditivo IX	24/03/11	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 1,82 aa /TJLP + 2,82% a.a. / 5,50% aa	Não aplicável	2018	0
BNDES 7 - FINEM (O8)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P8)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (Q8)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES	15/04/2009	R$	Construção Usina	TJLP + 1,92% a.a	Não aplicável	2024	Aval da Neoenergia / Conta Reserva Dívida
FINEP 2011	40872	R$	Investimento em Distribuição e Eficiên	4% a.a	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

O total devido em moeda nacional no consolidado desdobra-se da seguinte forma:

	Consolidado			
	31/12/12		31/12/11	
Moeda Nacional	R$	%	R$	%
Juros pré-fixados	1.830.571	34,7%	1.883.065	39,0%
UFIR	107.103	2,0%	-	0,0%
TJLP	2.626.334	49,8%	2.253.299	46,7%
TR	17	0,0%	52	0,0%
CDI	710.298	13,5%	687.279	14,2%
Total	5.274.323		4.823.695	
Principal	5.108.731		3.742.913	
Encargos	165.592		1.080.782	

O total devido em moeda estrangeira no consolidado desdobra-se da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/12			31/12/11		
Moeda Estrangeira	Moeda de Origem	R$	%	Moeda de Origem	R$	%
Dólar norte americano	407.401	930.006	99,5%	158.383	297.095	97,8%
Euro	1.993	5.007	0,5%	2.496	6.539	2,2%
Total		935.013			303.634	
Principal		934.134			303.552	
Encargos		879			82	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Variação %	
Moeda / Indexador	31/12/12	31/12/11
EURO	10,73	9,25
Dólar norte-americano	8,94	12,58
IGP-M	7,82	5,10
FINEL	-	1,00
TJLP	5,75	6,00
CDI	8,95	11,64
SELIC	8,66	11,84
TR	0,38	1,26

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	Consolidado					
	31/12/12			31/12/11		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2013	-	-	-	463.949	(6.053)	457.896
2014	1.228.065	(4.243)	1.223.822	1.128.497	(4.657)	1.123.840
2015	1.011.359	(2.246)	1.009.113	910.561	(2.581)	907.980
2016	896.502	(874)	895.628	765.323	(751)	764.572
2017	851.680	(352)	851.328	276.802	(258)	276.544
Após 2017	1.503.825	(366)	1.503.459	784.552	(134)	784.418
Total obrigações	5.491.431	(8.081)	5.483.350	4.329.684	(14.434)	4.315.250
(-) Depósitos em Garantias			(142.577)			(205.539)
Total			5.340.773			4.109.711

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	497.666	3.233.342	50.250	254.698	4.035.956
Ingressos	165.576	1.391.844	143.001	15.000	1.715.421
Encargos	302.440	70.280	7.151	-	379.871
Variação monetária e cambial	-	-	(6.631)	34.696	28.065
Swap	-	(2.274)	29.661	(22.551)	4.836
Efeito cumulativo marcação a mercado	208	(522)	(5.415)	9.045	3.316
Transferências	547.849	(561.521)	18.378	(18.378)	(13.672)
Amortizações e pagamentos de juros	(738.218)	(86.252)	(205.271)	-	(1.029.741)
(-) Custos de transação	5.607	(2.157)	-	-	3.450
Reclassificação	(173)	(205.539)			(205.712)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	780.955	3.837.201	31.124	272.510	4.921.790
Ingressos	108.041	944.874	-	639.505	1.692.420
Encargos	366.671	28.397	11.215	-	406.283
Variação monetária e cambial	-	-	634	18.526	19.160
Swap	-	(13.956)	7.441	(7.268)	(13.783)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(138)	(357)	(6.620)	(7.115)
Transferências	555.450	(562.470)	33.618	(33.618)	(7.020)
Amortizações e pagamentos de juros	(1.144.237)	159.979	(31.697)	-	(1.015.955)
Mov. depósitos em Garantias	(7.118)	62.961	-	-	55.843
(-) Custos de transação	7.127	890	-	-	8.017
Saldos em 31 de dezembro de 2012	666.889	4.457.738	51.978	883.035	6.059.640

20. DEBÊNTURES

							Consolidado				
							31/12/12				31/12/11
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures (*)	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%	IGPM+13,95% a.a.	553	6.431	5.611	12.595	17.470
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	-
	Operações com swap						-	16.348	14.371	30.719	40.398
							553	22.779	19.982	43.314	57.868
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		916	78.642	78.677	158.235	238.116
	(-) Custos de transação						-	(233)	(93)	(326)	(705)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
						Não aplicável.	916	78.409	78.584	157.909	237.411
	7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		3.313	80.000	-	83.313	80.280
	(-) Custos de transação						-	(3)	-	(3)	(95)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							3.313	79.997	-	83.310	80.185
CELPE	2ª Emissão	1ª	-	108,5% do CDI	108,5% do CDI	Não aplicável	1.154	97.959	-	99.113	199.690
	(-) Custos de transação						-	(162)	-	(162)	(808)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							1.154	97.797	-	98.951	198.882
	3ª Emissão	Única	-	105% do CDI	105% do CDI	Não aplicável	-	-	-	-	83.289
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(76)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							-	-	-	-	83.213
	4ª Emissão	Única	-	111,3% do CDI	111,3% do CDI	Não aplicável	5.002	7	352.203	357.212	360.352
	(-) Custos de transação						-	(314)	(701)	(1.015)	(1.324)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							5.002	(307)	351.502	356.197	359.028
COSERN	4ª Emissão	Única	-	CDI + 0,6% a.a		Não aplicável	395	35.738	35.752	71.885	108.210
	(-) Custos de transação						-	(176)	(69)	(245)	(529)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							395	35.562	35.683	71.640	107.681
TERMOPE	2ª emissão	1ª	-	105% CDI a.a		Não aplicável	879	108.000	112.000	220.879	318.177
	(-) Custos de transação						-	(407)	(422)	(829)	(1.176)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							879	107.593	111.578	220.050	317.001
ITAPEBI	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			2.659	10	187.758	190.427	192.097
	(-) Custos de transação						-	(160)	(360)	(520)	(677)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
						Não aplicável	2.659	(150)	187.398	189.907	191.420
TELES PIRES	1ª Emissão			CDI + 0,7% a.a.		Não aplicável	-	-	344.271	344.271	-
	(-) Custos de transação						-	-	(1.660)	(1.660)	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							-	-	342.611	342.611	-
Total							14.871	421.680	1.127.338	1.563.889	1.632.689

(*) Nenhuma das debêntures relacionadas no quadro é conversível em ações.

a) Captações de recursos no exercício:

Telespires Participações
1º Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS – montante de R$ 650.000 para financiamento parte dos investimentos na UHE Teles Pires, proveniente do instrumento particular da primeira emissão privada de debêntures simples, assinado em maio de 2012, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 0,7% a.a. e juros pagos semestralmente a partir de novembro de 2015. Foram dadas como garantia, a garantia fidejussória da fiadora Neoenergia e como garantia real a conta reserva a ser mantida pela emissora. Devido a consolidação proporcional dessa empresa somente a participação correspondente ao Grupo impactou o consolidado.

(b) Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures nas empresas Coelba e Celpe foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	Consolidado					
	31/12/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2013	-	-	-	381.679	(1.237)	380.442
2014	246.411	(1.054)	245.357	243.218	(1.121)	242.097
2015	226.497	(374)	226.123	252.394	(434)	251.960
2016	236.111	(188)	235.923	216.648	(241)	216.407
2017	128.120	(29)	128.091	108.325	(67)	108.258
Após 2017	291.844	-	291.844	-	-	-
Total	1.128.983	(1.645)	1.127.338	1.202.264	(3.100)	1.199.164

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	609.563	1.121.636	1.731.199
Ingressos	-	536.113	536.113
Encargos	207.802	-	207.802
Variação monetária e cambial	8.862	1.284	10.146
Swap	2.717	4.586	7.303
Efeito cumulativo marcação a mercado	(134)	(202)	(336)
Transferências	463.803	(463.803)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(860.332)	-	(860.332)
(-) Custos de transação	1.244	(450)	794
Saldos em 31 de dezembro de 2011	433.525	1.199.164	1.632.689
Ingressos	-	328.607	328.607
Encargos	128.464	15.664	144.128
Variação monetária e cambial	467	107	574
Swap	3.299	3.392	6.691
Efeito cumulativo marcação a mercado	(484)	92	(392)
Transferências	419.322	(419.322)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(551.866)	-	(551.866)
(-) Custos de transação	3.824	(366)	3.458
Saldos em 31 de dezembro de 2012	436.551	1.127.338	1.563.889

21. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

A Composição do saldo é como segue:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Salários	16.729	11.496
Encargos sociais	9.259	7.695
Provisões férias e 13° salário	29.316	26.219
Encargos sobre provisões de férias e 13° salário	9.477	8.188
Provisão PLR	28.076	10.851
Outros	1.007	990
Total	93.864	65.439

22. TAXAS REGULAMENTARES

A Composição do saldo é como segue:

		Consolidado	
	Ref.	31/12/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR	(a)	-	22.020
Conta de Consumo de Combustível – CCC		22.592	38.123
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		6.253	5.640
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		5.009	4.189
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		854	1.044
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	78.113	80.132
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	30.131	21.073
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.642	1.682
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		2.511	2.798
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		29.661	7.723
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		4.753	2.448
Ministério de Minas e Energia - MME		1.089	260
Total		182.608	187.132
Passivo circulante		129.479	109.130
Passivo não circulante		53.129	78.002

(a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Por sua vez, o Despacho nº 34, de 10 de janeiro de 2013 revoga os Despachos que fixaram as quotas mensais de RGR do exercício de 2012, especificamente no que diz respeito às quotas que deveriam ser cobradas a partir de 15 de janeiro de 2013, com vistas à redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.

(b) A Coelba, Celpe, Cosern e as Geradoras, conforme cada caso inerente a atividade, reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquidos dos valores aplicados mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008. Os valores desembolsados referentes aos projetos que já foram iniciados estão

registrados na conta contábil Serviços em curso no ativo circulante e são liquidados quando da finalização de cada projeto.

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A Composição do saldo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante				
Imposto de Renda - IR	16.657	11.235	69.709	22.909
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	1.637	-	30.695	8.701
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	11	1	161.989	188.616
Programa de Integração Social - PIS	2.520	1.055	19.071	15.880
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	11.607	4.861	88.910	72.037
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	226	100	15.897	12.506
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1	9	2.583	2.510
IOF	124	121	140	121
Imposto sobre Serviços - ISS	10	10	9.029	7.430
Parcelamento de Tributos	65	30	141	873
Outros	-	-	16.980	11.058
	32.858	17.422	415.144	342.641
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	5.621	7.275
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	3.854	2.361
Programa de Integração Social - PIS	-	-	309	292
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	435	415
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	-	115
	-	-	10.219	10.458
Total	32.858	17.422	425.363	353.099

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as declarações de juros sobre capital e dividendos da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por lote de mil ações ON
2012			
RCA de 22 março de 2012	JSCP	78.985	13,5002417
AGO de 24 de abril de 2012	Dividendos	194.023	33,1627194
RCA de 29 de junho de 2012	JSCP	56.893	9,7242419
RCA de 31 de agosto de 2012	Dividendos	249.600	42,6620271
RCA de 28 de setembro de 2012	JSCP	45.781	7,8250372
RCA de 28 de Dezembro de 2012	JSCP	154.774	26,4542643
		780.056	
2011			
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	136.000	23,2453361
AGO de 29 de abril de 2011	Dividendos 2011	414.408	70,8313168
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	132.000	22,5616490
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	130.000	22,2198059
RCA de 15 de dezembro de 2011	JSCP	145.000	25,5247537
		957.408	

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	5.850.636	5.850.636
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	1.264.485	1.551.628
Constituição da reserva legal	(63.224)	(77.582)
Base de cálculo do dividendo	1.201.261	1.474.046
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	300.315	368.512
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Juros sobre capital próprio – Em 2012: R$ 0,0135002413 por ação ON (78.985) - R$ 0,0097242 por ação ON (56.893) – R$ 0,0078250372 por ação ON (45.781) – R$ 0,0264542643 (154.774).	336.433	
Juros sobre capital próprio – Em 2011: R$ 0,0232453354 por ação ON (136.000) - R$ 0,0225616490 por ação ON (132.000) - R$ 0,0222198059 por ação ON (130.000) - R$ 0,0247836296 por ação ON (145.000).		543.000
Dividendos intermediários - R$ 0,0426620 por ação ON (249.600)	249.600	
Total Bruto	586.033	543.000

A formação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar, é como segue:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2011	133.910
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	780.056
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(25.731)
Pagos no período	(745.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	142.937

25. PROVISÕES

As provisões constituídas consolidadas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119.533	85.050	101.737	-	12.197	318.517
Constituição	54.163	42.040	1.019	17.479	3.147	117.848
Baixas/reversão	(61.407)	(46.485)	(69)	-	(390)	(108.351)
Atualização	23.712	15.317	6.607	308	191	46.135
Saldos em 31 de dezembro de 2012	136.001	95.922	109.294	17.787	15.145	374.149

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência trabalhista	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 31/12/12	Valor provisionado 31/12/11
Ex-empregados da companhia		57.434	1ª, 2ª e 3ª	Provável	57.434	48.096
		228.049	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		61.758	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de empreiteiras		62.212	1ª, 2ª e 3ª	Provável	62.212	57.606
		226.708	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		59.182	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		16.355	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16.355	13.831
		54.204	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		134.125	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		899.153			136.001	119.533

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se à ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência cível	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 31/12/12	Valor provisionado 31/12/11
Clientes – tarifas plano cruzado	(a)	17.295	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.295	17.638
		2.902	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.000	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	47.788	1ª, 2ª e 3ª	Provável	47.788	38.325
		714.074	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		12.863	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	9.681	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.681	10.176
		69.000	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.864	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	6.225	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.225	3.402
		83.777	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.493	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		8.690	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.690	6.910
		85.366	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.238	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		16	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16	14
		6.875	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		72	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		3.732	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.609	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		2.090	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.090	1.107
		6.555	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		467	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário ações		753	1ª, 2ª e 3ª	Provável	753	2.382
		1.268	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de energia elétrica		16	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16	16
		2.262	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Cooperativas		18	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18	-
		362.000	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(e)	3.352	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.350	5.080
		67.459	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		101.716	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		1.651.512			95.922	85.050

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

a) *Clientes – Plano Cruzado* - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

b) *Indenização por Perdas* – Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

c) *Acidente terceiros/trabalho* – Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

d) *Comercialização de Energia, Serviços e Produtos* - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

e) *Outras* – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência fiscal	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 31/12/12	Valor provisionado 31/12/11
ICMS	(a)	1.015	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.015	895
		459.562	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	3.347	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.571	2.432
		50.210	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.383	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF	(c)	3.075	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8.052	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(d)	189	1ª, 2ª e 3ª	Provável	189	184
		70.340	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.260	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU	(e)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	3
		3.483	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.679	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(f)	18.231	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		91.331	1ª, 2ª e 3ª	Provável	91.331	85.778
	(g)	90.135	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(h)	449	1ª, 2ª e 3ª	Provável	449	433
		29.228	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		19.165	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(i)	503	1ª, 2ª e 3ª	Provável	503	490
		1.360.047	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		19.286	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(j)	9.217	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.217	8.614
		988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		58	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(k)	2.380	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		279	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(l)	5.113	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas	(m)	7.287	Administrativa	Possível	-	-
		4.385	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(n)	4.853	Judicial	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	57
Outras	(o)	4.015	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.015	2.851
		59.271	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.695	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		2.357.599			109.294	101.737

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS - Na Cosern referem-se a diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996, aonde os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos e que a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

Na Celpe refere-se à (i) autos de infração contra a Companhia decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Celpe reconheceu o crédito e impugnou o auto de infração; (ii) auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Celpe não reconheceu o débito e impugnou o auto de infração; (iii) autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções; e (iv). auto de infração contra a Celpe em 09/2011 no montante de R$ 213.546 mil decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

Na Coelba, refere-se à (i) Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício; (ii) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa; (iii) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação; e (iv) Autos de Infração lavrados pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia.

(b) ISS – Na Coelba refere-se a autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Coelba entende

que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa. Na Celpe, refere-se à discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

(c) CPMF – Na Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A Coelba procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A Coelba impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

(d) CSLL – Na Coelba, refere-se ao Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Coelba interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas tem sido favoráveis as contribuintes.

(e) IPTU – Na Coelba refere-se a demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(f) REFIS – Refere-se à divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Coelba. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Coelba utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário

(g) PIS/COFINS – Coelba - correspondem a (i) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Coelba apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal; (ii) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

(h) COFINS – Refere-se ao processo judicial onde a Cosern busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998

e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a Coelba protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(i) IRPJ - Autos de infração contra a Celpe sobre lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. Na Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Coelba interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002. Autos de infração na Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco, decorrentes da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia. As controladas entendem ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n.º 01/2002. Adicionalmente, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco houve autos de infração decorrentes da não adição da despesa de ágio contabilizado no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. As controladas apresentaram impugnação, pois entendem que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(j) INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na Coelba, referem-se notificações fiscais de lançamento de débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Coelba apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil referente aos casos em que a Coelba não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços

(k) ITD - Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA contra a Coelba cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Coelba protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações

(l) CIDE - Autos de infração lavrados pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Coelba apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(m) Taxas diversas – Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

(n) Incentivo Fiscal Sudene – Coelba - corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

(o) Outras – Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Regulatória

Regulatório	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 31/12/12	Valor provisionado 31/12/11
Auto de Infração ANEEL	(a)	17.787	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.787	-
	(b)	9.506	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		27.293			17.787	-

(a) Termo de Notificação referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. Em 03/09/2012 a Coelba impetrou recurso administrativo na ANEEL.

(b) A companhia apresentou ação ordinária contra a Aneel para discutir auto de Infração da ANEEL que nos autuou alegando que quando da troca do sistema comercial – SAP/CCS a Coelba teria realizado cobranças aos consumidores utilizando a média de consumo. A ação ordinária está na fase instrutória.

Ambiental

Contingência ambiental	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 31/12/12	Valor provisionado 31/12/11
Licença ambiental		15.145	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15.145	12.197
		16.363	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		31.508			15.145	12.197

A Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de

manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, a Itapebi desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

26. OUTRAS PASSIVOS

A Composição do saldo é como segue:

		Consolidado	
	Ref	31/12/12	31/12/11
Consumidores	(a)	62.639	67.506
Empregados - adiantamento acordo coletivo		34	45
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b)	10.497	13.146
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		8.997	6.548
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Convênios		256	169
Caução em garantia	(c)	114.509	63.050
FGTS conta empresa		336	336
Encargos CBEE		1.807	1.868
Taxa iluminação pública - TIP	(d)	8.590	8.466
Adiantamentos recebidos	(e)	44.430	45.759
Devolução recursos - ELETROBRÁS	(f)	-	70.189
Coperativas - Aquisição de Ativos	(g)	73.318	-
Outras		30.201	15.777
Total		**355.907**	**293.152**
Circulante		284.976	256.090
Não circulante		70.931	37.062

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas clausulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Taxa Iluminação Pública – TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(e) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

(f) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, no montante de R$ 70.189, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos serão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

(g) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela Aneel atreves da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de Lucro

Reserva de Incentivo Fiscal nas controladas

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do trimestre, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, a Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à Sudene/Adene e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0145/2011	75%
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente até 31 de dezembro de 2012, os valores de R$ 136,802, R$ 0,00, R$ 44.866, R$ 35.811 e R$ 0,00 (143.060, R$ 40.628, R$ 32.951, R$ 28.131 e R$ 11.497 em 31 de dezembro de 2011 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme descrito na nota 3, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Em 31 de dezembro de 2012, a Neoenegia mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 6.152.538 (R$ 5.551.908 em 31 de dezembro de 2011) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A, visando a realização de investimentos futuros.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários. Até 31 de dezembro de 2011 os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão nas distribuidoras foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, impactando a Controladora quando da aplicação da equivalência sobre esses resultados, correspondendo esses, a totalidade do Resultado Abrangente auferido na Controladora até essa data. A partir de 2012 somente será reconhecido em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão das distribuidoras, trazidos por equivalência; e demais resultados abrangentes auferidos na controladora decorrentes de alterações no capital social de suas investidas ajustados por equivalência diretamente no patrimônio, pois não decorreram do resultado do exercício.

28. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida da controladora e consolida por natureza e suas deduções:

		Consolidado	
	Ref.	31/12/12	31/12/11
Fornecimento de energia elétrica	(a)	6.336.729	5.168.957
Receita de distribuição, geração e comercialização		5.973.615	5.025.348
Remuneração financeira wacc		363.114	143.609
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	318.619	82.872
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	7.545.037	7.101.299
Receita de distribuição		7.446.898	7.066.288
Remuneração financeira wacc		98.139	35.011
Receita de concessão		29.271	23.798
Receita de construção da infraestrutura da concessão		1.905.148	1.439.120
Outras receitas	(d)	235.257	203.536
Total receita bruta		16.370.061	14.019.582
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(4.559.433)	(4.248.733)
Total		11.810.628	9.770.849

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.438.933	8.191.569	11.157.382	10.820.435	5.066.091	4.445.977
Industrial	37.397	38.573	4.907.196	6.207.219	1.708.079	1.927.556
Comercial	595.358	586.515	5.932.413	5.786.543	2.929.896	2.653.073
Rural	427.020	436.890	2.401.861	1.991.274	537.756	437.257
Poder público	80.839	80.266	1.486.435	1.409.109	677.812	605.904
Iluminação pública	27.341	26.567	1.329.879	1.321.274	310.858	290.289
Serviço público	14.408	13.224	1.689.151	1.610.153	475.673	423.274
Consumo próprio	745	712	31.775	32.204	-	-
Suprimento	163	161	9.134.590	8.986.615	1.060.323	823.383
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	109.195	10.277
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(7.127.350)	(6.806.987)
	9.622.204	9.374.477	38.070.682	38.164.826	5.748.333	4.810.003
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	588.396	358.954
Total	9.622.204	9.374.477	38.070.682	38.164.826	6.336.729	5.168.957

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "tusd média" calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não auditadas.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pelas Companhias do Grupo.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado	
			Acumulado
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	31/12/12	31/12/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre		417.688	294.312
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(1)	7.127.349	6.806.987
Total		7.545.037	7.101.299

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras receitas

	Consolidado	
		Acumulado
	31/12/12	31/12/11
		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	44.038	36.804
Arrendamentos e aluguéis	76.223	79.016
Serviço taxado	20.547	11.741
Taxa de iluminação pública	16.267	14.779
Administração de faturas de fraudes	(9.236)	(1.904)
Comissão serviços de terceiros	4.855	5.326
Multa infração consumidor	7.371	21.372
Ressarcimento Comercialização de Energia	14.946	-
Indenização Sinistro	4.700	-
Fornecimento de vapor	44.674	31.756
Outras receitas	10.872	4.646
Total	235.257	203.536

(e) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado	
		Acumulado
Deduções da receita bruta	31/12/12	31/12/11
Impostos:		
ICMS	(2.611.705)	(2.377.395)
PIS	(244.398)	(212.324)
COFINS	(1.125.004)	(978.985)
ISS	(10.319)	(8.800)
Encargos Setoriais:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(84.266)	(99.676)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(75.516)	(68.036)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(276.197)	(388.205)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(45.330)	(36.671)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(16.564)	(14.246)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(8.282)	(7.123)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(29.397)	(26.928)
Encargos do consumidor - PROINFA	(4.572)	(3.883)
Encargos do consumidor - Tesouro Nacional	(24.845)	(21.369)
Outros	(3.038)	(5.092)
Total	(4.559.433)	(4.248.733)

(f) Reajuste Tarifário 2012 (Não auditado)

	31/12/2012		
	Coelba	Celpe	Cosern
Receita Anual (RA)	**4.561.432**	**3.046.212**	**1.160.739**
Encargos Setoriais	415.751	278.043	109.806
Compra de Energia Elétrica	2.273.278	1.665.122	619.817
Transporte de Energia	283.208	188.529	79.561
Parcela A	2.972.237	2.132	809.184
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B	1.932.837	1.149.086	464.204
Receita Requerida (Parcela A +B)	**4.905.074**	**1.151.218**	**1.273.388**
CVA e Neutralidade	(58.434)	(59.023)	(30.134)
Componentes Financeiros	151.602	30.356	20.438
Subsídios Tarifários	63.426	28.931	17.061
Total Comp. Financeiros e Subsídios	**156.594**	**265**	**7.365**
Reajuste Econômico [(2) / (1)]	7,53%	7,70%	9,70%
Componentes Financeiros e Subsídios [(3) / (2)]	3,19%	0,01%	0,58%
Reajuste Tarifário Total [(4) + (5)]	**10,72%**	**7,71%**	**10,28%**
Reajuste Percebido pelo Consumidor (*)	**6,57%**	**5,40%**	**6,43%**

(f.1) Coelba

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos. As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

(f.2) Celpe

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.283, de 24 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 27 de abril de 2012, fixou em 7,71% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 7,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,01% aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 5,41%. Coincidentemente este efeito médio se mantém o mesmo para os clientes atendidos tanto em baixa tensão (residências e outros) quanto em alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 29 de abril de 2012 a 28 de abril de 2013.

(f.3) Cosern

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos

componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013.

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		Controladora	
		31/12/12	31/12/11
Despesas	Ref.		
Pessoal	(a)	(5.935)	(1.628)
Administradores		(6.079)	(3.931)
Entidade de previdência privada		(193)	(226)
Material		(29)	(52)
Serviços de terceiros		(4.825)	(3.366)
Depreciação e amortização		(3.194)	(3.177)
Arrendamentos e aluguéis		(125)	(112)
Tributos		(67)	(116)
Provisões líquidas - sontingências		-	(95)
Outros	(e)	(3.473)	(8.337)
Total custos / despesas		(23.920)	(21.040)

		Consolidado				
		31/12/12				31/12/11
Custos / Despesas	Ref.	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(179.993)	(108.646)	(211.911)	(500.550)	(440.227)
Administradores		(354)	-	(19.638)	(19.992)	(13.291)
Entidade de previdência privada		(10.552)	(4.109)	(7.117)	(21.778)	(22.854)
Material		(31.777)	(2.084)	(3.447)	(37.308)	(29.412)
Combustível para produção de energia		(224.025)	-	-	(224.025)	(187.337)
Serviços de terceiros		(328.215)	(283.190)	(196.286)	(807.691)	(610.291)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE		(17.319)	(4.033)	-	(21.352)	(20.072)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos		(7.690)	-	-	(7.690)	-
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH		(6.632)	-	-	(6.632)	(8.977)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(4.365.471)	-	-	(4.365.471)	(3.149.364)
Encargos de uso de rede	(c)	(620.264)	-	-	(620.264)	(538.874)
Depreciação e amortização	(d)	(478.271)	(76.253)	(30.977)	(585.501)	(545.813)
Arrendamentos e alugueis		(5.575)	(998)	(7.581)	(14.154)	(12.189)
Tributos		(2.313)	(2.310)	(2.994)	(7.617)	(7.287)
Provisões líquidas - PCLD		(10.335)	(402.399)	-	(412.734)	(193.248)
Perdas conta a receber/consumidores		-	(164.987)	-	(164.987)	(103.405)
Provisões líquidas - contingências		-	-	10.793	10.793	(728)
Provisões atuariais		-	-	(8.463)	(8.463)	7.684
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(1.905.147)	-	-	(1.905.147)	(1.439.121)
Alienação / desativação de bens e direitos		-	-	(18.432)	(18.432)	(289)
Outros	(e)	(20.604)	(8.297)	(86.290)	(115.191)	(100.713)
Total custos / despesas		(8.214.537)	(1.057.306)	(582.343)	(9.854.186)	(7.415.808)

a) Custo e Despesa de Pessoal

Pessoal	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11 (Reclassificado)
Remunerações	-	-	(275.029)	(242.851)
Encargos sociais	(563)	(332)	(132.796)	(117.675)
Auxílio alimentação	(67)	(22)	(29.957)	(26.126)
Convênio assistencial e outros benefícios	(1.160)	(2)	(19.476)	(20.611)
Rescisões	(4.000)	-	(30.950)	(13.009)
Provisão para férias e 13º salário	-	(53)	(65.229)	(58.398)
Plano de saúde	(145)	(89)	(24.097)	(29.464)
Contencioso trabalhista	-	(1.130)	(21.479)	(22.438)
Participação nos resultados	-	-	(49.388)	(36.695)
Encerramento de ordem em curso	-	-	(5.636)	(5.735)
(-) Transferências para ordens	-	-	153.487	132.775
Total	(5.935)	(1.628)	(500.550)	(440.227)

b) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Energia Elétrica Comprada para Revenda		Consolidado			
		31/12/12		31/12/11	
		R$	MWh (*)	R$	MWh (*)
Terceiros		(4.164.643)	34.229.528	(3.253.298)	29.105.188
Partes Relacionadas	(a)	(57.351)	8.156.021	(9.637)	8.755.271
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica		(227.642)	1.432.719	(66.891)	816.828
Proinfa		(149.024)	776.850	(120.770)	757.117
Encargos Serviço Sistema - ESS		(187.121)	-	(53.382)	-
Créditos de PIS e COFINS		420.310	-	354.614	-
Total		(4.365.471)	44.595.118	(3.149.364)	39.434.404

(*) Informações não auditadas.

(a) O valor total de energia apresentado sofreu eliminações nos procedimentos de consolidação. Os montantes originais sem esse efeito são de R$ 1.179.197 em 2012 (R$1.079.828 em 2011)

c) Custo com Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

Encargos de uso do sistema de transmissão	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11 (Reclassificado)
Terceiros	(673.713)	(578.748)
Crédito PIS / COFINS	53.449	50.939
Outros	-	(11.065)
Total	(620.264)	(538.874)

d) Depreciação e amortização

	Consolidado	
Depreciação e Amortização	31/12/12	31/12/11
Quota de depreciação e amortização no exercício	(597.391)	(560.347)
(-) Depreciação e Amortização transferida para ordens em curso	(221)	(230)
(-) Crédito PIS/COFINS	12.111	14.764
Depreciação e Amortização residual no resultado	(585.501)	(545.813)

e) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
Outros custos e despesas Operacionais	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Seguros	(8)	(5)	(12.163)	(9.733)
Doações e contribuições	(704)	(135)	(3.531)	(4.439)
Recuperação de despesa	-	-	7.800	13.028
Transporte	-	-	(16)	(8)
Publicações e avisos de desligamentos	-	-	(87)	(35)
Órgãos de classe do Setor Elétrico	-	-	(4.909)	(4.624)
Despesas de viagem	(38)	(76)	(8.589)	(8.074)
Consumo próprio e energia elétrica	-	-	(13.745)	(13.130)
Propaganda e publicidade	(116)	(145)	(7.100)	(3.806)
Indenização processos cíveis e fiscais	-	-	(38.685)	(38.539)
Alimentação	(8)	(8)	(2.097)	(1.683)
Encerramento de ordem em curso	(1.917)	(7.968)	(2.956)	(8.731)
Contencioso trabalhista - Terceiros	-	-	(18.984)	(11.553)
Outros	(682)	-	(10.129)	(9.386)
Total	(3.473)	(8.337)	(115.191)	(100.713)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A Composição da receita financeira é a seguinte:

	Controladora	
Receitas financeiras	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	236.047	320.598
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	10.062	12.762
Total	246.109	333.360

	Consolidado	
Receita Financeira	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	345.125	456.606
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	173.358	159.450
Variação monetária	88.230	138.565
Variação cambial	51.242	56.449
Operações swap	83.703	84.986
Receita Financeira da Concessão	150.632	-
Outras receitas financeiras	24.475	24.528
Total	916.765	920.584

A Composição da despesa financeira é a seguinte:

		Controladora	
Despesa Financeira		31/12/12	31/12/11
Encargos de dívida		(515)	(454)
Outras despesas financeiras	(a)	(20.435)	(32.881)
Total		(20.950)	(33.335)

(a) Corresponde basicamente ao PIS e COFINS sobre os JCPs recebidos das investidas.

	Consolidado	
		Acumulado
Despesa financeira	31/12/12	31/12/11
Encargos de dívida	(522.589)	(510.954)
Variação monetária	(124.518)	(150.268)
Variação cambial	(71.192)	(86.703)
Operações swap	(86.554)	(113.676)
Multas regulatórias	(67.922)	(48.742)
Perda acréscimos moratórios	(2.576)	(13.676)
Outras despesas financeiras	(70.130)	(85.362)
Total	(945.481)	(1.009.381)

31. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação no consolidado em 31 de dezembro de 2012 foi de R$ 49.388 (R$ 36.695 em 31 de dezembro de 2011), a qual é considerado o benefício de curto prazo. A companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

32. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			Controladora					
			31/12/12			31/12/11		31/12/11
Empresas	Ref.	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA		Dividendos	36.515	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	99.830	-	-	25.001	-	-
	(1)	Adiantamento - AFAC	2.402	-	-	2.402	-	-
		Aluguel/Comodato	83	-	-	78	-	-
		Outros	-	46	-	-	-	863
			138.830	46	-	27.481	-	863
CELPE		Dividendos	495	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	20.083	-	-
		Aplicações Financeiras	-	-	-	1.081	-	-
		Aluguel/Comodato	66	-	-	47	-	570
			561	-	-	21.211	-	570
COSERN		Dividendos	11.485	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	30.547	-	-	4.411	-	-
		Aplicações Financeiras	-	-	-	201	-	-
		Aluguel/Comodato	17	-	-	17	-	198
			42.049	-	-	4.629	-	198
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos	1.016	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	6.073	-	-
		Outros	-	-	-	3	-	-
			1.016	-	-	6.076	-	-
TERMOAÇU		Reembolso de despesa	343	-	-	343	-	-
			343	-	-	343	-	-
ITAPEBI		Juros sobre capital próprio	9.548	-	-	2.117	-	-
		Aplicações Financeiras	-	-	-	1.356	-	-
		Aluguel/Comodato	66	-	-	62	-	806
			9.614	-	-	3.535	-	806
GERAÇÃO CIII		Dividendos	25.462	-	-	5.352	-	-
			25.462	-	-	5.352	-	-
NC ENERGIA		Dividendos	38.254	-	-	29.238	-	-
		Juros sobre capital próprio	510	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	-	-	-	31	-	372
		Outros	-	-	-	1	23	-
			38.764	-	-	29.270	23	372
NEOENERGIA SERVIÇOS		Dividendos	653	-	-	3	-	-
		Juros sobre capital próprio	145	-	-	-	-	-
	(1)	Adiantamento - AFAC	-	-	-	2.802	-	-
		Outros	-	-	-	1.886	-	-
			798	-	-	4.691	-	-
GARTER	(1)	Adiantamento - AFAC	2	-	-	2	-	-
			2	-	-	2	-	-
BAGUARI I		Dividendos	9.695	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	6.985	-	-	2.210	-	-
			16.680	-	-	2.210	-	-
BAHIA PCH I		Dividendos	18.703	-	-	10.364	-	-
	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	20.970	-	2.362
		Outros	-	-	-	-	-	656
			18.703	-	-	31.334	-	3.018
BAHIA PCH II		Outros	2.167	-	-	2.153	-	-
			2.167	-	-	2.153	-	-
BAHIA PCH III		Outros	1.198	-	-	1.207	-	-
			1.198	-	-	1.207	-	-
RIO PCH I		Dividendos	9.577	-	-	2.185	-	-
		Outros	4	-	-	-	-	-
			9.581	-	-	2.185	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(1)	Adiantamento - AFAC	2.000	-	-	-	-	-
		Outros	700	-	-	-	-	-
			2.700	-	-	-	-	-
GOIAS SUL		Dividendos	1.891	-	-	-	-	-
	(1)	Adiantamento - AFAC		-	-	750	-	-
			1.891	-	-	750	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(1)	Adiantamento - AFAC	24.739	-	-	711	-	-
			24.739	-	-	711	-	-

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

			Controladora					
			31/12/12			31/12/11		31/12/11
Empresas	Ref.	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
SE NARANDIBA		Dividendos	958	-	-	16	-	-
	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	5.693	-	-
			958	-	-	5.709	-	-
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Outros	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos	2.372	-	-	1.572	-	-
			2.372	-	-	1.572	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos	3.691	-	-	4.415	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
			3.691	-	-	4.417	-	-
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES		Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.767	-	-
			-	-	-	4.767	-	-
ÁGUAS DA PEDRA		Dividendos	-	-	-	9.657	-	-
			-	-	-	9.657	-	-
TELES PIRES PART.		Outros	-	10	-	-	1.010	-
			-	10	-	-	1.010	-
ENERGY WORKS		Dividendos	13.751	-	-	4.584	-	-
		Juros sobre capital próprio	6.761	-	-	-	-	-
			20.512	-	-	4.584	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Dividendos	565	-	-	-	-	-
			565	-	-	-	-	-
CALANGO 1	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	660	-	-
			-	-	-	660	-	-
CALANGO 2	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	660	-	-
			-	-	-	660	-	-
CALANGO 3	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
CALANGO 4	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
CALANGO 5	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
MEL 2	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	7.823	-	-
			-	-	-	7.823	-	-
ARIZONA 1	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	914	-	-
			-	-	-	914	-	-
CAETITÉ 1	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	1.421	-	-
			-	-	-	1.421	-	-
CAETITÉ 2	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	3.256	-	-
			-	-	-	3.256	-	-
CAETITÉ 3	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	1.421	-	-
			-	-	-	1.421	-	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	15.772	-	-	14.774	-
			-	15.772	-	-	14.774	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Juros sobre capital próprio	-	34.425	-	-	32.253	-
			-	34.425	-	-	32.253	-
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	51.308	-	-	48.068	-
			-	51.308	-	-	48.068	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	41.432	-	-	38.815	-
			-	41.432	-	-	38.815	-
521 Participações S.A.		Outros	15	-	-	15	-	-
			15	-	-	15	-	-

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

			Consolidado					
			31/12/12			31/12/11		31/12/11
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Iberdrola Generation		Dividendos	-	565	-	-	-	-
			-	565	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.		Aplicações financeiras	-	800	(325)	-	-	-
	(4)	Empréstimos e Financiamentos	7.821	265.067	(23.093)	3.186	247.409	(35.532)
			7.821	265.867	(23.418)	3.186	247.409	(35.532)
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	19.500	-	-	15.601	-
	(5)	Aplicações financeiras	52.667	-	-	252.232	-	-
	(4)	Empréstimos e financiamentos	-	297.353	(27.803)	-	254.217	(20.878)
			52.667	316.853	(27.803)	252.232	269.818	(20.878)
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição patronal	-	-	(9.406)	-	-	834
			-	-	(9.406)	-	-	834
Celpos	(3)	Contrato de mútuo	-	143.029	(8.552)	-	147.277	(7.298)
		Contribuição patronal	-	156.227	(1.651)	-	147.456	(1.193)
			-	299.256	(10.203)	-	294.733	(8.491)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	1.558	-	-	156	-
		Juros sobre capital próprio	-	41.172	(562)	-	33.778	(81)
			-	42.730	(562)	-	33.934	(81)
Iberdrola Energia S.A		Prestação de serviço	-	265	(43.833)	34	4.339	(42.910)
		Dividendos	-	5.966	-	-	579	-
		Juros sobre capital próprio	-	65.774	(2.174)	-	51.335	(314)
			-	72.005	(46.007)	34	56.253	(43.224)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	41.432	-	-	38.815	-
			-	41.432	-	-	38.815	-
521 Participações S.A.		Outros	15	-	-	15	-	-
			15	-	-	15	-	-
Amara Brasil		Prestação de serviço (almoxarifado)	-	622	(3.914)	-	951	(3.775)
		Reembolso de despesa	-	-	-	-	-	(34)
			-	622	(3.914)	-	951	(3.809)
Performace Participações		Dividendos	-	-	-	-	1.305	-
			-	-	-	-	1.305	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	11.088	-	-	3.984	-
		Juros sobre capital próprio	-	4.186	(2.265)	-	3.558	(416)
		Outros	2.320	-	-	-	-	-
			2.320	15.274	(2.265)	-	7.542	(416)

(1) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(2) Refere-se à contratos de mútuo da Neoenergia com suas controladas com a finalidade de disponibilizar recursos até a concretização de aportes de capital.

(3) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

(4) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

(5) Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para os doze meses findos em 31 de dezembro de 2012 é R$ 4.654 (R$ 4.010 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e no consolidado no montante de R$ 14.774 (R$ 12.627 em 31 de dezembro de 2011), o qual é considerado benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

33. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros das Companhias do Grupo seguem o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo segue a Política de Crédito que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

As Controladas e a Controladora promovem a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.
Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias dempréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e

valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no logo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.

• Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

• Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

• Empréstimos, financiamentos e debêntures.

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão do Grupo e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) - São considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

• Instrumentos Financeiros Derivativos:

- ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo.

- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	4.261.877	4.261.877	4.074.308	4.074.308
Títulos e valores mobiliários	226.410	226.410	346.880	346.880
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (a)	2.658.153	2.658.153	3.000.172	3.000.172
Fundos vinculados	-	-	-	-
Passivo				
Fornecedores	(1.163.794)	(1.163.794)	(870.046)	(870.046)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(406.653)	(406.653)	(372.471)	(372.471)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(4.740.400)	(4.740.400)	(4.290.027)	(4.290.027)
Debêntures em moeda nacional	(1.199.508)	(1.199.332)	(1.548.399)	(1.570.142)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(1.309.039)	(1.309.039)	(313.288)	(313.288)
Instrumentos financeiros derivativos	32.071	32.071	(30.294)	(30.294)

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- o Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;

- o Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- o Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, IGP-M e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- ✓ Operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política do Grupo não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

					Valores de Referência					
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo	
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contratos de swaps:										
Coelba									-	-
Swap		11/07/06 / 15/06/09 / 22/06/10 / 26/08/10 / 10/12/10	26/06/2013 / 26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1%a.a./ USD 6M LIBOR + 1,875 %a.a. 106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e						
Ativa	Bancos Santander e Citibank Merrill Lynch e BNP Paribas				USD 150.000	USD 150.000	R$ 282.704	R$ 284.400	310.422	275.428
Passiva									282.933	284.641
									27.489	(9.213)
Swap										
Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a. IGPM + 13,95% a.a	USD 2.979	USD 4.847	R$ 9.003	R$ 14.646	12.599	17.475
Passiva									43.319	57.875
									(30.720)	(40.400)
Swap										
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (Libor 3M+0,80% a.a) CDI + 0,60% a.a.	USD 50.000	-	R$ 104.005	-	96.988	-
Passiva									104.305	-
									(7.317)	-
Swap										
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 / 19/11/12	14/06/18	117,65% * (Libor 3M+1,70% a.a) CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a.	USD 200.000	-	R$ 415.500	-	409.944	-
Passiva									416.696	-
									(6.752)	-
Swap										
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a. 99,5 % do CDI	-	-	R$ 100.000	R$ 100.000	143.694	124.992
Passiva									128.937	118.978
									14.757	6.014
Celpe										
Swap										
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a 72,5% do CDI	311	334	R$ 837	R$ 807	930	815
Passiva							R$ 785	R$ 843	748	876
									182	(61)
Swap										
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a 92% do CDI	1682	2163	R$ 4.571	R$ 5.235	4.857	5.390
Passiva							R$ 4.251	R$ 5.465	4.260	5.663
									597	(273)
Swap										
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a 99,5% do CDI	-	-	R$ 175.323	R$ 175.323	208.356	181.240
Passiva							R$ 172.519	R$ 172.519	186.957	172.519
									21.399	8.721
Cosern										
Swap										
Ativa	Bank Of American	08/04/11	06/05/16	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a. CDI - 6% a.a.	-	USD 0	-	R$ 15.000	19.777	16.989
Passiva									15.162	15.258
									4.615	1.731
Swap										
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/14	12,16% a.a. 99,5 % do CDI			R$ 0	R$ 53.000	76.157	66.245
Passiva							R$ 0	R$ 0	68.336	63.058
									7.821	3.187
Termope										
Swap										
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	USD +2,95% a.a. 2013 a 2014 / USD +3,20% 2015 a 2017 110% CDI	USD 58.680		R$ 120.000		121.340	-
Passiva									120.887	-
									453	-

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco

- Riscos financeiros

  - ✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. O Grupo, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o Grupo apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 10.661.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado do Grupo, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R$ Mil

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	(164.587)	(205.618)	(246.741)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	204.107	208.766	250.520
Exposição Líquida		2.519	3.149	3.779

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As Companhias do Grupo possuíam, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item "Risco de variação cambial", a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M.

As Companhias do Grupo possuíam contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R$ 1.659.936 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado do Grupo de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

R$ Mil

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	96.212	72.158	48.106
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(43.170)	(53.962)	(64.755)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	155.141	193.925	232.712
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(28.886)	(36.108)	(43.330)
Swap Ponta Passiva em IGPM	Alta do IGPM	(564)	(705)	(846)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- ✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade das Companhias não honrarem com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.
A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e

financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2012 a Controladora e suas Controladas mantinham um total de aplicações no curto prazo de R$ 4.447.989, sendo R$ 2.828.651 em fundos exclusivos e R$ 1.619.338 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações das Companhias do Grupo, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2013	2014	2015, 2016 e 2017	2018
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	571.708			
Empréstimos e Financiamentos	566.116			
Debêntures	305.839			
Instrumentos Derivativos	(4.549)			
Não Circulante				
Fornecedores		613.296	1.772.266	318.391
Empréstimos e Financiamentos		819.135	703.498	520.202
Debêntures		274.024	449.614	273.965
Instrumentos Derivativos		(29.624)	(327)	(114)

- Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das empresas do Grupo virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

O Grupo possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 19 e 20).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

34. COMPROMISSOS (Não auditado)

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
COELBA	2013 a 2030	2.345.105	2.524.052	2.743.910	3.019.362	3.198.370	95.397.880
COSERN	2013 a 2042	624.210	604.575	622.927	632.575	636.514	9.068.842
CELPE	2013 a 2042	1.858.254	2.000.930	2.188.645	2.389.003	2.602.912	226.737.858

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

35. PLANOS PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

35.1 Coelba

A Companhia é patrocinadora da Fundação Coelba de Previdência Complementar – FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD); que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados.

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança

individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. No entanto, além da poupança individual, o FAELFLEX confere aos participantes benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Essa peculiaridade insere o FAELFLEX nas disposições contidas no CPC 33, no que tange à realização de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 – BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

35.2 Cosern

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN – Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 proporciona aos seus participantes ativos benefícios relacionados à possibilidade de ocorrência de invalidez e morte durante a vida laborativa, classificados como benefícios de risco, totalmente custeados pela Companhia e pelos participantes autopatrocinados. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único ou parcelado, a critério do participante ou de seus beneficiários. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 corresponde a 5,73% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 3,67% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,25% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas dos planos previdenciários administrados pela FASERN.

35.3 Celpe

O Plano nº 1 – CELPOS CD, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada, e características de benefício definido, nos benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 2006 (que migraram do Plano BD). A parcela CD do plano CELPOS CD, por suas características de poupança individual (CD), não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. Já a parte de risco, referente ao pecúlio por invalidez ou morte, é atuarialmente calculada e de acordo com as definições da CVM 600, deve ser contabilizada como um benefício BD.

O Plano nº 2 – CELPOS BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 2006. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores desse passivo da Celpe estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	13.087	12.361	129.942	134.916
Subtotal	13.087	12.361	129.942	134.916
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	152.858	144.395
Participação ativos	2.337	2.135	-	-
Desligados PDV	874	737	159	189
Subtotal	3.211	2.872	153.017	144.584
Total	16.298	15.233	282.959	279.500

As contribuições pagas ou provisionadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram as seguintes:

	31/12/12			31/12/11		
	FAELBA	FASERN	CELPOS	FAELBA	FASERN	CELPOS
Custo do Imobilizado em Curso	(3.359)	764	109	(2.745)	458	117
Despesas Operacionais	(5.958)	296	13.244	(5.392)	(3.611)	12.674
Total	(9.317)	1.060	13.353	(8.137)	(3.153)	12.791

Avaliação atuarial dos planos previdenciários

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado. Os pareceres atuariais, emitidos por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pelas Fundações, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009 e CPC 33.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Faelba				Fasern				Celpos			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD	
ATIVOS E PASSIVOS DOS PLANOS DE BENEI	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertur	6.258	4.955	305.127	252.081	762	578	78.883	65.216	729	843	941.969	786.488
Valor justo dos ativos do plano	3.412	1.357	369.092	374.233	747	381	107.197	100.233	(4.876)	(3.149)	497.053	472.191
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	2.846	3.598	(63.965)	(122.152)	15	197	(28.314)	(35.017)	(4.147)	(2.306)	444.916	314.297
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(1.043)	(1.911)	(7.087)	(6.360)	(46)	(199)	2.287	2.287	1.604	1.626	(147.997)	(21.023)
Efeito do Limite de Parágrafo 58B (1)	-	-	53.716	111.176	-	-	19.875	29.570	1.774	-	-	-
Passivo / (ativo) atuarial líquido total	1.803	1.687	(17.336)	(17.336)	(31)	(2)	(6.152)	(3.160)	(769)	(680)	296.919	293.274
Limite do "corredor" para reconhecimento no resultado									488	315	94.197	78.649

(1) Refere-se a parte do superávit acumulado do Plano BD não atribuível à Companhia na observância da proporção contributiva (50%) no período em que se deu a constituição do superávit. O valor calculado está em conformidade com o parágrafo 58B da Deliberação CVM nº 600/09.

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Faelba				Fasern				Celpos			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	381	277	55	2	60	48	-	-	62	87	1.415	914
Juros sobre as obrigações atuariais	587	488	26.508	23.950	70	58	6.850	6.151	101	105	83.559	71.403
Rendimento esperado dos ativos do plano	(195)	(264)	(38.091)	(39.796)	(51)	(88)	(10.446)	(10.328)	(392)	(270)	(52.215)	(51.462)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidos	126	10	68.988	-	12	(23)	10.298	1.289	(761)	(81)	-	-
Efeito do Limite de Parágrafo 58B (1)	-	-	(57.459)	37.860	-	-	(9.695)	4.091	1.774	-	-	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	900	511	-	22.016	91	(5)	(2.993)	1.203	784	(159)	32.759	20.855
Rendimento efetivo dos ativos do plano	1.264	1.188	22.096	35.753	240	(439)	14.287	13.074	784	(159)	32.759	20.855

(1) Menção em tópico anterior.

Conforme previsto na Deliberação CVM nº. 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	Faelba				Fasern				Celpos			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor das obrigações no início do ano	4.955	4.237	252.081	234.587	578	489	65.216	59.753	843	879	786.488	687.038
Custo do serviço corrente bruto (1)	381	277	55	2	60	48	-	-	63	87	1.415	914
Juros sobre obrigação atuarial	587	488	26.508	23.950	70	58	6.850	6.151	101	105	83.559	71.403
Contribuições de participantes vertidas no ano	7	9	-	12	5	3	-	-	17	15	2.577	2.357
(Ganho) / perda atuarial	327	(55)	53.720	20.718	49	(20)	14.140	5.238	(295)	(243)	125.961	80.375
Benefícios pagos no ano	-	-	(27.237)	(27.188)	-	-	(7.324)	(5.926)	-	-	(58.031)	(55.599)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	6.258	4.956	305.127	252.081	762	578	78.882	65.216	729	843	941.969	786.488

(1) Com juros, líquido da contribuição do participantes.

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Faelba				Fasern				Celpos			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD		No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos no início do ano	1.357	1.832	374.233	365.643	381	712	100.233	93.084	3.149	2.088	472.191	446.177
Rendimento esperado no ano	195	264	38.091	39.796	51	88	10.446	10.328	392	270	52.215	51.462
Ganho / (perda) atuariais nos ativos do plano	1.069	(1.452)	(15.995)	(4.043)	189	(526)	3.842	2.746	444	150	(1.013)	(2.176)
Contribuições da patrocinadora	784	704	-	12	121	104	-	-	874	626	29.114	29.968
Contribuições de participantes	7	9	-	12	5	3	-	-	17	15	2.577	2.357
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(27.237)	(27.188)	-	-	(7.324)	(5.926)	-	-	(58.031)	(55.598)
Valor justo dos ativos no final do ano	3.412	1.357	369.092	374.232	747	381	107.197	100.232	4.876	3.149	497.053	472.190

A Deliberação CVM nº. 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2012 e 2011:

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
Principais premissas atuariais	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,20%	9,20%	8,89%	10,99%	9,56%	10,99%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,20%	9,20%	8,89%	11,73%	9,56%	11,49%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	4,00%	4,00%	7,10%	7,10%	6,58%	6,58%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	UP-84 Masculina	UP-84 Masculina
Tábua de entrada de invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média	50% LIGHT-FRACA	50% LIGHT-FRACA

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, transmissão, Comercialização e Administração central e outros. A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

As informações sobre ativos e passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pela administração na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Cada segmento é tratado de forma independente e detém profissionais com experiência própria em cada segmento. As operações da empresa estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA LÍQUIDA	10.777.811	9.031.164	1.455.914	1.323.186	28.242	34.008	694.875	457.576	27.513	39.109	(1.173.727)	(1.114.194)	11.810.628	9.770.849
CUSTO DO SERVIÇO	(7.822.459)	(6.194.060)	(880.796)	(695.929)	(10.401)	(11.677)	(655.918)	(454.985)	(18.690)	(14.708)	1.173.727	1.113.348	(8.214.537)	(6.258.011)
LUCRO BRUTO	**2.955.352**	**2.837.104**	**575.118**	**627.257**	**17.841**	**22.331**	**38.957**	**2.591**	**8.823**	**24.401**	**-**	**(846)**	**3.596.091**	**3.512.838**
Despesas com vendas	(1.057.306)	(707.226)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.057.306)	(707.226)
Despesas gerais e administrativas	(503.921)	(384.428)	(51.377)	(45.088)	(674)	(721)	(118)	(3)	(26.495)	(21.851)	242	1.520	(582.343)	(450.571)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(819)	2.807	-	-	2.925	3.559	1.160.955	1.408.158	(1.164.567)	(1.414.051)	(1.506)	473
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.245)	-	-	-	(51.245)
Amortização do Ágio	-	-	(1.164)	(873)	-	-	-	-	(96.357)	(99.425)	-	-	(97.521)	(100.298)
IMPOSTOS	**1.394.125**	**1.745.450**	**521.758**	**584.103**	**17.167**	**21.610**	**41.764**	**6.147**	**1.046.926**	**1.260.038**	**(1.164.325)**	**(1.413.377)**	**1.857.415**	**2.203.971**
Receita financeira	607.825	534.671	70.741	48.611	3.054	4.061	7.164	2.526	246.855	333.894	(18.874)	(3.179)	916.765	920.584
Despesa financeira	(762.260)	(815.091)	(188.448)	(160.205)	(337)	(1.631)	(3.884)	(2.607)	(22.309)	(34.343)	31.758	4.496	(945.480)	(1.009.381)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**1.239.690**	**1.465.030**	**404.052**	**472.509**	**19.884**	**24.040**	**45.044**	**6.066**	**1.271.472**	**1.559.589**	**(1.151.442)**	**(1.412.060)**	**1.828.700**	**2.115.174**
Imposto de renda e contribuição social	(173.191)	(198.997)	(80.555)	(63.763)	(2.193)	(2.723)	(13.455)	(1.067)	(6.556)	(3.527)	-	-	(275.950)	(270.077)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**1.066.499**	**1.266.033**	**323.497**	**408.746**	**17.691**	**21.317**	**31.589**	**4.999**	**1.264.916**	**1.556.062**	**(1.151.442)**	**(1.412.060)**	**1.552.750**	**1.845.097**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(276.619)	(293.469)	(276.619)	(293.469)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**1.066.499**	**1.266.033**	**323.497**	**408.746**	**17.691**	**21.317**	**31.589**	**4.999**	**1.264.916**	**1.556.062**	**(1.428.060)**	**(1.705.529)**	**1.276.131**	**1.551.628**

37. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia e suas controladas pautam sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental e vem garantindo a melhoria do Sistema de Gestão Ambiental – SGA, criado em 2005 cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa.

Em 2012, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

Manejo da Vegetação – Projeto voltado para a melhoria da arborização urbana e rural, através da qualificação de equipes que realizam a atividade de poda de árvores com módulos de técnicas de poda, ferramental adequado, planejamento da arborização urbana, incentivo ao plantio de espécies adequadas na via urbana e legislação ambiental, realizado em parceria com as Prefeituras Municipais. Foi elaborada a 2ª edição do Guia de Manejo da Arborização Urbana da Coelba.

Mapeamento de Ruído nas Subestações - Como uma das ações do SGA, foi realizado o mapeamento de ruído ambiental com avaliações pontuais nas áreas externas e internas das subestações da Coelba, existentes em todo o Estado da Bahia. Os resultados obtidos destas medições demonstraram que todas as subestações da Coelba, existentes no estado da Bahia estão de acordo com os parâmetros de avaliação definido pela NBR 10151: 2000 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas, visando o conforto da comunidade, garantindo assim a melhoria contínua do SGA.

Rede Compacta / Linha Verde - Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

Projeto de Educação Ambiental Ecotrilha (PEA) - O Projeto Ecotrilha em parceria com a Faculdade Área1 e Odebrecht, voltado para crianças, jovens e adultos de escolas e instituições públicas e particulares, tem o propósito de trabalhar com os visitantes a importância da questão ambiental em nosso dia a dia, visando conservação da fauna, flora mananciais hídricos, a biodiversidade e os remanescentes de Mata Atlântica.

Projeto Taboarte - Visa o desenvolvimento sustentável do artesanato de taboa em Maracangalha, município de São Sebastião do Passé, realizado em parceria com o Sebrae, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia e a Prefeitura de São Sebastião do Passé.

Projeto Despertar – Projeto desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, para desenvolver o Programa Socioambiental em 50 municípios baianos para a rede de ensino de escolas na área rural.

Gestão Sustentável de Resíduos – Diversas ações que contribuem para a melhoria da gestão dos resíduos gerados no processo produtivo da empresa, a exemplo de:

- Projeto Logisverde - reutilização de carretéis de madeira proveniente da aquisição de condutores usados nas redes e linhas da Coelba;

- Descarte de Lâmpadas Fluorescentes - coleta e descontaminação de lâmpadas fluorescentes queimadas de suas instalações, oferecendo este serviço aos seus colaboradores, para as comunidades de baixa renda que fazem parte do programa de eficiência energética da Companhia, e para o Centro Administrativo do Estado da Bahia, através de um convênio firmado entre a concessionária e o governo do Estado.

- Coleta de Óleo Residual - com a Comanche Clean Energy que consiste em coletar o óleo residual produzido nas casas dos colaboradores e nos dois restaurantes da empresa para ser reciclado e reutilizado no processo de produção de biodiesel.

A Companhia realiza ainda investimentos voltados à conservação do meio ambiente, que se encontram inseridos nos Projetos e Programas de Investimentos, e que tem por motivadores os "condicionantes ambientais", que correspondem a compensações que devem ser realizados quando da execução dos projetos, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente.

	Ativo		Resultado	
	2012	2011	2012	2011
Recursos Aplicados	162.396	84.736	31.138	40.047

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

38. SEGUROS (Não auditado)

Os seguros da Companhias integrantes do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

	Consolidado		
Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio (R$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2012 á 08/10/2013	2.470.980	3.836
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2012 á 08/10/2013	343.349	907
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2012 á 08/10/2013	246.000	1.218
Veículos	08/10/2012 á 08/10/2013	Tabela FIPE	138

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em conseqüência das operações comerciais das Companhias. O Limite Máximo de Indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral das Companhias varia conforme as companhias entre o intervalo de R$ 3.000 até R$ 8.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela presente apólice de Responsabilidade Civil em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada,

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo. Os Veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a “Tabela Fipe”, não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

39. EVENTO SUBSEQUENTE

Revisão extraordinária (Lei 12.783/13)

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), homologou através da Resolução Homologatória nº 1429, nº 1418 e 1413 de 24/01/13, respectivamente para as empresas Coelba, Celpe e Cosern as novas tarifas de energia a serem aplicadas aos consumidores em decorrência do estabelecido na Lei 12.783 de 11/01/13, que tratou da antecipação da renovação das concessões de geração e transmissão.

O efeito da redução nas tarifas das distribuidoras esta disposto em quadro abaixo e entraram em vigor a partir do dia 24/1/13.

	Redução		
		Consumidores	
	Média	Residênciais	Industriais e comerciais médios e de grande porte atendidos em alta tensão
Coelba	20,03%	18,96%	22,56%
Celpe	18,54%	18,04%	20,10%
Cosern	18,73%	18,00%	21,19%

A redução é resultado da Lei nº 12.783/2013, que promoveu a antecipação da renovação das concessões de transmissão e geração de energia que venciam até 2017. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio reduzido para R$ 32,89/MWh
- Redução dos custos de transmissão
- Redução dos encargos setoriais
- Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional por meio da CDE.

Assim, essa redução de tarifas decorrente da redução dos custos da energia comprada, da transmissão e dos encargos do setor elétrico, afetam a Parcela A, de custos não gerenciáveis da distribuidora, por isso, não haverá influência dessa redução sobre o equilíbrio econômico e financeiro das Companhias, nem sobre planejamento de investimento e manutenção do sistema elétrico das distribuidoras, uma vez que a redução de receita ocorrerá em paralelo e proporcionalmente à redução de custos associados.

PLANO DE INVESTIMENTO

Revisão ano 2013/2015

Índice

REALIZAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO 2004/2008 4
1) Leilões de Transmissão 5
2) Leilões de Geração 6
3) PCH com energia não comercializada em leilões 8
4) Empreendimentos em operação 9
PROJETOS PARA 2013 9
(i) PCH com projetos próprios 9
(ii) PCH com projetos a serem adquiridos de terceiros 10
(iii) PCH Estudos de inventários de rios 10
(iv) Usinas Hidro Elétricas (UHE) 11
(v) Transmissão 11
CONCLUSÃO 13

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2013/2015

A Lei n º 6.404/76, alterada pela Lei n º 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que *"a assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Parágrafo 1º – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2º – O orçamento poderá ser aprovado na assembléia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social."*

Do ano de 2004 a 2011, a Neoenergia já efetuou retenção de R$ 5.551,9 milhões do seu lucro líquido, sendo desse montante o valor R$ 737,0 milhões em 2011. As retenções tem por finalidade a concretização de investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica e/ou efetuar aquisição de empresas de distribuição de energia elétrica.

Nos anos de 2005, 2006 e 2007 a Neoenergia adquiriu a concessão das UHE's Baguari, Corumbá III e Dardanelos e a autorização das PCH's Goiandira, Nova Aurora, Pirapetinga e Pedra do Garrafão e Sítio Grande. Essas UHE's e PCH's demandaram investimentos da ordem de R$ 1,9 bilhão tendo a Neoenergia participação de no mínimo 51% e no máximo 100%.

Em 2008 a Neoenergia adquiriu a concessão da UHE Baixo Iguaçu, que demandará investimentos da ordem de R$ 1,6 bilhão. Adquiriu ainda a concessão da subestação Narandiba, localizada em Salvador, com investimento de R$ 50 milhões.

Em 2010, a Neoenergia adquiriu a concessão da UHE Belo Monte que demandará investimento na ordem de R$ 28,9 bilhões, tendo a Neoenergia participação de 10%. Ainda, obteve a concessão da UHE Teles Pires que demandará investimentos da ordem de R$ 3,8 bilhões, tendo a participação de 50,1% na SPE. No Leilão de Fontes Alternativas 007/2010 a Neoenergia adquiriu, em parceria com a Iberdrola Renováveis, na proporção 50%/50%, dez parques eólicos com investimento total previsto de R$ 1,2 bilhão. Também adquiriu 100% da Participação acionária da Iberdrola Energia S.A na empresa EnergyWorks do Brasil LTDA e

de sua subsidiária direta Capuava Energy LTDA, com potência instalada total de 93,3 MW, num investimento de R$ 162 milhões

Em 2011, a Neoenergia obteve a Concessão da Subestação Extremoz II, localizada no município de Natal, estado do Rio Grande do Norte, com investimento previsto de R$ 23 Milhões.

Em 2012, a Neoenergia obteve a Concessão da Subestação Brumado II, localizada no estado da Bahia, com investimento previsto de R$ 16 milhões.

Para fazer frente a estes compromissos, a Administração da Neoenergia está propondo a seguinte distribuição do lucro líquido do exercício de 2012: retenção de R$ 63,2 milhões para reserva legal, distribuição de R$ 600,6 milhões na forma de dividendos (R$ 264,1 milhões) e juros sobre capital próprio (R$ 336,5 milhões) e a retenção de R$ 600,6 milhões como reserva de retenção de lucros, para dar continuidade aos projetos em andamento e aos novos projetos de investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica e, eventualmente, em alguma aquisição na área de distribuição de energia elétrica. Com esta retenção, a reserva de retenção de lucros encerrará o ano de 2012 com R$ 6,152 bilhões de saldo.

REALIZAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO 2005/2012

Durante os anos de 2005 a 2012, o Governo Federal, através da ANEEL, realizou licitações, sob a forma de leilão, para:

1) A Contratação das Concessões para a Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, a Operação e a Manutenção das Instalações de Transmissão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

2) A Outorga do Direito de Exploração do Aproveitamento Hidrelétrico e Contratação de Energia Proveniente dos Novos Empreendimentos, para o Sistema Interligado Nacional – SIN, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

3) A Contratação de energia proveniente de Fontes Alternativas de Geração, específico para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e empreendimentos de geração que tenham como fontes biomassa e eólica, para o Sistema Interligado Nacional –SIN.

1) Leilões de Transmissão

A Neoenergia participou de diversos leilões de transmissão promovidos pela ANEEL, efetuando oferta de construção, montagem, operação e manutenção de linhas de transmissão de 230 kV e 500 kV e de subestações.

Em 2008, a Neoenergia arrematou a concessão do lote E do Leilão de Transmissão nº 006/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizado em 3 de outubro de 2008 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O lote E previa a construção de instalações de transmissão compostas pela Subestação Narandiba, em 230/69 kV, no estado da Bahia. A entrada em operação comercial do empreendimento ocorreu em 2011 e sua implementação reforçou o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador.

Em 2011, a Neoenergia obteve a concessão do Lote G do Leilão de Transmissão nº 006/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizado em 16 de dezembro de 2011 na Bolsa de Valores de São Paulo. O lote G prevê a construção de instalações de transmissão compostas pela Subestação Extremoz II em 230/69 kV, no estado do Rio Grande do Norte. A previsão de entrada em operação comercial do empreendimento é de 18 meses e sua implementação visa reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Natal.

Em 2012, a Neoenergia obteve a concessão do Lote D do Leilão de Transmissão nº 05/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizado em 6 de junho de 2012 na Bolsa de Valores de São Paulo. O lote D prevê a construção de instalações de transmissão compostas pela Subestação Brumado II em 230/138 kV, no estado da Bahia. A previsão de entrada em operação comercial do empreendimento é de 24 meses.

2) Leilões de Geração

Nos leilões de Geração, conforme previsto nos planos de investimento dos anos anteriores, a Neoenergia obteve êxito na aquisição dos seguintes empreendimentos, em parceria ou isoladamente:

	Potência (MW)	Investimento (R$ milhões)	Participação mínima Neoenergia	Potência (MW)	Investimento Neoenergia (R$
Baguari	140	559	51%	71,4	285
Corumba III	94	317	60%	56,4	190
Dardanelos	261	719	51%	133,1	367
Baixo Iguaçu	340	1500	90%	306,0	1.350
Pirapetinga	17	66	75%	12,8	50
Pedra do Garrafão	17	66	75%	12,8	50
Goiandira	27	54	100%	27,0	54
Nova Aurora	21	45	100%	21,0	45
Teles Pires	1820	3824	50%	910,0	1.912
Belo Monte	11233	25885	10%	1.123,3	2.589
Calango 1	30	121	50%	15,0	61
Calango 2	30	111	50%	15,0	56
Calango 3	30	122	50%	15,0	61
Calango 4	30	134	50%	15,0	67
Calango 5	30	113	50%	15,0	57
Mel 2	20	89	50%	10,0	45
Arizona 1	28	120	50%	14,0	60
Caetité 1	30	115	50%	15,0	58
Caetité 2	30	116	50%	15,0	58
Caetité 3	30	113	50%	15,0	57
Total	14258	34189		2.817,7	7.467,5

UHE Baguari: Usina de 140 MW de potência instalada nominal, situado no rio Doce. Participação: Neoenergia (51%), Cemig (34%) e Furnas (15%). Consórcio Construtor: CNO e Voight Siemens. Entrou em operação comercial em 2009.

PCH's Goiandira e Nova Aurora: adquiriu junto a Perfomance Centrais Hidrelétricas a autorização para a construção das PCH's localizadas no Rio Veríssimo, no Estado de Goiás, totalizando 48 MW de potência instalada. Participação: 100% Neoenergia. Consórcio Construtor EIT e Energ Power. Entrou em operação comercial em 2010 e 2011.

PCH's Pirapetinga e Pedra do Garrafão: adquiriu junto a Perfomance Centrais Hidrelétricas a autorização para a construção das PCH's localizadas no Rio Itabapoana, no Estado de Goiás, totalizando 34 MW de potência instalada. Participação: 75% Neoenergia e Performance 25%. O Consórcio Construtor CNO e Hisa. Entrou em operação comercial em 2009.

Dardanelos: projeto localizado no Rio Aripuanã, a cerca de 900 km de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, com 261 MW de potência instalada. Participação: Neoenergia (51%), Eletronorte (24,5%) e Chesf (24,5%). Consórcio construtor CNO e Voight Siemens. Entrou em operação comercial em 2011.

Corumbá III: projeto localizado no Rio Corumbá III, no estado de Goiás, com potência instalada de 93,60 MW. Participação: Neoenergia (66,23%), CEB (15%), CELG (15%) e EIT/Energ Power e Strata (3,77%). Consórcio construtor EIT e Energ Power. Entrou em operação comercial em 2009.

UHE Baixo Iguaçu: projeto localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná, com potência instalada de 340 MW. Participação: Neoenergia (90%) e Desenvix (10%). Consórcio construtor CNO e Voith Siemens. Contrato de concessão assinado em 20 de agosto de 2012. O início das obras esta previsto para 2013 com entrada em operação prevista para 2016.

UHE Belo Monte: projeto localizado no rio Xingú, no estado do Pará, com potência instalada de 11.233 MW. Participação acionária: 49,98% Grupo Eletrobras (CHESF, Eletronorte e Eletrobrás); 10,0 % Belo Monte Participações (Neoenergia); 10,0% Funcef/Cevix; 10,0% Petros; 1,0% Sinobras; 9,0% Vale ; 9,77% Amazônia Energia (Light+CEMIG); 0,25% JMalucelli

UHE Teles Pires: projeto localizado no rio Teles Pires, entre os estados do Pará e Mato Grosso, com potência instalada de 1820MW. Participação: 50,1% Neoenergia; 24,5 % Furnas, 24,5% Eletrosul e 0,9% Construtora Norberto Odebrecht.

Parque Eólico Calango 1, 2, 3, 4 e 5: projeto localizado no estado do Rio Grande do Norte, no município Bodó, com potência instalada de 30MW cada. Participação: 50% Neoenergia; 50% Iberdrola Renováveis.

Parque Eólico Mel 2: projeto localizado no estado do Rio Grande do Norte, no município de Areia Branca, com potência instalada de 20MW. Participação: 50% Neoenergia; 50% Iberdrola Renováveis.

Parque Eólico Arizona 1: projeto localizado no estado da Bahia, no município de Eixo do Fogo, com potência instalada de 30 MW. Participação: 50% Neoenergia; 50% Iberdrola Renováveis.

Parque Eólico Caetité 1, 2 e 3: projeto localizado no estado da Bahia, no município de Caetité, com potência instalada de 30 MW cada. Participação: 50% Neoenergia; 50% Iberdrola Renováveis.

Vale ressaltar que o governo obteve êxito questionável em efetuar ofertas de UHE´s em leilões de geração no ano de 2011, onde houve apenas uma oferta exitosa para a UHE São Roque e no ano de 2012 houve apenas uma oferta de UHE exitosa, o projeto de Cachoeira do Caldeirão, ofertado no Leilão da ANEEL 06/2012, no qual a Neoenergia não foi vencedora. Esse baixo número de projetos ofertados é em função das dificuldades observadas para obtenção de licenciamento ambiental.

3) PCH com energia não comercializada em leilões

A Neoenergia adquiriu as autorizações das seguintes PCH´s para venda da energia no mercado livre.

	Potência (MW)	Investimento (R$ milhões)	Participação mínima Neoenergia	Potência (MW)	Investimento Neoenergia (R$ milhões)
Sítio Grande	25,0	130,0	100%	25,0	130,0
Palmeiral	11.5	104,2	100%	11.5	104,2
Jatobá	11.5	108,3	100%	11.5	108,3
Alto do Rio Grande	28,0	132,4	100%	28,0	132,4
Total	**76,0**	**474,9**		**76,0**	**474,9**

Sítio Grande: projeto localizado no Rio das Fêmeas, no estado da Bahia, com potência instalada de 25 MW com 100% de participação da Neoenergia. Entrou em operação comercial em outubro de 2010.

Palmeiral e Jatobá: projeto localizado no Rio Grande, no estado da Bahia, ambas com potência instalada de 11,5 MW, respectivamente, com 100% de participação da Neoenergia. Os empreendimentos estão em fase de elaboração de EIA/RIMA para obtenção da licença ambiental.

Alto do Rio Grande: projeto localizado no Rio Grande, no estado de Minas Gerais, com potência instalada de 28 MW com 100% de participação da Neoenergia. O empreendimento está em fase de obtenção da licença ambiental.

4) Empreendimentos em operação

Em 30 de dezembro de 2010, a Neoenergia assinou Instrumento Particular de compra e venda com a Iberdrola Energia S.A, adquirindo 100% das ações da empresa EnergyWorks do Brasil LTDA, Os projetos, além do fornecimento de vapor, suprem as empresas com energia adquirida das seguintes plantas: Kaiser Pacatuba (5,6 MW), Kaiser Jacareí (10,4MW MW), Brahma Rio (14,7 MW), Corn Balsa Nova (10,7 MW), Corn Mogi (34,9 MW) e PQU – Capuava (17,0 MW). O valor total da aquisição foi de R$150 milhões para Iberdrola Energia S.A.

PROJETOS PARA PERÍODOS DE 2013/2015

A Neoenergia encontra-se desenvolvendo novos projetos de geração e transmissão de energia elétrica divididos nas seguintes áreas: (i) PCH com projetos próprios, (ii) PCH com projetos adquiridos de terceiros, (iii) PCH - Estudos de Viabilidade, (iv) UHE's, (v) linhas de transmissão e (vi) empresas de distribuição.

(i) PCH com projetos próprios

A Neoenergia vem desenvolvendo estudos de duas PCH's localizadas no Estado da Bahia com potência instalada estimada de 36 MW e investimento previsto de R$ 216 milhões. Os projetos destas PCH's foram desenvolvidos originariamente da IBENBRASIL, controlada da antiga Guaraniana, extinta em 2004. Os projetos possuem o inventário do rio arquivado na ANEEL e estão em fase de desenvolvimento do projeto básico e obtenção da licença prévia. Adicionalmente foi assinada parceria para desenvolvimento da PCH Pedra Azul, localizada no estado de São Paulo.

	Potência (MW)	Investimento (R$ milhões)	Participação mínima Neoenergia	Potência (MW)	Investimento Neoenergia (R$ milhões)
Licurioba	10,5	49,5	100%	10,5	49,5
Embassador	18,0	173,9	100%	18,0	173,9
Pedra Azul	30,0	150,0	88%	26,4	132,0
Total	**58,5**	**373,4**			**355,4**

(ii) PCH com projetos a serem adquiridos de terceiros

A Neoenergia monitora oportunidades constantes de obtenção de projetos de PCH's nas regiões Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

(iii) PCH Estudos de inventários de rios

Com a mudança da regulamentação em dezembro de 2008, abriu-se uma nova oportunidade para empreendedores do porte da Neoenergia (anteriormente, a legislação limitava a acesso). Desta forma, estão sendo identificados rios e eventuais parceiros com potencial atrativo para realização de estudos de inventário, com o objetivo de desenvolvimento de projetos básicos para posterior obtenção das autorizações sem ser necessário o pagamento de prêmios para sua aquisição. Os estudos de Inventário que a Neoenergia possui registro ativo atualmente são:

- Rio Corrente, localizado no estado da Bahia.
- Rio Jequitinhonha e Araçuaí – localizado no estado de Minas Gerais.

(iv) Usinas Hidroelétricas (UHE)

Devido à falta de projetos ofertados pela EPE, a Neoenergia resolveu por desenvolver um plano de médio prazo para estudar projetos de UHE´s no Brasil. Para tanto, entrou em diversas parcerias para efetuar estudo de inventário de rios e de viabilidade de UHE´s.

Conforme demonstrado abaixo, estes estudos totalizam 1.982,1 MW de potência instalada e, caso viabilizados, previsão de investimentos de R$ 7,4 bilhões.

	Localização	Potência (MW)	Investimento		Participação mínima Neoenergia	Potência (MW)	Investimento Neoenergia (R$
			(R$ milhões)	Ano Base			
Itapiranga	RS/SC	724,6	2.878	Jul/2008	51%	369,5	1.467,7
Davinópolis	GO/MG	74	511	Out/2008	51%	37,7	260,6
Paraíso	GO	31	232	Out/2008	51%	15,8	118,3
Travessão	MG	38	261	Out/2008	51%	19,4	133,1
Jequitinhonha	MG	990	3.300	Jun/2010	51%	504,9	1.683
Foz do Apiacás	MT	230	749	Dez/2008	51%	117,3	381,9
Água Limpa	MT	219	1.100	Jul/2007	51%	111,7	561
SINOP	MT	400	1.893	Jul/2010	51%	204	965,4
Telêmaco Borba	PR	120	328	Dez/2004	51%	61,2	167,4
São Manoel	MT/PA	740	2.215	Dez/2009	51%	377,4	1.129,6
Pedra Branca	PE/BA	320	1.050		51%	163,2	535,5
Total		**3.886,6**	**14.517,3**			**1.982,1**	**7.403,5**

Destacamos que a realização destes investimentos está condicionada à realização de Leilões por parte do Governo Federal e ao sucesso da Neoenergia nesses leilões. Esse sucesso, por sua vez, está diretamente relacionado às condições impostas pelos editais dos leilões e às premissas sócio-ambientais, econômicas e financeiras que serão utilizadas pelo Grupo a fim de agregar valor ao nosso acionista.

(v) Transmissão

A Neoenergia vem analisando oportunidades de adquirir projetos nos próximos leilãos de transmissão e a oportunidades de negócios em 2013.

Além das possíveis novas aquisições através dos Leilões de Transmissão, estão autorizados os seguintes reforços:

- SE Narandiba - Implantação de um terceiro transformador trifásico 230/69 kV, 100 MVA , com investimento previsto de R$14,5 milhões.
- Tomba/ Governador Mangabeira - construção de 1,055 km de circuito duplo com um condutor por fase do tipo CAA 636 MCM GROSBEAK e dois cabos

pararraios por fase de aço 7,94 mm2, com investimento previsto de R$ 112,6 mil.

- LT 230 kV Camaçari II/ Polo C1/C2 - Remanejamento para a futura Subestação Camaçari IV, com a construção de 0,3 km com cabos GROSBEAK, 636 MCM, com investimento previsto de R$124,2 mil.
- Subestação Camaçari IV - instalação de dois módulos de entrada de linha 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para os dois circuitos remanejados da SE Camaçari II; acréscimo de Infraestrutura de Módulo Geral pela instalação dos dois módulos de entrada de linha 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, com investimento previsto de R$6,8 Milhões.

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2013/2015

CONCLUSÃO

A Neoenergia no ano de 2010 adquiriu a concessão e autorização para as UHE´s Belo Monte (10%) e Teles Pires (51%) com investimento total no valor de R$ 4,5 bilhões e de 10 parques eólicos em parceria com a Iberdrola. Adicionalmente, adquiriu 100% as ações da EnergyWorks do Brasil LTDA pelo valor de R$ 150 milhões, descontada as disponibilidades da adquirida.

A seguir a previsão de aportes a realizar nos próximos três anos para conclusão dos projetos já em andamento:

PLANO	2013	2014	2015
APORTES EM INVESTIDAS	**625,1**	**663,5**	**475,6**
. PROJETOS EM CONSTRUÇÃO	**608,9**	**661,7**	**473,7**
BAIXO IGUAÇU	149,1	242,5	165,7
BELO MONTE	319,5	309,1	223,4
PARQUES EÓLICOS	44,5	0,7	-
TELES PIRES	95,8	109,4	84,6
. PROJETOS EM OPERAÇÃO	**16,2**	**1,8**	**1,9**
NEOINVEST	8,7	1,8	1,9
GOIÁS SUL	3,4	-	-
NARANDIBA	4,1	-	-
TOTAL	**625,1**	**663,5**	**475,6**
PARTICIPAÇÃO			
. CAPITAL PRÓPRIO	625,1	663,5	475,6
. CAPITAL DE TERCEIROS	-	-	-

A Administração da Neoenergia reitera sua intenção de adquirir a concessão de novos empreendimentos motivo pelo qual propõe a destinação de R$ 600,6 milhões do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2012 para a reserva de retenção de lucros.

Tendo em face que os estudos de viabilidade serão concluídos entre o biênio 2013/2014, e a construção das usinas terão prazo de 3 a 5 anos, o plano de investimento da Neoenergia poderá ser estendido por prazo superior a 5 anos.

Cabe ressaltar as incertezas inerentes às perspectivas de realização de novos investimentos que, conforme destacamos anteriormente, estão condicionadas à realização de Leilões por

parte do Governo Federal e ao sucesso da Neoenergia nesses leilões. Esse sucesso, por sua vez, está diretamente relacionado às condições impostas pelos editais dos leilões e às premissas sócio-ambientais, econômicas e financeiras que serão utilizadas pelo Grupo a fim de agregar valor ao nosso acionista.

A Administração da Neoenergia propõe ainda que, caso não obtenha sucesso na aquisição de novos empreendimentos, analisará a convocação de uma Assembléia Geral Extraordinária para deliberar novamente sobre a distribuição da reserva retenção de lucros.

A Administração

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Neoenergia S.A.,** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela contadora da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2012.

Marco Geovanne Tobias da Silva – Presidente

Antônio Maurício Maurano

Eduardo Capelastegui

Gonzalo Perez Fernandes

Jacques Pena

Jorge Luiz Pacheco

Liscio Fábio Brasil Camargo

Maria da Glória Guimarães dos Santos

Mário José-Ruiz Tagle Larrain

Santiago Martinez

Membros da Administração

Conselho de Administração

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

Mário José-Ruiz Tagle Larrain
Vice-Presidente

Titulares

Gonzalo Pérez Fernándes
Eduardo Capelastegui Saiz
Santtiago Martinez Garrido
Antônio Maurício Maurano
Jorge Luiz Pacheco
Jacques de Oliveira Pena
Maria da Glória Guimarães dos Santos
Líscio Fábio de Brasil Camargo

Suplentes

Jose Maurício Pereira Coelho
Fernando Arronte Villegas
Rodolfo Fernandes Da Rocha
Cristiano Frederico Ruschmann
Justo Garzón Ortega
André Luis Dantas Furtado
Ricardo Guaranys de Oliveira Castro
Ari Sarmento do Valle Barbosa
Cecília Maria Habib de Sant`Anna Reis
José Carlos de Andrade Junqueira

Conselho Fiscal

Nilson Martiniano Moreira
Presidente

Titulares

Carlos Magno Jobim
Walter Malieni Junior

Suplentes

José Cassiano de Freitas
Asclépius Ramatis Lopes Soares
Francesco Gaudio

Diretoria Executiva

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretor-Presidente

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretor de Planejamento e Controle

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Erik da Costa Breyer
Diretor de Geração

Lady Batista de Morais
Diretora de Gestão de Pessoas

Gonzalo Gómez Alcântara
Diretor de Distribuição

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

Contador

Claudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG – 068369/0-0-T-RJ